



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

DANLEY GREG BEZERRA DA SILVA

**EDUCAÇÃO CIENTÍFICA PARA O ENTENDIMENTO DA
SEXUALIDADE: ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA E
DOCUMENTAL DE ASPECTOS DE ENSINO DESTINADOS
AOS ESTUDANTES SURDOS DO ENSINO FUNDAMENTAL
DE ESCOLAS BILÍNGUES**

Londrina
2022

DANLEY GREG BEZERRA DA SILVA

**EDUCAÇÃO CIENTÍFICA PARA O ENTENDIMENTO DA
SEXUALIDADE: ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA E
DOCUMENTAL DE ASPECTOS DE ENSINO DESTINADOS
AOS ESTUDANTES SURDOS DE ESCOLAS BILÍNGUES DO
ENSINO FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática.

Orientadora: Profa. Dra. Irinéa de Lourdes Batista

Londrina
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Silva, Danley Greg Bezerra da.

Educação Científica para o Entendimento da Sexualidade: Análise Bibliográfica e Documental de Aspectos de Ensino Destinados aos Estudantes Surdos de Escolas Bilíngues do Ensino Fundamental / Danley Greg Bezerra da Silva. - Londrina, 2022. 147 f.

Orientador: Irinéa de Lourdes Batista.

Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Ciência - Tese. 2. Educação Sexual - Tese. 3. Escolas Bilíngues - Tese. 4. Surdez - Tese. I. Batista, Irinéa de Lourdes. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática. III. Título.

CDU 37

DANLEY GREG BEZERRA DA SILVA

**EDUCAÇÃO CIENTÍFICA PARA O ENTENDIMENTO DA
SEXUALIDADE: ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA E
DOCUMENTAL DE ASPECTOS DE ENSINO DESTINADOS
AOS ESTUDANTES SURDOS DE ESCOLAS BILÍNGUES DO
ENSINO FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Irinéa de Lourdes
Batista

Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Luiz Renato Martins da Rocha
Universidade Federal do ABC - UFABC

Profa. Dra. Suelen Aparecida Felicetti
Secretaria Municipal de Educação de
Francisco Beltrão

Londrina, 19 de Agosto de 2022.

**Para minha vó Terezinha, meu amor
eterno.**

E a toda comunidade surda.

AGRADECIMENTOS

Fruto de um percurso estabelecido desde a minha graduação em Ciências Biológicas, esse trabalho teve a participação de diversas pessoas que aqui serão agradecidas, uma vez que foram significativas para construção e finalização desta pesquisa.

A princípio, agradeço minha mãe Rita e meu pai Ciro, por todo o apoio, seja ele financeiro ou emocional, lançados a mim durante essa caminhada acadêmica que vem ocorrendo desde o ano 2014. Além disso, não posso me esquecer da minha avó Terezinha, meus irmãos Felipe e Daislaine, minhas primas Ana Beatriz e Ana Clara, que me ajudaram de maneira direta e indireta.

Aos meus queridos amigos e amigas que foram fundamentais, sendo eles/elas: Ingrid, Guilherme, Paolla, Luiz Henrique, Cadu Nascimento, Luis Gustavo, Bruna Martins, Bruna Cardoso, entre tantos/as outros/as que foram meus psicólogos/as, me ouvindo e acolhendo sempre que necessário.

Agradeço a minha orientadora, Professora Doutora Irinéa de Lourdes Batista, por ter confiado e me escolhido como seu orientando. Agradeço pelos conselhos, broncas, saberes, inspirações, valores, enfim, por tudo.

As/aos minhas/meus amigas/os do grupo de pesquisa IFHIECEM, Amanda, Felipe, Juliane, Mariana, pelo tempo dedicado à leitura e correção do meu trabalho, que foram fundamentais. Vocês foram demais. Muito obrigado!

Ao Professor Doutor Luiz Renato Martins da Rocha, que desde minha iniciação científica vem me acompanhando, e que jamais poderia ficar de fora da minha banca de qualificação e defesa. Além disso, agradeço a Professora Doutora Suelen Aparecida Felicetti, segunda componente da minha banca e uma querida amiga. Aos dois, agradeço pelas correções e sugestões que levaram meu trabalho para um outro patamar.

Agradeço também a todas as escolas de Educação Básica, na modalidade da educação bilíngue de surdos/as que contribuíram, generosamente, disponibilizando seus materiais pedagógicos.

Por fim, agradeço a Capes pelo apoio financeiro e ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina.

**Há pessoas que são capazes de ouvir,
mas não escutam ninguém. Outras,
mesmo sem a capacidade física de
escutar, são tão atentas e
observadoras que conseguem ouvir
com a alma.**

SILVA, Danley Greg Bezerra da. **Educação Científica para o Entendimento da Sexualidade: Análise Bibliográfica e Documental de Aspectos de Ensino Destinados aos Estudantes Surdos de Escolas Bilíngues do Ensino Fundamental**. 2022. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

RESUMO

No ensino de Ciências, a sexualidade é um tema que deve ser amplamente abordado, principalmente entre adolescentes que, com a puberdade, passam por mudanças físicas e emocionais geradoras de diversos questionamentos. No/a adolescente surdo/a, isto não é diferente, haja vista que a puberdade também aflora o seu desenvolvimento emocional e sexual. Conforme evidencia a literatura, é baixa a quantidade de pesquisas que buscam articular as temáticas da sexualidade e da surdez. É nesse sentido que buscamos contribuir, analisando e sistematizando elementos relativos ao ensino da sexualidade destinados aos estudantes surdos do Ensino Fundamental. Por meio desse movimento, torna-se possível, por exemplo, elaborar futuras abordagens voltadas ao processo de ensino e aprendizagem de estudantes surdos/as, bem como para a formação inicial e em serviço de docentes. Logo, o principal objetivo que guiou essa pesquisa foi identificar, problematizar e analisar aspectos de ensino interligados à sexualidade do estudante surdo presentes na literatura e contrastá-los com os documentos norteadores de escolas de Educação Básica, na modalidade da Educação Bilíngue para surdos. As características da presente investigação coadunam-se às particularidades da pesquisa de natureza qualitativa do tipo descritiva e interpretativa. Como abordagem metodológica, adotou-se um levantamento bibliográfico e uma análise documental, em função de sua pertinência e adequação às intencionalidades estabelecidas na pesquisa. A obtenção e análise dos dados subsidiou-se no referencial teórico metodológico da análise de conteúdo. Dentre as inferências é possível destacar a carência de investigações que interligam as temáticas sexualidade e surdez, contribuindo para entraves epistemológicos. Ademais, constatamos que a sexualidade não é abordada de forma significativa nos documentos específicos da Educação Básica, na modalidade da Educação Bilíngue de Surdos/as, uma vez que foi baixo o número de escolas que trataram dessa temática de forma aprofundada e levando em consideração as múltiplas dimensões da sexualidade. Desta forma, é preciso que os documentos escolares, sejam eles de escolas de surdos ou não, estejam em conexão com estudos científicos para que a sexualidade seja tratada de forma significativa nos espaços escolares.

Palavras-chave: Ciência; Educação Sexual; Escolas Bilíngues; Surdez.

SILVA, Danley Greg Bezerra da. **Scientific Education for the Understanding of Sexuality: Bibliographic and Documentary Analysis of Teaching Aspects for Deaf Students in Bilingual Elementary Schools**. 2022. 147 s. Dissertation (Master in Science Teaching and Mathematics Education) – State University of Londrina, Londrina, 2022.

ABSTRACT

In Science teaching, sexuality is a topic that must be widely addressed, especially among adolescents who, with puberty, undergo physical and emotional changes that generate several questions. In deaf adolescents, this is no different, given that puberty also touches on their emotional and sexual development. As evidenced in the literature, the amount of research that seeks to articulate the themes of sexuality and deafness is low. It is in this sense that we seek to contribute, analyzing and systematizing elements related to the teaching of sexuality for deaf elementary school students. Through this movement, it becomes possible, for example, to develop future approaches aimed at the teaching and learning process of deaf students, as well as the initial and in-service training of teachers. Therefore, the main objective that guided this research was to identify, problematize and analyze teaching aspects linked to the sexuality of the deaf student present in the literature and contrast them with the guiding documents of Basic Education schools, in the Bilingual Education modality for the deaf. The characteristics of the present investigation are in line with the particularities of a qualitative research of a descriptive and interpretative type. As a methodological approach, a bibliographic survey and a document analysis were adopted, due to their pertinence and adequacy to the intentions established in the research. Obtaining and analyzing data was based on the methodological theoretical framework of content analysis. Among the inferences, it is possible to highlight the lack of investigations that link the themes of sexuality and deafness, contributing to epistemological obstacles. In the rest, we found that sexuality is not significantly addressed in specific documents of basic education schools, in the bilingual education modality for the deaf, since the number of schools that dealt with this theme in depth was low and taking into account consideration the multiple dimensions of sexuality. In this way, it is necessary that school documents, whether they are from schools for the deaf or not, are in connection with scientific studies, so that sexuality is treated in a meaningful way in school spaces.

Keywords: Science; Sex Education; Bilingual Schools; Deafness.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Visão geral dos conceitos-chave e dos tópicos..... | 42 |
| Figura 2 - Plano de aula elaborado por uma escola bilíngue..... | 111 |
| Figura 3 - Limitações das revisões das evidências..... | 116 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|--------------------|---|----|
| Quadro 1 - | UR para a UC 1 do levantamento bibliográfico..... | 61 |
| Quadro 2 - | UR para a UC 2 do levantamento bibliográfico..... | 62 |
| Quadro 3 - | UR para a UC 3 do levantamento bibliográfico..... | 63 |
| Quadro 4 - | UR para a UC 4 do levantamento bibliográfico..... | 64 |
| Quadro 5 - | UR para a UC 5 do levantamento bibliográfico..... | 64 |
| Quadro 6 - | UR para a UC 1 dos PPPs..... | 65 |
| Quadro 7 - | UR para a UC 2 dos PPPs..... | 66 |
| Quadro 8 - | UR para a UC 3 dos PPPs..... | 67 |
| Quadro 9 - | UR para a UC 4 dos PPPs..... | 67 |
| Quadro 10 - | UR para a UC 5 dos PPPs..... | 68 |
| Quadro 11 - | UR para a UC 4 dos Planos de aula/Planejamento anual de ensino. | 69 |
| Quadro 12 - | UR para a UC 5 dos Planos de aula/Planejamento anual de ensino. | 69 |
| Quadro 13 - | Artigos publicados entre os anos de 2016 e 2021..... | 71 |
| Quadro 14 - | Teses e dissertações com a temática da Sexualidade e Surdez..... | 73 |
| Quadro 15 - | Relação da quantidade de escolas bilíngues de surdos/as..... | 93 |
| Quadro 16 - | Dados referentes às escolas bilíngues de surdos utilizados na análise documental..... | 95 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| BNCC | Base Nacional Curricular Comum |
| DCN | Diretrizes Curriculares Nacionais |
| EF | Ensino Fundamental |
| ENPEC | Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências |
| ES | Educação Sexual |
| HIV | Vírus da Imunodeficiência Humana |
| IFHIECEM | Investigações em Filosofia e História da Ciência e Educação em Ciências e Matemática |
| INES | Instituto Nacional de Educação de Surdos |
| IST's | Infecções Sexualmente Transmissíveis |
| LGBTQIA+ | Lésbicas; Gays, Bissexuais, Transexuais; Queer; Intersexo; assexuais e mais. |
| LIBRAS | Língua Brasileira de Sinais |
| MEC | Ministério da Educação |
| OMS | Organização Mundial de Saúde |
| ONGs | Organizações Não Governamentais |
| PCN | Parâmetros Curriculares Nacionais |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PPPs | Projeto(s) Político(s) Pedagógico(s) |
| UC | Unidade(s) de Contexto |
| UEL | Universidade Estadual de Londrina |
| UR | Unidades(s) de Registro |
| URE | Unidades de Registro Emergente |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 17 |
| 2.1 O CONCEITO HISTÓRICO DE SEXUALIDADE E SUAS RELAÇÕES COM O CURRÍCULO | 17 |
| 2.2 EXPRESSÕES CIENTÍFICAS DA SEXUALIDADE: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO | 21 |
| 2.3 DIMENSÕES DA SEXUALIDADE HUMANA..... | 26 |
| 2.4 SEXUALIDADE NAS DIRETRIZES ESTADUAIS E NOS RESPALDOS POLÍTICOS LEGAIS | 29 |
| 2.5 SEXUALIDADE DO SUJEITO COM DEFICIÊNCIA: FOCO NA SURDEZ..... | 33 |
| 2.6 EDUCAÇÃO SEXUAL: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO FUNDAMENTAL..... | 38 |
| 2.7 ASPECTOS DIDÁTICOS DA SEXUALIDADE | 44 |
| 2.8 ENSINO DA SEXUALIDADE POR MEIO DA ABORDAGEM EMANCIPATÓRIA À LUZ DA DIDÁTICA DAS CIÊNCIAS | 46 |
| 3. ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS | 50 |
| 3.1 PARTE I: LEVANTAMENTO DAS PUBLICAÇÕES..... | 50 |
| 3.1.1 Delimitação do Levantamento | 50 |
| 3.2 PARTE II: ANÁLISE DOCUMENTAL | 53 |
| 3.2.1 Delimitação da Análise Documental | 56 |
| 3.2.2 Mapeamento das Escolas de Educação Básica, na Modalidade da Educação Bilíngue..... | 57 |
| 3.3 ANÁLISE DOS DADOS | 59 |
| 3.4 UNIDADES TEMÁTICAS DE CONTEXTO E REGISTRO..... | 60 |
| 3.4.1 Unidades Temáticas do Levantamento Bibliográfico | 61 |
| 3.4.2 Unidades Temáticas do Projeto Político Pedagógico | 65 |
| 3.4.3 Unidades Temáticas dos Planos de Aulas e/ou Planejamento anual de Ensino | 69 |
| 4 RESULTADOS, INFERÊNCIAS E INTERPRETAÇÕES | 71 |
| 4.1 A TEMÁTICA DA SEXUALIDADE DESTINADA AOS ESTUDANTES SURDOS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA | 71 |
| 4.1.1 Breve Resumo dos Artigos..... | 72 |
| 4.1.2 Breve Resumos das Teses/Dissertações | 73 |
| 4.1.3 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 1 do Levantamento Bibliográfico | 74 |

| | |
|--|-----|
| 4.1.4 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 2 do Levantamento Bibliográfico | 75 |
| 4.1.5 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 3 do Levantamento Bibliográfico | 76 |
| 4.1.6 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 4 do Levantamento Bibliográfico | 77 |
| 4.1.7 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 5 do Levantamento Bibliográfico | 77 |
| 4.2 INFERÊNCIAS E INTERPRETAÇÕES DOS RESULTADOS REFERENTES AO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO | 78 |
| 4.2.1 Aspectos Relativos Ensino Evidenciados nos Trabalhos Obtidos no Processo de Levantamento | 80 |
| 4.2.2 Temáticas Evidenciadas nos Estudos Científicos (UC1) | 83 |
| 4.2.3 Abordagens de Educação Sexual (UC 2) | 88 |
| 4.2.4 Metodologias Evidenciadas nos Estudos Científicos (UC 3) | 89 |
| 4.2.5 Formação Docente para Sexualidade e Surdez (UC 4) | 90 |
| 4.2.6 Fontes para o Estudo da Temática “Sexualidade e Surdez” (UC 5) | 92 |
| 4.3 A TEMÁTICA SEXUALIDADE HUMANA NOS PPP’S DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS/AS..... | 93 |
| 4.3.1 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 1 dos PPPs | 95 |
| 4.3.2 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 2 dos PPPs | 96 |
| 4.3.3 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 3 dos PPPs | 97 |
| 4.3.4 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 4 dos PPPs | 97 |
| 4.3.5 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 5 dos PPPs | 98 |
| 4.4 INFERÊNCIAS E INTERPRETAÇÕES DOS RESULTADOS REFERENTES AOS PPP’S | 99 |
| 4.4.1 Expressões Científicas da Sexualidade (UC 1) | 99 |
| 4.4.2 Dimensão da Sexualidade Humana Observadas nos Documentos Pedagógicos (UC 2) | 101 |
| 4.4.3 Abordagens de Educação Sexual (UC 3) | 102 |
| 4.4.4 Respaldos em Políticas Públicas (UC 4) | 103 |
| 4.4.5 Localização do Tema Sexualidade Humana (UC 5) | 104 |
| 4.5 A TEMÁTICA DA SEXUALIDADE HUMANA NOS PLANOS DE AULA/PLANEJAMENTO ANUAL DE ENSINO DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS/AS..... | 105 |

| | |
|--|------------|
| 4.5.1 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 1 dos Planos de Aulas/Planejamento Anual de Ensino | 105 |
| 4.5.2 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 2 dos Planos de Aulas/Planejamento Anual de Ensino | 105 |
| 4.5.3 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 3 dos Planos de Aula/Planejamento Anual de Ensino | 106 |
| 4.5.4 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 4 dos Planos de Aulas/Planejamento Anual de Ensino | 106 |
| 4.5.5 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 5 dos Planos de Aulas/Planejamento Anual de Ensino | 107 |
| 4.6 INFERÊNCIAS E INTERPRETAÇÕES DOS RESULTADOS REFERENTES AOS PLANOS DE AULAS/PLANEJAMENTO ANUAL DE ENSINO..... | 107 |
| 4.6.1 Expressões da Sexualidade (UC 1)..... | 108 |
| 4.6.2 Dimensões da Sexualidade (UC 2) | 109 |
| 4.6.3 Abordagens de Educação Sexual (UC 3)..... | 109 |
| 4.6.4 Profissionais Responsáveis Pela Prática da Sexualidade (UC 4)..... | 110 |
| 4.6.5 Fontes/Recursos Bibliográficos (UC 5)..... | 112 |
| 4.7 INFERÊNCIAS CONCLUSIVAS..... | 114 |
| 4.7.1 Literatura..... | 114 |
| 4.7.2 PPPs..... | 117 |
| 4.7.3 Planos de aula/Planejamento..... | 119 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 120 |
| REFERÊNCIAS | 123 |
| ANEXOS..... | 137 |
| Anexo A – Carta Aberta dos Doutores Surdos ao Ministro da Educação | 137 |

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade é uma dimensão humana que extrapola a determinação biológica, haja vista que é culturalmente determinada (FIGUEIRÓ, 2020). Para a autora, a sexualidade também inclui carinho, afetividade, prazer, gestos, toque e intimidade, bem como valores e normas morais estabelecidos por cada cultura.

Essa concepção vai ao encontro de Louro (1999), quando diz que a sexualidade está na escola e no sujeito, não podendo ser algo que possa ser desligado. Além disso, a autora complementa dizendo que:

Um movimento importante parece ser, portanto, assumir que nenhuma forma de sexualidade é natural ou espontânea, mas que, em vez disso, todas as formas de viver a sexualidade são produzidas, ensinadas e “fabricadas” ao longo da vida, através de muitas pedagogias escolares, familiares, culturais; através de muitas instâncias e práticas (LOURO, 2009, p. 35).

No que tange à sexualidade de adolescentes com deficiência, tem-se que esse grupo está mais suscetível a vulnerabilidade, como exploração sexual, abusos, gravidez indesejada, entre outros (BRASIL, 2006). Essa vulnerabilidade pode ser observada, por exemplo, nas informações divulgadas pelo Atlas da Violência. Segundo esse relatório, a violência sexual quando comparada com outras violências (física, psicológica etc.), “se destaca entre crianças, adolescentes e jovens: e está presente em 47% dos casos da faixa de 10 a 19 anos, em 29% das ocorrências da faixa de 20 a 29 anos, e em 28% dos casos entre as crianças de 0 a 9 anos” (IPEA, 2021, p. 77).

A sexualidade do sujeito surdo¹, especificidade desta pesquisa, é um tema cuja investigação detalhada e profunda é necessária (FONTANA; SCHWIDERKE; TRINDADE, 2018). Por mais que a sexualidade desse grupo se desenvolva assim como a de outras pessoas (GLAT, 1992; GLAT; FREITAS 1996), no contexto da surdez, observa-se que existem pontos importantes de serem discutidos, como por exemplo: o modo que o ensino é trabalhado, se adaptações

¹ Segundo Felipe e Monteiro (2001), o sujeito surdo é aqueles/as que participam de comunidades, associações na sua própria cidade ou em outras localidades, sendo fatores predominantes dessas comunidades surdas o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), os esportes e as interações sociais. Já o Art. 2 do decreto 5.626 define pessoa surda como aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Libras.

são feitas e de que modo, a Libras no processo de letramento e Educação Científica e Matemática, entre outros. Nesse sentido, é relevante interligar essas áreas (sexualidade e surdez), e analisar o contexto do ensino e educação, a fim de diminuir entraves epistemológicos (MÜLLER, 2017), ou seja, falta de dados, de abordagens, e do “saber como”.

Se as questões atreladas à sexualidade não forem tratadas devidamente, problemas médicos, emocionais e sociais podem surgir na vida do indivíduo, seja ele surdo ou não (GOMEZ, 2011). Assim sendo, buscamos também por meio deste estudo, contribuir com abordagens didáticas adequadas para o exercício docente, de modo que o/a professor/a tenha possibilidades de desenvolver um trabalho significativo com estudantes surdos/as. Segundo Carvalho; Gomes; Braz (2020), existe uma necessidade acentuada de trabalhos visando auxiliar o/a docente em sala de aula.

Dentre as justificativas para a elegibilidade desta investigação, temos que ela possibilitará identificar, analisar e sistematizar informações e elementos teórico-metodológicos relevantes para a elaboração de futuras abordagens voltadas ao processo de ensino e aprendizagem de estudantes surdos/as (de escolas inclusivas² e bilíngues), bem como para a formação inicial e em serviço de professores/as, principalmente aos de Ciências e Biologia que normalmente trabalham com a Educação Sexual (ES) em sala de aula.

Além disso, a sexualidade dos estudantes com deficiência não é discutida de forma significativa em cursos de formação inicial, inclusive em áreas de educação. Logo, é destacável que essa temática faça parte de diferentes currículos e que ela seja trabalhada, inclusive, de maneira interdisciplinar (SOUSA *et al.*, 2009).

Tendo em vista essa lacuna em relação a esses temas, este trabalho se propôs a realizar uma pesquisa diagnóstica (2016/janeiro – 2021/janeiro) (Parte I), atualizando os dados a respeito dessa linha de investigação envolvendo a sexualidade e a surdez.

As informações obtidas no processo de levantamento de dados, serviram como base para o processo seguinte (Parte II), que consiste em analisar

² “Escola inclusiva é, aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades” (BRASIL, 2004, p. 1).

documentos (Projeto Político Pedagógico (PPP) e Planos de aulas/Planejamento anual) específicos de escolas de Educação Básica, na modalidade da Educação Bilíngue de surdos/as, a fim de observar se as informações contidas nesses documentos estão em articulação com os achados científicos. É importante frisar que essa divisão (Parte I e II), foi desenvolvida com a finalidade de organizar as informações e metodologias empregadas nesta pesquisa, todavia esses momentos não são excludentes, mas, sim, complementares.

As questões que serviram de base para essa investigação foram as seguintes: O que tem sido discutido em trabalhos científicos a respeito da sexualidade e da surdez divulgados nos últimos anos, e quais os apontamentos em relação às questões relativas ao ensino/educação de estudantes surdos? Existe alguma perspectiva produzida para o Ensino Fundamental (EF)? De que forma os conteúdos acerca da sexualidade humana são abordados em documentos pedagógicos brasileiros de escolas de Educação Básica, na modalidade da Educação Bilíngue, para surdos/as que estão no EF?

O objetivo geral foi identificar, problematizar e analisar aspectos de ensino interligados a sexualidade do estudante surdo presentes na literatura e contrastá-los com os documentos norteadores de escolas de Educação Básica, na modalidade da Educação Bilíngue para surdos, e com os planejamentos pedagógicos feitos pelo/a professor/a sobre a sexualidade também direcionados a esse público.

Os objetivos específicos foram: 1. Investigar a partir de uma revisão o que diz a literatura científica dos últimos cinco anos (2016 – 2021) a respeito da sexualidade, de seus aspectos de ensino e a sua relação com a surdez; 2. Analisar em Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de diferentes escolas de Educação Básica, na modalidade da Educação Bilíngue para surdos/as do Brasil, se a sexualidade está prevista para ser abordada e, se sim, de que modo se propõe que isso seja realizado; 3. Examinar os planos de aulas e/ou planejamento anual de ensino desenvolvidos pelos/as docentes atuantes no EF que trabalham a temática da sexualidade.

Para a fundamentação teórica apresentada no capítulo seguinte foi inicialmente realizada uma breve contextualização histórica a respeito da sexualidade, bem como a sua relação com a Educação que, por sua vez, são

intimamente relacionadas. Em seguida, foi discutido o modo como a temática sexualidade é abordada nos estudos científicos e nos documentos curriculares brasileiros. Depois, foram apresentadas as dimensões que compõem a sexualidade, a sexualidade com foco no sujeito surdo (tópico central desta investigação), e por fim, finalizamos com os aspectos didáticos relacionados ao tema como as abordagens empregadas, práticas mais atuais, entre outros pontos significativos voltados ao ensino.

Por fim, salienta-se que essa investigação faz parte dos trabalhos desenvolvidos no grupo de estudo e pesquisa “Investigações em Filosofia e História da Ciência, e Educação em Ciências e Matemática” – (IFHIECEM)³ da Universidade Estadual de Londrina (UEL) sob a coordenação da Profa. Dra. Irinéa de Lourdes Batista.

³ Para mais informações e acesso à outras pesquisas basta acessar o link: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/ifhiecem/index.htm>.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresentamos a fundamentação teórica da pesquisa. Dividimos a fundamentação em subcapítulos para facilitar a compreensão do leitor e expressar uma maneira de compreender os pressupostos teóricos norteadores dessa pesquisa.

No tópico a seguir trazemos um breve histórico a respeito do conceito de sexualidade humana, de modo a evidenciar sua pluralidade e evolução, além de fazer uma relação com a educação, foco desta pesquisa. Para isso serão utilizados autores/as como Foucault (1988) e Figueiró (2009ab), que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da área da sexualidade.

2.1 O CONCEITO HISTÓRICO DE SEXUALIDADE E SUAS RELAÇÕES COM O CURRÍCULO

A sexualidade humana tem sido objeto de indagações mesmo antes do advento do pensamento científico. Os questionamentos gerados estão registrados por meio das artes esculturais, das poéticas e até mesmo nas mais diversas iconografias (FOUCAULT, 1988). No entanto, ainda hoje, ao tangenciar a sexualidade tem-se dificuldade de definir esse termo e isso pode estar relacionado com a etimologia da palavra **definir** que, do Latim *definire*, deriva de um processo de finitude: dar fim. Sendo assim, o amplo aspecto de significação e o seu uso conceitual, assim como muitos outros elementos da Ciência, está em constante e permanente construção. Atualmente, o que se é possível fazer é rastrear os significados que a esse termo foram conferidos ao longo do tempo e, a partir dessa análise inicial, traçar uma significação para o seu uso neste espaço e tempo, que seja coerente com a epistemologia que se constrói neste estudo (FOUCAULT, 1988).

A sexualidade permeia as culturas humanas desde sua origem, sendo associada ao culto das deusas da fertilidade, ou demais signos que demonstravam a positivação da expressão sexual (FOUCAULT, 1988). Neste período, destacam-se inúmeros registros arqueológicos e dados antropológicos que remontam a vivência da sexualidade nas comunidades humanas, entre eles: o arquétipo feminino de “Vênus”, as esculturas gregas e os escritos romanos. Esses e outros registros retratam a sexualidade em diversas nuances, ora relacionando a

fertilidade com a reprodução, ora refletindo acerca da virilidade, do corpo e do desejo sexual. Mesmo na atualidade, esse conceito continua englobando esses assuntos, e, possivelmente, devido a essa pluralidade semântica, os mitos com eles relacionados, além de outros fatores, que ainda se cometam tantos equívocos no seu entendimento (FOUCAULT, 1988).

Entretanto, em determinado período histórico⁴ e com o avanço da dominação cristã, a sexualidade passou a ser restringida das práticas culturais cotidianas e comuns, relegadas apenas a alguns corpos que deveriam se relacionar de uma só forma e com um mesmo intuito, a reprodução (FOUCAULT, 1988). Esta narrativa a respeito da sexualidade foi amplamente disseminada na modernidade e duramente questionada por Foucault (1988). Para o autor, a repressão da sexualidade não é apenas fruto de uma lógica capitalista e cristã, haja vista que se defendia a prática sexual matrimonial e reprodutiva, não havendo uma repressão de forma generalizada, mas a normatização da sexualidade. Logo, a sexualidade para Foucault, está relacionada diretamente com a organização do poder, que deixou de ser a respeito da sentença de morte, como no absolutismo⁵, para assumir o controle sobre a vida por meio da vigilância e da punição (FOUCAULT, 1988).

De forma característica, Foucault utilizou dos mecanismos de arqueologia do saber para se aprofundar no que concerne à sexualidade (FOUCAULT, 1988). Neste ponto, ao assumir que a sexualidade passou a ser um modo de fazer operar o controle da vida por meio do poder sobre os corpos, o autor faz referência a sexualidade como um dispositivo discursivo de poder. Assim, a sexualidade seria normatizadora a fim de garantir meios de manutenção do poder vigente a partir da vigilância, da correção e da punição aos corpos. Os corpos que resistissem ou fugissem a norma, seriam considerados desviantes, marginais e dissidentes (FOUCAULT, 1985; 1988).

Em outro momento histórico (final da modernidade), predominaram discursos a respeito da sexualidade baseados em aspectos biológicos, os quais restringiam a fisiologia e a anatomia do corpo à reprodução e aos seus fatores associados (BIANCON, 2005). Nesse momento era comum encontrar discursos escolares que reafirmam a sexualidade como um fator biológico e essa relação

⁴ Idade média (476 a 1453).

⁵ “O absolutismo se caracterizou, entre outras coisas, por uma grande concentração de recursos de poder na monarquia. Tratava-se de um poder de ação intermitente, sempre visando esmagar ou aniquilar seu alvo” (ALBUQUERQUE, 1995, p. 107).

estava pautada na materialidade do corpo e no funcionamento de seus hormônios, estabelecendo-se uma narrativa do que era natural (normal, normativo) e do que não era natural (FOUCAULT, 1985; 1988). Além de normatizar as práticas sexuais, esse discurso se pautava em uma lógica funcional do aparelho genital que cumpriria sua função reprodutiva, ou seja, nesta perspectiva, os idosos e as crianças não teriam sexualidade e nem a expressão dela (SOARES, 2012).

Diante destes apontamentos, emergiu um conceito de sexualidade que perpassou e integrou diferentes âmbitos como: questões biológicas, psicológicas, históricas e sociais. Além disso, a sexualidade foi considerada como parte do processo de desenvolvimento humano (FIGUEIRÓ, 2009b) presente em todas as etapas da vida, embora se expresse de formas diferentes em cada momento. A sedimentação teórica deste conceito tem sido organizada e utilizada a partir dessas premissas fundantes e considerando a integralidade da vida humana. Um exemplo de um produto dessa sedimentação foi a conceituação da Organização Mundial da Saúde – OMS (2017), que argumentou que a sexualidade é:

[...] uma energia que nos motiva para encontrar amor, contato, ternura e intimidade; ela integra-se no modo como sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser-se sensual e ao mesmo tempo ser-se sexual. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental (OMS, 2017, *online*).

A sexualidade, portanto, passou a considerar questões emocionais, sentimentos, socialização, afetividade e desenvolvimento físico, além de compreender as práticas e os atos sexuais (FIGUEIRÓ, 2009a).

Entende-se que na infância, processo caracterizado por grandes vivências, mesmo que os sujeitos não executem práticas sexuais⁶, sentem prazer, são afetivos, socializam e estão em processo de desenvolvimento e crescimento que influenciará suas relações sociais e com seu próprio corpo, portanto, são reconhecidos como dotados de sexualidade (FIGUEIRÓ, 2009a). De forma mais assertiva, a sexualidade é – também – parte constituinte das crianças, dos adolescentes, dos adultos e dos idosos, mesmo que estes não tenham relações sexuais, pois o espectro compreendido pela sexualidade é muito mais abrangente do que o sexo ou práticas sexuais.

⁶ Nesse ponto é preciso destacar que os jovens na infância (período do desenvolvimento do ser humano, que vai do nascimento ao início da adolescência), também realizam práticas sexuais, como, por exemplo, a masturbação.

A partir dessa virada conceitual, entendeu-se que a sexualidade era fundamentalmente constituinte dos seres humanos. Essa concepção modificou e deslocou as discussões a respeito da sexualidade, destacando a necessidade de se incluir tópicos relacionados a esse tema nos currículos escolares. A inserção da sexualidade deu-se por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997), que instituíram e regulamentaram o trabalho com a sexualidade no ambiente escolar enquanto “Orientação Sexual”. Este documento possuía elementos que diziam acerca da sexualidade em um largo espectro, como o afeto e os sentimentos, além de questões relacionadas ao desenvolvimento do corpo humano e a puberdade.

Na agenda de “Orientação Sexual” do PCN este tema era transversal, sendo trabalhado nas disciplinas que podem se adequar ao tema, ou seja, era para ser ministrado de maneira interdisciplinar, a qualquer período e série da educação básica (BRASIL, 1997). Para isso, entendeu-se que a prática pedagógica não deveria ser prescritiva nem impositiva, mas trabalhada de forma orgânica junto aos demais conteúdos. Embora essa proposição transversal e não prescritiva conferisse autonomia para que os docentes decidissem como e quando trabalhar as temáticas da sexualidade, essa flexibilização deu abertura para que não fossem priorizados, acabando por não ser trabalhados em momento algum.

Nesse contexto, pesquisas já traziam reflexões acerca das possibilidades de trabalho com esses temas, a importância de se discutir a sexualidade e da formação de professores/as para o que se convencionou chamar de Educação Sexual (FIGUEIRÓ, 1996; 2007). Louro (2019), ao analisar as formas discursivas de se educar, observou que a ausência de discussão acerca da sexualidade produz uma forma de se inscrever a sexualidade como um segredo, um tabu, ou algo que não deve ser falado.

Na tradição dualista, natureza e cultura estão separadas, e o corpo, localizado no âmbito da natureza, é negado na instância da cultura. Argumento contra esse pensamento dicotômico. Centralizando a análise nas dimensões de gênero e sexualidade, passo em revista teorizações que vão do determinismo biológico ao construcionismo social, buscando problematizar o uso genérico e banalizado da expressão "construção social". Assumo que, tal como o gênero, a raça ou a classe, a sexualidade também precisa ser compreendida no âmbito da história e da cultura (LOURO, 2000, p. 59).

A autora também questiona as concepções que justificavam que os/as docentes e os/as gestores/as se eximissem da responsabilidade de trazer a sexualidade à tona como parte do corpo e da cultura.

No decorrer dos últimos anos, dados alarmantes a respeito dos números de gravidez na adolescência, da incidência de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) e de violência sexual contra crianças e adolescentes promoveram uma maior atenção acerca das temáticas relacionadas à sexualidade. No entanto, por vezes, os/as docentes alegavam não se sentirem aptos para trabalhar sexualidade na escola (BLASIUS, 2019) e, portanto, solicitam palestras de enfermeiras ou outros/as profissionais da área da saúde que visavam uma formação instrucional voltada para a higiene e os aspectos fisiológicos da sexualidade (MAISTRO, 2006). Além disso, temáticas como puberdade, reprodução, hormônios e aparelho genital passaram a compor o currículo das disciplinas de Ciências e Biologia, que gerou uma responsabilização de docentes dessas disciplinas para abordarem a sexualidade na escola (BLASIUS, 2019).

Considerando o aspecto plural do conceito da sexualidade e que seu entendimento pode ser equivocado, uma vez que ao longo das décadas vão sendo incorporados significados e valores, no próximo capítulo discutimos acerca das expressões científicas utilizadas para abordar a sexualidade. Entendemos que informando o leitor a respeito dessas terminologias evitamos possíveis equívocos no campo da sexualidade.

2.2 EXPRESSÕES CIENTÍFICAS DA SEXUALIDADE: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO

Entre os debates presentes no campo de investigação da sexualidade humana estão aqueles relacionados a sua abordagem. Elas foram surgindo ao longo das décadas, criando-se debates científicos importantes e necessários para o aprimoramento da área, que ainda se encontra em desenvolvimento.

Atualmente são plurais as expressões utilizadas para problematizar ou apresentar a temática da sexualidade, todavia existem aquelas que estão em maior número em pesquisas acadêmicas, sendo elas: “Educação Sexual”, “Orientação Sexual” e “Educação para a Sexualidade” (FERNANDES, 2020). Tendo

em vista que as citações científicas estão concentradas nessas três expressões, iremos direcionar a discussão para elas.

Entretanto, cabe destacar que existem também outras expressões menos utilizadas, por exemplo: “Educação em Sexualidade” (adotada pela A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco); “Educação Afetivo-Sexual” (RIBEIRO, 2017), “Saúde Sexual” (MALTA *et al.*, 2011; CORRÊA; ALVES; JANNUZZI, 2015) ou até mesmo a expressão “Sexualidade”, adotada normalmente por sexólogos/as e psicólogos/as.

No geral, observamos que o uso de cada expressão está normalmente atrelado ao referencial teórico adotado pelo/a pesquisador/a, fazendo com que as pesquisas apresentem uma variedade de nomenclaturas. Entre os elementos em comum que podemos identificar na diversidade de expressões ligadas à sexualidade, está o fato de a observarem como uma atividade pertencente à humanidade, que pode ser desenvolvida tanto em ambientes formais, por meio dos currículos, quanto de modo informal a partir das múltiplas relações humanas (VARELA; RIBEIRO, 2017).

De acordo com Fernandes (2020), essas expressões, muitas vezes, não apresentam uma padronização com relação ao seu uso e/ou definição. Figueiró (1996, p. 59) chama a atenção quando pontua que as “diferenças, incoerências e confusões geradas nessa diversidade de definições e compreensões podem comprometer a qualidade da produção científica e o avanço do corpo teórico desta área do conhecimento”. Segundo Figueiró (1996), é preciso pôr fim nos sinônimos utilizados para abordar a sexualidade e organizar as terminologias de acordo com o objetivo conceitual, visando dar maior consistência ao corpo teórico.

Figueiró (1996) investigou dissertações, teses, artigos científicos, livros e trabalhos apresentados em eventos nacionais do período de 1980 a 1993 (13 anos), a fim de analisar quais terminologias estavam sendo adotadas nos trabalhos acadêmicos para se referir à sexualidade. Como resultado a autora observou que no grupo A⁷, a expressão “Educação Sexual”, foi utilizada em 18 publicações (54,55%), enquanto que “Orientação Sexual” foi encontrada em apenas um referencial. Já em 13 publicações (39,33%), a expressão “Educação Sexual” foi usada como sinônimo de “Orientação Sexual”, e por fim, em uma publicação, foi

⁷ Composto por livros e capítulos de livros.

possível identificar a expressão “Informação Sexual”, também usada como sinônimo para “Educação Sexual”.

No grupo B⁸, a expressão “Educação Sexual” foi identificada em 42 trabalhos (58,33%), enquanto que a expressão “Orientação Sexual” foi visualizada em 6 publicações (8,33%). No grupo C⁹, a “Educação Sexual” foi identificada em 7 trabalhos (43,7%). E a “Educação Sexual” e a “Orientação Sexual” aparecem como sinônimos em 8 trabalhos (50%).

Figueiró (1996) apontou que não existe uma padronização das terminologias em relação à sexualidade nos trabalhos acadêmicos. Todavia, observa-se que entre as expressões, a “Educação Sexual” foi a que demonstrou maior prevalência entre as identificadas, uma vez que a utilização da expressão é mais antiga quando comparada às expressões restantes. Devemos considerar que:

Para um avanço substancial de um conjunto teórico de conhecimentos, é imprescindível que se parta do que já foi construído na área; no caso aqui em questão: que se parta dos conceitos já elaborados. O que não significa, evidentemente, que se deva conservá-los de maneira acrítica, mas sim que sejam tomados como ponto de referência para novas conceituações, quando essas se fizerem necessárias, ou mesmo quando se deseja propor novas conceituações (FIGUEIRÓ, 1996, p. 291).

Existe um posicionamento entre os/as estudiosos/as no que se refere a utilização das expressões relacionadas à sexualidade. Os/as autores/as que fazem uso de “Educação Sexual” são: Werebe (1978; 1998); Goldberg (1982); Vitiello (1995); Guimarães (1995); Figueiró (1996); entre outros/as. Já França (1984), Ribeiro (1990), Pinto (1995); Sayão (1997), Maia (2004) entendem a nomenclatura “Orientação Sexual” como mais apropriada. Já na década de 2010 surgiu uma nova expressão “Educação para a Sexualidade”, que também não foi uma escolha unânime entre os/as estudiosos/as (MAIA; RIBEIRO, 2011).

De acordo com Fernandes (2020), as diferenças presentes entre os/as teóricos/as mencionados acima se dá no objetivo do uso de uma expressão ou outra, na sistematização, ou não, do lugar em que a sexualidade é abordada, e se o processo educativo ocorre de maneira formal ou informal, entre outras questões.

A definição de “Educação Sexual” que adotamos nesta pesquisa, devido sua consistência teórica, segundo Figueiró (1996, p. 51) é:

⁸ Composto por artigos, pesquisas e investigações apresentadas em eventos.

⁹ Composto por dissertações e teses.

[...] toda ação ensino/aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja em nível de conhecimento de informações básicas, seja em nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionadas à vida sexual.

Para Werebe (1998), a expressão seria indicada para denominar a prática educativa intencional em matéria de sexualidade. Assim como Figueiró, a autora compreende [Educação Sexual] como:

[...] todas as ações, deliberadas ou não, que se exercem sobre um indivíduo, desde seu nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre suas atitudes, comportamentos, opiniões, valores ligados à sexualidade. A educação sexual, num sentido amplo, processo global, não intencional, sempre existiu, em todas as civilizações, no decurso da história da humanidade, de maneira consciente ou não, com objetivos claros ou não, assumindo características variadas, segundo a época e as culturas (WEREBE, 1998, p. 138).

Levando em consideração os/as autores/as que utilizam a expressão “Educação Sexual” em suas obras, nota-se que existe um consenso quanto a sua definição, considerando-a como uma ação complexa e que envolve diversos aspectos, estes importantes “para a formação de atitudes referentes à maneira de viver a sexualidade” (VITIELLO, 1995).

Xavier Filha (2009b), traz alguns autores/as que não usam a nomenclatura “Educação Sexual” por conta de estar associada com questões prescritivas, normatizadoras e moralistas, ou seja, que tinham o intuito de controlar a expressão da sexualidade das crianças e dos/as jovens.

Essas questões mencionadas anteriormente, atreladas a discursos biologizantes, higienistas, universalistas e essencialistas fez com que o termo “Orientação Sexual” passasse a ser visto, por alguns, como a expressão correta. No campo da Educação a expressão citada anteriormente deriva do termo “Orientação Educacional”, cujo cunho pedagógico é atrelado a uma intervenção sistemática, que ocorre principalmente nas escolas.

Segundo Cardoso (2008), o conceito de “Orientação Sexual” pode variar conforme a área e o autor, estando na maioria dos casos relacionados ao desejo sexual do indivíduo, isto é: heterossexual, homossexual, bissexual, assexual, dentre tantas outras (XAVIER FILHA, 2017).

Para o Grupo de Trabalhos e Pesquisa em Orientação Sexual (1994, p. 7), a “Orientação Sexual” na escola:

[...] é um processo que procura estimular a reflexão sobre todos os temas da sexualidade, especialmente os polêmicos. Visa conquistar bem-estar sexual, relações de gênero com igualdade, respeito à diversidade sexual e prevenir problemas como a gravidez não-desejada [...].

Na literatura observa-se também certo consenso em relação a definição de que a “Orientação Sexual” estaria atrelada a um programa que se desenvolve em um ambiente específico, em tempos definidos, de maneira formal, sistematizada, com objetivos preestabelecidos (PINTO, 1995; SAYÃO, 1997; MAIA, 2004) e com a participação de profissionais treinados para esse trabalho (RIBEIRO, 1990).

Todavia existem alertas que buscam incentivar o debate a respeito das terminologias utilizadas no campo da sexualidade, evitando posturas dogmáticas e anticientíficas. Esses alertas, por exemplo, apontam que sua utilização [Orientação Sexual] pode causar alguns problemas, pois pode ser confundida com “a orientação que a pessoa imprime a sua sexualidade” (WEREBE, 1998, p. 155), haja vista que orientações possuem o poder, como também não, de direcionar a decisões que serão tomadas pelas pessoas.

Vitiello (1995), no sentido de alertar, complementa expondo que o conceito de “Educação Sexual” abarca um conjunto de informações, entre elas, orientações voltadas a uma formação significativa do indivíduo.

Informar é uma atividade de ensino, de instrução, e não de educação, ao menos enquanto a informação for passada isoladamente [...] Aconselhar, por outro lado, consiste em auxiliar o aconselhando a decidir-se por um ou vários dos possíveis caminhos que ele próprio já conhece, em outras palavras, aconselhar significa ‘ajudar a decidir’. Educar, finalmente, embora possa passar por informar, por orientar e por aconselhar, é mais do que a soma dessas partes isoladas. Educar, no sentido mais amplo, significa formar, não na acepção de que o educando seja uma cópia do educador, mas sim na de que o educador dá ao educando condições e meios para que cresça interiormente (VITIELLO, 1995, p. 18).

De acordo com Varela e Ribeiro (2017), a expressão “Educação para a Sexualidade”, mais atual no cenário da sexualidade, propõe não apenas educar os/as estudantes acerca dos temas relativos à sexualidade, como também problematizar as práticas e os conceitos impregnados em nossa sociedade, entre eles, questões relativas ao gênero, aos corpos, ao desejo, à expressão idiossincrática da sexualidade, à vivência da maternidade e paternidade, bem como às diversas formas de violência e discriminação.

De acordo com Varela e Ribeiro (2017), essa expressão possibilita uma abordagem mais ampla quanto à sexualidade, perpassando os aspectos históricos, sociais e culturais. Atrelado a isso, essa terminologia tem como intuito questionar sentidos comuns e discursos dogmáticos, debatendo questões que antes eram tidas como verdades absolutas ou "naturais".

Segundo Xavier Filha (2009b, p. 31):

A conjunção e o artigo que ligam as palavras 'educação' e 'sexualidade' também podem ser pensados como a transitoriedade, ou seja, a educação para a 'vivência' de sexualidade. O termo, inclusive, poderia ser 'educação para as sexualidades'.

Para Varela e Ribeiro (2017, p. 20), a "Educação para a Sexualidade" vai na contramão de normas, regras e padrões estabelecidos no senso comum, ou seja, trata de "pensar na transitoriedade de nossas identidades, em denunciar as violências já tão banalizadas e naturalizadas em nossa sociedade, possibilitar que novas questões sejam acionadas como a vivência dos prazeres e desejos, a curiosidade".

Diante das expressões existentes, compactuo com os/as pesquisadores/as que utilizam "Educação Sexual". Essa terminologia é apropriada e deve ser empregada entre os/as estudiosos/as, pois engloba uma série de atividades (sistematizadas ou não), considera aspectos históricos, sociais, culturais, afetivos, psicológicos, além de fazer luz a questões que estão presentes no conceito das expressões "Orientação Sexual" e "Educação para a Sexualidade".

Além da sexualidade apresentar uma variedade de expressões, observa-se também que são plurais as dimensões relacionadas a ela, e é nesse sentido que desejamos no capítulo seguinte falar a respeito dessas dimensões, trazendo uma problematização significativa e necessária aos leitores/as acerca dessas informações.

2.3 DIMENSÕES DA SEXUALIDADE HUMANA

De acordo com Abreu (2008, p. 25) "a sexualidade pode ser estudada segundo várias dimensões, entre as quais se destacam, a biológica, a

psicológica, a comportamental, a clínica, a histórico-cultural e a ética¹⁰. Essas dimensões são importantes no sentido de romper com a visão biológica, adicionando componentes cognitivos, emocionais, relacionais e éticos, o que corrobora com Werebe (1998), quando diz que a sexualidade tem um sentido que transcende a simples reprodução e deve ser compreendida em função de todas as suas dimensões.

Ponderando as plurais dimensões citadas, a biológica se destaca por sua delimitação/reconhecimento que “são fundamentalmente os factores biológicos que controlam o desenvolvimento sexual humano, desde a concepção até ao nascimento, e também que possibilitam a reprodução após a puberdade” (ABREU, 2008, p. 26). No geral, essa dimensão exerce influência em outras, especialmente a psicológica, pois nas relações de desejo e prazer estão envolvidos componentes neuroquímicos. Já na puberdade, por exemplo, hormônios como a testosterona e estrogênio se acentuam, moldando o comportamento sexual dos/as jovens.

Pereira e Monteiro (2015, p. 134), complementam expondo que:

Esses trabalhos, embora afirmem que as ações envolvendo o tema sexualidade devem ir além do aspecto preventivo, não fazem uma integração entre as ciências sociais e biológicas ao pensar o tema em questão. Não há também uma articulação entre as desigualdades e preconceitos que envolvem os diferentes estereótipos relacionados à questão do gênero e orientação sexual. A reprodução é tema central desses trabalhos, o que inclui a anatomia dos órgãos sexuais, fecundação, métodos contraceptivos e estratégias de prevenção da gravidez precoce, das DST e aids.

As autoras citadas anteriormente veem a dimensão biológica como limitada, uma vez que ela não consegue contemplar todas as dúvidas existentes entre os/as estudantes. Logo é preciso que essa dimensão seja articulada aos aspectos socioculturais da sexualidade, podendo desse modo realizar uma abordagem integradora desse tema.

A dimensão psicológica, por sua vez, está relacionada com os pensamentos, fantasias, desejos, emoções, afetos, e explica o modo como a sexualidade se desenvolve e se manifesta nos/as jovens (ABREU, 2008). Sendo fundamental para “formação da identidade, do autoconceito, da autoestima, do

¹⁰ Para essa pesquisa será enfatizado as dimensões biológica, psicológica, histórico-cultural e ética, indo ao encontro do que propõe Abreu (2008, p. 3): “[...] são estas as dimensões com que o professor mais se confronta no exercício da sua acção educativa, particularmente, no domínio da educação sexual”

relacionamento com os outros e, conseqüentemente, do bem-estar geral do indivíduo”, ou seja, do sujeito sexual (ALVES, 2010, p. 9). Além disso, tem-se que a adolescência está intimamente marcada com o psicossocial (ABREU, 2008), pois ocorrem muitas mudanças nessa fase como a questão física, comportamental e psicológica.

Em Abreu (2008) é possível observar a perspectiva Freudiana e Eriksiana que tratam da dimensão psicológica da sexualidade, e em especial, para o jovem adulto. Todavia, não é a intenção desse trabalho se aprofundar nessa dimensão, mas, sim, nos jovens do Ensino Fundamental (EF).

A dimensão sociocultural “descreve o modo como se transformaram os códigos e valores sobre sexualidade e sexo, evidenciando a íntima relação existente entre as transformações sociais e econômicas com o comportamento sexual” (ABREU, 2008, p. 36). Pereira e Monteiro (2015), em harmonia, salientam que essa dimensão engloba os processos de socialização, as vivências histórico-culturais, as relações de gênero e a diversidade sexual. Além de discutir:

[...] a diversidade de orientações sexuais (incluindo a homossexualidade), os valores, os tabus e os preconceitos ligados ao tema. Os estudos não tratam necessariamente de todos os itens descritos, mas valem-se de alguns deles, e esclarecem a importância de fatores socioculturais na constituição das identidades sexuais e de gênero” (PEREIRA; MONTEIRO, 2015, p. 134).

É evidenciado que os aspectos sociológicos foram incorporados nas publicações acadêmicas (ensino/educação) que versam a respeito da diversidade sexual, relações de gênero, gravidez, IST's, entre outros temas, que normalmente estão presentes na dimensão biológica (PEREIRA; MONTEIRO, 2015), o que demonstra a relevância dessa dimensão nas discussões a respeito da sexualidade.

A dimensão ética se trata de um aspecto indissociável do ser humano e da sexualidade, estando vinculada às vivências idiossincráticas de cada indivíduo, sendo assim, a forma como as pessoas lidam com os problemas existentes nessas vivências justifica escolhas e serve como base para a expressão do comportamento sexual (ABREU, 2008). De acordo com o autor, essa dimensão:

[...] será também uma das vertentes da sexualidade que suscita maior polêmica e controvérsia, dada a multiplicidade de considerações daí emergentes. tratar-se de uma dimensão que importa ser estudada e compreendida pelos educadores, com o intuito de clarificar os valores e os princípios promotores de uma sexualidade saudável sem cair na

doutrinação despropositada típica de um passado recente (ABREU, 2008, p. 41).

Além disso, os valores e princípios ético-morais, uma vez ligados à sexualidade, podem ser percebidos no contexto de outras dimensões. E quando se trata de estudos envolvendo essa temática [sexualidade], invariavelmente ocorre o surgimento de questões ético-morais, como em assuntos que envolvem privacidade, confidencialidade, ou que adentram no íntimo do indivíduo. Comportamento, atitudes, conhecimento, todos esses estão repletos de elementos ético-morais (ABREU, 2008).

Abreu (2008, p. 44), ainda complementa:

Na actualidade, a questão da formação ético-moral em contexto escola é, por vezes, crítica, porque, não se sabendo especificamente que valores transmitir e assumindo o respeito pelos valores dos outros, podemos facilmente cair em duas situações extremadas e opostas: o endoutrinação, que sujeita os alunos a uma série de normas éticas ou religiosas de forma irreflectida; e o relativismo ético absoluto, que paralisa qualquer processo educativo coerente pois assume qualquer valor como possível.

Sendo assim, é possível observar que a sexualidade humana engloba diferentes dimensões que se articulam para gerar uma realidade complexa. Além disso, Abreu (2008, p. 44) observa a sexualidade com uma “energia motivacional que influencia e é influenciada pelo curso da história sendo um importante organizador social”.

No subcapítulo seguinte realizamos uma discussão acerca da sexualidade humana nos respaldos de políticas públicas, podendo assim compreender como essa temática tem sido tratada nos documentos educacionais, importantes na orientação pedagógica das instituições de ensino.

2.4 SEXUALIDADE NAS DIRETRIZES ESTADUAIS E NOS RESPALDOS POLÍTICOS LEGAIS

Conforme aponta Barbosa; Viçosa; Folmer (2019), não existe uma regulamentação que faça com que a temática da sexualidade humana seja trabalhada nas escolas, o que existe são documentos que orientam a respeito da sua inserção e prática. Entre esses documentos estão, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os Planos Nacionais de Educação (PNE), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN),

entre outros documentos e/ou respaldos políticos que citam a sexualidade no corpo do texto.

Foi a partir da metade dos anos de 1990 que a temática sexualidade começou a ser integrada às discussões presentes no Ministério da Educação (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019). Essas discussões se iniciaram em 1997 com a divulgação dos PCNs. Esse documento possuía volumes destinados para cada disciplina, além de um voltado aos temas transversais. Nos PCNs da Ciência da Natureza, a sexualidade era observada tanto nos anos iniciais, quanto nos anos finais do EF. Além disso, a temática era evidenciada nos temas transversais e nos documentos das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, voltados ao Ensino Médio (EM) (BRASIL, 1997).

Segundo seus organizadores/as, o objetivo desse documento é:

[...] promover reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, bem como de pais e responsáveis, com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica da escola no trato de questões da sexualidade (BRASIL, 1997, p. 287).

Segundo Barboda; Viçosa; Folmer (2019), foi por meio dos PCNs que a temática sexualidade e gênero estiveram mais presentes no contexto escolar. Com isso, a Educação Sexual voltou a ser desenvolvida nas instituições de ensino. Houve alguns fatores para que essa temática ganhasse relevância e fosse mais desenvolvida nos contextos educativos, entre esses fatores podemos citar a sua desmistificação que, de modo gradativo, foi ocorrendo e modificando o cenário desse tipo de ensino. Todavia, sua prática não ocorreu de maneira efetiva, não sendo bem aceita pelas escolas, o que explica o insucesso desse documento (MONTEIRO; RIBEIRO, 2018).

Em 2001, ocorreu a publicação do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 10.172/2001, que estabeleceu metas, estratégias e diretrizes para a educação. Essas metas deveriam ser atingidas até o ano de 2010. Entretanto, a execução desse plano, bem como seus objetivos não foram totalmente concluídos, ou nem sequer foram desenvolvidos (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019).

No PNE 2014-2024 (atual documento), as questões vinculadas à sexualidade, de forma superficial, estão presentes no item (3) das diretrizes, na qual destaca “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”, e no item (7.23)

das estratégias “garantir políticas de combate à violência na escola [...] como a violência doméstica e sexual [...]. (BRASIL, 2014). As expressões como Sexualidade, Orientação Sexual, gênero e diversidade sexual foram suprimidas do documento, deixando evidente o debate ineficiente dessas temáticas no campo da educação.

Segundo Groff *et al.* (2015), a retirada dessas expressões e, conseqüentemente, dos conteúdos relativos a elas, é sinal de retrocesso na educação. Tem-se que existe um movimento fundamentalista, normalmente liderado por deputados/as da chamada bancada evangélica, que se negam a aceitar a pluralidade existente no campo da sexualidade, e que vão ao contrário de uma educação que seja mais inclusiva e humanista (GROFF *et al.*, 2015).

Observa-se que uma sociedade está se perdendo ou se desfazendo quando seus valores humanos são esquecidos, isto é, quando os mais vulneráveis não são atendidos ou levados em conta, entre eles os/as estudantes com deficiência, idosos, mulheres, pretos, indígenas e comunidade LGBTQIA+ (SILVA *et al.*, 2020).

A Base Nacional Comum Curricular teve sua primeira versão divulgada em 2015. Nela a temática da sexualidade se fazia presente na disciplina de Ciências por meio do conteúdo “Vida: Constituição e Reprodução”. Além disso, havia objetivo de compreender as mudanças ocorridas durante a puberdade, ou seja, as mudanças físicas, fisiológicas e comportamentais (BRASIL, 2015). A segunda versão desse documento foi disponibilizada pelo Ministério da Educação (MEC) no ano de 2016, e nele foi possível observar que a temática da sexualidade também era apresentada.

O corpo expressa e carrega consigo não somente características físicas e biológicas, mas também marcas de nosso pertencimento social que repercutem em quem somos e nas experiências que temos em relação ao gênero, à etnia ou raça, à classe, à religião e à sexualidade (BRASIL, 2016, p. 69).

Já na última versão, disponibilizada em 2017, a temática sexualidade aparece apenas no oitavo ano, ou seja, na disciplina de Ciências e sua menção faz luz aos aspectos reprodutivos e preventivos (IST's). E como esclarecem Pereira e Monteiro (2015), apenas a dimensão biológica da sexualidade não consegue abordar todas as dúvidas existentes entre os/as estudantes, não servindo a ES, nesse enfoque, seu papel maior.

A partir dos documentos citados anteriormente, observa-se que:

[...] ocorreram consideráveis conquistas e notáveis recuos, preservando-se o entendimento das tensões e conflitos que marcam a tomada de posição pública frente aos desafios de se estruturar e sedimentar políticas de educação sexual neste país. Sendo assim, podemos observar que, entre um documento e outro, a sexualidade perdeu seu caráter educativo, no sentido mais amplo, ficando restrita aos aspectos biológicos, através das aulas de ciências, deixando de ser interdisciplinar para ser disciplinar (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019, p. 7). [...] últimos documentos o governo tem utilizado do mecanismo de interdição e silenciamento para controlar e regular o que, como e quando falar sobre sexualidade nas escolas, refutando o direito à informação (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019, p. 9).

No que tange o uso das expressões ligadas à sexualidade nos documentos curriculares nacionais¹¹, encontra-se que nas Diretrizes Curriculares do Paraná (2008-2019) a sexualidade é apresentada e contextualizada por meio das expressões: “Educação Sexual”; “Orientação Sexual”, “Diversidade Sexual”, “Saúde Sexual”, além da própria palavra “Sexualidade” (PARANÁ, 2010). Já no Currículo do Estado de São Paulo, especificamente na área das Ciências da Natureza e suas Tecnologias, a sexualidade é apresentada apenas pela expressão “Sexualidade” (SÃO PAULO, 2011). A versão disponibilizada em 2019, também traz a expressão “Sexualidade”, bem como “Saúde Sexual” (SÃO PAULO, 2019).

No Referencial Curricular Gaúcho (RIO GRANDE DO SUL, 2018) é possível visualizar as expressões “Orientação Sexual” e “Sexualidade” sendo abordadas nos temas “contemporâneo” e no tópico “educação e formação de sujeitos no contexto escolar”. Em outro documento gaúcho menos atual, denominado “Reestruturação Curricular Ensino Fundamental e Médio Documento Orientador” (RIO GRANDE DO SUL, 2016), encontramos as mesmas expressões do documento citado anteriormente. O Documento de Orientação Curricular do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2019), aborda as expressões “Orientação Sexual”, “Saúde Sexual” e “Sexualidade”.

Como representante da região nordeste, foi analisado o Documento Curricular Referencial da Bahia para o EF (BAHIA, 2020). Nele foi possível identificar as expressões: “Diversidade Sexual”, “Orientação Sexual”, “Saúde Sexual” e

¹¹ Levando em consideração o quadro 14, que demonstra que os principais estados brasileiros que possuem Escolas de Educação Básica, na modalidade da Educação Bilíngue para surdos/as do Brasil são: Rio Grande do Sul; São Paulo; Paraná e Rio de Janeiro que foi priorizado falar a respeito das diretrizes dos mesmos, bem como exemplares correspondentes da região nordeste, norte e centro-oeste.

“Sexualidade”. Já no Referencial Curricular (AMAZONAS, 2019) e nas Diretrizes Curriculares e Pedagógicas (AMAZONAS, 2020) Amazonenses também é evidenciada a presença das expressões já mencionadas acima.

Logo, observa-se que existe uma predominância da expressão Orientação Sexual nas diferentes DCN do país. Esse fato se dá devido ao PCN que originalmente fez uso dessa expressão em 1997, influenciando na construção de outros documentos políticos educacionais, sejam eles nacionais ou estaduais.

Considerando as discussões até aqui realizadas, que possibilitaram compreender melhor a respeito da sexualidade e de como ela está disposta nos documentos norteadores brasileiros, que no próximo capítulo entraremos no objetivo central, ou seja, abordar a sexualidade a partir da perspectiva da surdez.

2.5 SEXUALIDADE DO SUJEITO COM DEFICIÊNCIA: FOCO NA SURDEZ

Não existem evidências científicas que comprovem que as pessoas com algum tipo de deficiência não possuam sexualidade, ou que o desenvolvimento seja qualitativamente diferente de outros indivíduos (GLAT, 1992; GLAT; FREITAS 1996). No sentido de haver equívocos acerca dessa temática, Maia (2006) expõe ser necessário debater e desmistificar a sexualidade na sociedade, entre elas: as de pessoas com algum tipo de deficiência.

Temos que os adolescentes estão cada vez mais expostos ao sexo e a conteúdos com teores sexuais, principalmente se levarmos em consideração que veículos como filmes, televisão, revistas, músicas e, principalmente, a internet, contribuem para uma maior exposição e iniciação sexual precoce (AAP, 2001). Devido a este fato, é importante que haja um diálogo com abertura para que as dúvidas desses/dessas jovens sejam sanadas a partir de bases científicas, uma vez que o sexo faz parte de nossas vidas, inclusive, das pessoas com deficiência (GOMEZ, 2011). Como argumenta Rosana Glat (2004), esses estudantes são jovens assim como outros jovens e também apresentam dúvidas, angústias, necessidades, interesses e aptidões.

No que tange à sexualidade das pessoas com algum tipo de deficiência tem-se que não é uma temática abordada e problematizada na sociedade de forma significativa. Como reflexo disso, observamos crenças de que as pessoas com um desenvolvimento diferente do considerado “comum” ou “normal” seriam

inocentes, infantis e/ou sem libido. Abreu; Silva e Zuchiwschi (2015, p. 3) complementam que existe uma ideia de que a sexualidade desse público se “manifesta de forma atípica, infeliz (quase patológica), sem expectativa de união afetivo-sexual, sendo narrada de forma trágica e platônica que tende a se realizar de forma desajustada”.

Esses estereótipos colaboram para a propagação de que as pessoas com deficiência não possuem ou que, até mesmo, não teriam direito a exercer sua sexualidade. De acordo com Glat (2004) e Müller (2017), a literatura evidencia que existe uma visão ambígua a respeito da sexualidade desse grupo, pois para alguns indivíduos essas pessoas seriam assexuadas, isto é, que não teriam atração/desejo sexual, e para outros seriam hipersexuadas, caracterizada por haver um elevado desejo sexual, sendo tachados como agressivos sexualmente ou “sem controle”.

Glat (2004) complementa que os jovens que possuem alguma deficiência não requerem de um “tratamento especial” para sua sexualidade. Para a autora, o que ocorre é que há falta de orientação/educação por parte da família e da escola, que, somada às visões preconceituosas e equivocadas da sociedade e de certos profissionais da saúde, prejudicam o desenvolvimento sexual desses/dessas jovens. Em consequência disso:

Essa concepção é invariavelmente passada para eles, que aprendem desde cedo a negar ou não reconhecer o desenvolvimento de sua sexualidade. Este fato, aliado à autoimagem denegrida devido ao estigma da deficiência, acarreta, inevitavelmente, para esses jovens problemas emocionais e psicológicos, geralmente não reconhecidos por aqueles que com eles convivem. [...] A autoimagem do corpo mutilado e acorrentado, não merecedor de prazer, comparado com os de seus demais colegas, “completos e perfeitos”, é muito frequente em adolescentes com deficiências físicas e paralisia cerebral (GLAT, 2004, p. 34).

Tendo em vista que esse público não necessita de um “tratamento especial”, conforme apontado, *como*¹² devemos educar sexualmente os/as estudantes com algum tipo de deficiência?

Para responder esse questionamento, Figueiró (2006) diz que não existe uma “receita” pronta para essa pergunta, mas que é importante que o/a docente compreenda a tarefa de educar sexualmente como sendo sua, ou seja, é preciso assumir os papéis, pois nada adianta haver estratégias de ensino se o/a

¹² Parte do conteúdo programático.

docente não consegue enxergar sua responsabilidade no processo educativo. Para um resultado qualitativamente positivo é circunstancial que o trabalho seja realizado com alegria, satisfação e espontaneidade (FIGUEIRÓ, 2001).

Ainda na busca de responder ao *como*, é importante que o/a docente leve em consideração o tipo de estudante na qual leciona, bem como suas necessidades educativas.

Denari (1997), demonstra por meio de sua investigação que debates acerca da sexualidade com estudantes com deficiência são significativos, visto que os/as aprendizes conseguiram se engajar nas discussões e nas dinâmicas em grupo, inclusive aqueles/as que possuíam deficiência mental moderada. Desse modo, não há porque a sexualidade não ser trabalhada com os jovens que possuem algum tipo de deficiência.

No que tange os/as estudantes surdos, na tentativa de responder ao “como”, é fundamental que a informação privilegie o sentido da visão, que vídeos tenham legenda, que o intérprete esteja presente em todo o processo educativo, podendo assim possibilitar e garantir a aquisição dos saberes da sexualidade (GLAT, 2004).

Segundo Fitz-Gerald e Fitz-Gerald (1998), o início dos estudos a respeito da sexualidade do sujeito surdo, foco desta pesquisa, ocorreu em 1940 por meio de Stanford Blish que publicou três trabalhos na revista *Volta Review*. Desde então houve mudanças no modo como essa temática foi investigada, fazendo desses primeiros estudos bases para outras produções acadêmicas.

Todavia, apesar de os debates terem iniciado cedo, as produções científicas são escassas (MÜLLER; QUARESMA, 2015; SILVA *et al.*, 2018; SILVA, FRASSON-COSTA; ROCHA, 2019; GUIMARÃES; SILVA, 2020a, 2020b; SALLA, 2020), tornando a compreensão de fatos, bem como a orientação de práticas relacionadas a essa temática, limitada.

Ao se tratar de gênero e sexualidade do sujeito surdo, existem discursos que representam perigo, uma vez que soam como dogmáticos (MÜLLER, 2017). Se referindo ao discurso, é possível observar mitos e crenças equivocadas a respeito da sexualidade, inclusive na fala de pessoas surdas, tornando o conhecimento desse público simplista acerca desse tema. Assim sendo, se torna importante falar acerca da sexualidade, todavia segundo Lebedeff (2010, p. 5) “falar da sexualidade não é uma tarefa fácil, principalmente por se tratar de um assunto

impregnado tanto por simbologias (muitas vezes inconscientes), quanto por valores culturais (conscientes ou não)”.

Dentre os aspectos que podem contribuir para a falta de informação acerca dessa temática para os/as estudantes surdos/as estão: I) escassez de possibilidades e oportunidades que visem levar a informação à essas pessoas; II) resistência por parte dos familiares; III) e informações incorretas e à falta de pessoas próximas que entendam a respeito do assunto.

Na literatura geral e nos estudos surdos desenvolvidos por autores/as surdos/as, observa-se também um silêncio a respeito do debate de sexualidade que permeia as escolas e a família (RIBEIRO, 2011; MÜLLER, 2017), bem como investigações que discorrem acerca da necessidade de materiais educativos a respeito da sexualidade que estejam na Libras, isto é, a língua de instrução do/a surdo/a (SILVA *et al.*, 2018; SILVA, FRASSON-COSTA; ROCHA, 2019; GUIMARÃES; SILVA, 2020b), evidenciando a não adaptação das questões informativas para a Libras.

Em suma, a falta de informação acerca da sexualidade destinada a esse público, seja ele deficiente, ou não, contribui para que ocorram situações como a disseminação de IST's, gravidez precoce e/ou indesejada, entre outros problemas que podem atingir esses e essas jovens (SILVA *et al.*, 2018).

No trabalho de Porter e Williams (2011), outra situação é denunciada: a ocorrência de abusos físicos, psicológicos e sexual em grupos subrepresentados, entre eles/elas estudantes surdos/as. É possível observar fontes internacionais que comentam a respeito de que as pessoas surdas ou com deficiência auditiva estão sob risco elevado de sofrerem um abuso sexual, além de estarem mais propensas a serem vitimizadas ao longo da vida, principalmente as mulheres surdas (ANDERSON; PEZZAROSSO, 2012).

Entre os trabalhos que constata a necessidade de informação mais detalhada a respeito da sexualidade, ou seja, de uma comunicação mais efetiva, pode ser destacado em investigações nacionais, como em Ribeiro (2011); Ribeiro (2017); Guimarães e Silva (2020b), e em pesquisas internacionais, como em Gomez (2011), que trabalhou com jovens surdos filipinos. Nesse último, houve jovens que sofreram algum tipo de abuso sexual, todavia os mesmos só foram reconhecer que aquela situação se tratava de um abuso, anos mais tarde, pois naquela época os jovens não possuíam o discernimento e a informação necessária para compreender

o que tinha ocorrido, realidade essa não muito distante do que encontramos em relatos de jovens brasileiros/as, sejam eles/elas com deficiência ou não.

A fim de amenizar e evitar esses tipos de situações, é preciso que ações educativas sejam mais eficazes ao público surdo, de modo que os mesmos tenham o discernimento necessário para realizar escolhas acerca de sua saúde sexual e reprodutiva (BENTO, 2005). É importante também que haja uma comunicação mais efetiva e sem tabus e mitos a respeito do corpo, do sexo e das IST's entre o/a surdo/a e seus pais, de modo a fortalecer o exercício da sexualidade. Todavia, é preciso que os diálogos sejam incentivados para isso ocorrer (MALL; SWARTZ, 2011).

Obnial (2008) complementa dizendo que essas ações podem ocorrer por meio das temáticas que discorrem a respeito das estruturas do corpo e suas funções, relações humanas, responsabilidades e possibilidades de obter o prazer sexual, devendo essas informações serem tratadas no início da infância e continuar durante as fases de desenvolvimento (GUIMARÃES *et al.*, 2019).

Outro ponto se refere aos programas de saúde e ES. É preciso que haja adaptação, ou criação de novas iniciativas, que busquem levar informações bem fundamentadas abrindo espaços de reflexão e aprendizagem a respeito da sexualidade para as pessoas com alguma deficiência (GLAT, 2004), entre eles/elas os/as surdos/as. Os órgãos públicos também desempenham um papel na efetivação desses programas nas escolas e no sistema de saúde. Em Anderson e Pezzarossi (2012), é possível observar resultados significativos em programas que levaram conhecimentos a respeito dos relacionamentos saudáveis e insalubres.

Gil e Meresman (2005), por sua vez, comentam que a formação em serviços dos profissionais envolvidos com a educação (formação de recursos humanos) seja, talvez, mais importante do que “pacotes” de programas voltados à Orientação Sexual, pois uma vez capacitados/as podem implementar projetos com caracteres específicos, levando em conta a realidade daquele contexto educacional.

Considerando que o sujeito surdo, principalmente aqueles/as mais jovens, estão vulneráveis durante o processo de formação da sua sexualidade, que o próximo subcapítulo busca discutir as práticas voltadas a ES no EF, podendo resgatar informações relevantes para esse contexto de ensino [EF] tão importante.

2.6 EDUCAÇÃO SEXUAL: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

A sexualidade é uma temática que faz parte dos documentos nacionais que regem a educação desde os desdobramentos das Leis de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) e dos PCNs (BRASIL, 1997). A sexualidade também esteve presente em diretrizes estaduais e planos de ensino municipais. Mas, na atualidade, há uma insuficiência deste tema em documentos nacionais, em especial aqueles direcionados ao EF (SILVA, 2020).

Na análise de Silva (2020), a BNCC apresentou aspectos mais próximos das concepções de Ciência consolidados por essa área de conhecimento. Desse modo, demonstrou um compromisso com o ensino de Ciências ao determinar como curriculares o letramento científico e o uso de abordagens investigativas. Contudo, a BNCC, em sua versão atualizada (BRASIL, 2018), excluiu o termo sexualidade e outros semelhantes das seções referentes ao EF nos anos iniciais, o que tem potencial para afetar o acesso e a veiculação de conhecimentos científicos e sistematizados acerca dela no ambiente escolar e nas aulas de ciências (SILVA, 2020).

Por outro lado, embora datados, os PCNs e as DCNs para a Educação Básica apresentam respaldos e caminhos para a fundamentação de uma prática pedagógica que objetiva a educação da sexualidade (SANTOS; PEREIRA; SOARES, 2018). A presença da temática sexualidade e seus desdobramentos no currículo é de extrema importância, visto que esses documentos orientam as práticas pedagógicas, os cursos de formação de professores e, por vezes, determinam o que se é oportunizado aprender na escola.

O termo sexualidade se repete apenas três vezes em toda a BNCC, e possui ênfase em uma perspectiva fisiológica e epidemiológica, não especificando as questões de gênero e a dimensão social e cultural da sexualidade. A exemplo disso estão as habilidades que devem ser desenvolvidas por meio das aulas de ciências com o oitavo ano referentes a sexualidade:

(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.

(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da

gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

(EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.

(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) (BRASIL, 2018, p. 349).

Diante disso, é possível evidenciar ganhos e perdas para a ES tendo em vista que a BNCC (BRASIL, 2018) inclui a sexualidade como conteúdo programático e obrigatório no currículo do oitavo ano, portanto, determina-se que este assunto deverá ser abordado e avaliado. Entretanto, os documentos nacionais produzidos anteriormente, como os PCNs (BRASIL, 1997), propunham que a sexualidade deveria ser um tema transversal a ser trabalhado a qualquer momento, em todas as disciplinas e quando for conveniente, de acordo com as práticas pedagógicas dos professores (LEITE; MEIRELES, 2021). Desta maneira, por ser transversal - e por problemas nas formações de professores de ciências já identificados anteriormente (SOARES; MONTEIRO, 2019) -, a sexualidade era um tema evitado e passível de não ser trabalhado (LEITE; MEIRELES, 2021). Entretanto, agora tornou-se um tema restrito a apenas uma série em todos os anos da Educação Básica. Assim sendo, é possível identificar uma discordância entre o que era entendido por Educação para Sexualidade, a qual se previa interdisciplinar, processual, contínua e permanente, de acordo com a faixa etária dos sujeitos e sendo oportunizada a aprendizagem em ambiente formais e não-formais (MAISTRO, 2006).

Por outro lado, as práticas pedagógicas podem se tornar modos de resistência a essas exclusões recentes, uma vez que permanecem sendo embasadas pelos documentos nacionais, embora não esteja especificado na BNCC (BRASIL, 2018). Assim, alguns estudos sobre as práticas pedagógicas envolvendo o tema sexualidade enfatizam a necessidade de apresentar este conteúdo de forma não tradicional e dinâmica, bem como ser avaliado de forma coerente com esses métodos utilizados (BARCELOS; JACOBUCCI, 2011; MAISTRO, 2006).

O exemplo avaliado por Barcelos e Jacobucci (2011) envolve duas dinâmicas nas quais os/as estudantes participam ativamente, em uma delas os/as aprendizes devem simular papéis de entrevistador e entrevistado de modo a realizar questões acerca de sexualidade (que serão debatidas posteriormente). Na outra dinâmica proposta, os/as estudantes deverão avaliar a publicidade de alguns

métodos contraceptivos disponíveis no mercado, selecionando um que faria uso e destacando comentários favoráveis e desfavoráveis sobre seu uso (BARCELOS; JACOBUCCI, 2011). Esses exemplos são práticas pedagógicas que permitem ao estudante não apenas refletir a respeito das temáticas envolvendo a sexualidade, mas também desenvolver criticidade e uma postura questionadora.

Na pesquisa realizada por Biancon (2005), identificamos algumas tendências nas práticas de docentes do EF, com relação à ES. Considerando os/as professores/as que participaram da pesquisa, a sexualidade, embora seja um tema transversal, deveria ser trabalhado somente pelos/as professores/as de ciências, uma vez que existe uma íntima relação entre os conteúdos de sexualidade e os conhecimentos biológicos (BIANCON, 2005). Contudo, o autor defende a necessidade de trabalhar mais do que as questões hormonais e anatômicas em sala de aula, mas que as práticas pedagógicas precisam oportunizar a criticidade. E, portanto, conclui:

Notamos que a ênfase biológica é uma tendência na prática pedagógica dos professores das áreas de humanas e exatas do Ensino Fundamental, como também em professores de Ciências. No entanto, sabemos que, em se tratando de educar para a sexualidade, ensinar o funcionamento do aparelho reprodutor é necessário, mas não suficiente; como já dissemos, a sexualidade humana tem, entre outras, três relevantes dimensões: a biológica, a psicológica e a social (BIANCON, 2005, p. 84).

Tendo em vista essas dimensões da sexualidade, Paraizo (2019) elabora e propõe uma sequência didática acerca da sexualidade para ser trabalhada nos EF. De acordo com a autora, essa sequência didática possibilita uma abordagem da sexualidade em seu sentido amplo e o desenvolvimento de suas dimensões, culturais, afetivas e sociais (PARAIZO, 2019). Contudo, as práticas pedagógicas fazem parte do processo de autoria dos/as docentes, que podem se utilizar de materiais como esses descritos, adequá-los, ou criarem outras propostas de acordo com as possibilidades e necessidades identificadas em cada contexto escolar. O que se espera é que, mesmo com a ausência da sexualidade como transversal na BNCC, que os/as professores/as de ciências e outras disciplinas adotem ou elaborem metodologias que oportunizem aos estudantes a compreensão das dimensões da sexualidade, o desenvolvimento de uma postura crítica e questionadora diante de concepções pré-concebidas acerca da sexualidade.

Para a Educação Sexual na Educação Infantil recomendamos o material “Guia do Professor Educação Sexual para crianças de 0 a 10 anos”, de

Caroline Arcari (2001). Nele é possível observar um indicativo de como trabalhar essa temática de acordo com as fases do desenvolvimento (oral, anal, fálica, de latência, genital). Além disso, é possível visualizar possíveis dúvidas que podem surgir por parte dos/as estudantes, dicas e metodologias para o trabalho em sala de aula e leituras que podem influenciar a prática do/a docente.

Como metodologia a autora destaca ser preciso:

1. Adequar as informações à linguagem da criança;
2. Utilizar materiais concretos e figuras para que o aluno assimile a complexidade do assunto;
3. Priorizar o aspecto lúdico (jogos e brincadeiras) nas atividades de educação sexual;
4. Lembrar que nenhum assunto é proibido ou inadequado para a criança e nem leva à erotização ou iniciação sexual precoce. Muito pelo contrário: educação sexual correta evita muitos problemas relacionados ao mau uso da sexualidade: gravidez precoce, abuso sexual, doenças sexualmente transmissíveis;
5. Associar as informações à formação do senso crítico e de valores morais tais como o respeito à diversidade, a ética, a responsabilidade, o amor próprio, entre outros;
6. Jamais trabalhar somente o aspecto biológico da sexualidade. A educação sexual pressupõe a construção de valores, a reflexão e a mudança de postura perante as questões sexuais (ARCANI, 2001, p. 18/19).

Para tratar dos conteúdos que devem ser abordados com os/as estudantes de acordo com faixa etária, recorreremos ao documento “Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências” da Unesco (2019). Essa edição se “baseia em uma nova revisão de evidências e em outra de currículos e marcos curriculares [...]”, e teve a participação de especialistas de diferentes regiões do mundo, pesquisadores/as, membros dos ministérios da Educação, além de jovens e representantes de ONGs (UNESCO, 2019, p. 14).

Segundo esse documento:

As Orientações são voluntárias e não obrigatórias, baseiam-se em evidências e práticas universais, e reconhecem a diversidade dos diversos contextos nacionais nos quais a educação em sexualidade acontece (UNESCO, 2019, p. 37).

No documento são elencadas oito conceitos-chaves, sendo eles: relacionamentos; valores, direitos, cultura e sexualidade; entender de gênero; violência e garantia de segurança; habilidades para a saúde e o bem-estar; o corpo humano e o seu desenvolvimento; sexualidade e comportamento sexual; e por fim, saúde sexual e reprodutiva, conforme ilustra a figura 1.

Cada conceito-chave possui tópicos e objetivos de aprendizagem que são trabalhados em todas faixas etárias, que, por sua vez, “seguem etapas lógicas, com conceitos para estudantes mais novos, tipicamente envolvendo informações mais básicas, tarefas cognitivas menos avançadas, e atividades menos complexas” (UNESCO, 2019, p. 36).

Figura 1 – Visão geral dos conceitos-chaves e dos tópicos.

| | | |
|--|---|---|
| <p>Conceito-chave 1: Relacionamentos</p> <p>Tópicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1.1 Famílias 1.2 Amizade, amor e relacionamentos amorosos 1.3 Tolerância, inclusão e respeito 1.4 Compromissos de longo prazo e parentalidade | <p>Conceito-chave 2: Valores, direitos, cultura e sexualidade</p> <p>Tópicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> 2.1 Valores e sexualidade 2.2 Direitos humanos e sexualidade 2.3 Cultura, sociedade e sexualidade | <p>Conceito-chave 3: Entender de gênero</p> <p>Tópicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> 3.1 Construção social de gênero e normas de gênero 3.2 Igualdade, estereótipos e preconceito de gênero 3.3 Violência baseada em gênero |
| <p>Conceito-chave 4: Violência e garantia de segurança</p> <p>Tópicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> 4.1 Violência 4.2 Consentimento, privacidade e integridade corporal 4.3 Utilização segura das TIC | <p>Conceito-chave 5: Habilidades para a saúde e o bem-estar</p> <p>Tópicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> 5.1 Normas de comportamento sexual e influência dos colegas 5.2 Tomada de decisões 5.3 Habilidades de comunicação, recusa e negociação 5.4 Alfabetização midiática e sexualidade 5.5 Encontrar ajuda e apoio | <p>Conceito-chave 6: O corpo humano e seu desenvolvimento</p> <p>Tópicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> 6.1 Anatomia e fisiologia sexual e reprodutiva 6.2 Reprodução 6.3 Puberdade 6.4 Imagem corporal |
| <p>Conceito-chave 7: Sexualidade e comportamento sexual</p> <p>Tópicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> 7.1 Sexo, sexualidade e ciclo de vida sexual 7.2 Comportamento sexual e resposta sexual | | <p>Conceito-chave 8: Saúde sexual e reprodutiva</p> <p>Tópicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> 8.1 Gravidez e prevenção da gravidez 8.2 Estigma, atenção, tratamento e apoio em HIV e aids 8.3 Entender, reconhecer e reduzir o risco de IST, incluindo o HIV |

Fonte: Unesco (2019)

Tendo em vista que os conceitos-chaves, bem como os seus tópicos são trabalhados em todas as faixas etárias (5 a 8 anos; 9 a 12 anos; 12 a 15 anos e 15 a 18+ anos), convidamos o leitor a acessar esse documento de modo a observar o que se espera de discussão em uma determinada fase para depois discutir outros temas.

Para comentar a respeito das propostas atuais de ensino em ES, citamos Caroline Alfieri Massan (2019), que investigou o uso de metodologias de oficinas voltadas para o EF em periódicos científicos, anais de eventos e em teses/dissertações¹³. A autora obteve que, entre os periódicos analisados, nenhum fez uso dessa metodologia. Já nos anais foi obtido um exemplar, que, por sua vez, foi ao encontro da proposta da autora, demonstrando que a oficina possui benefícios¹⁴ importantes para trabalhar a temática da sexualidade com os/as estudantes. Nas teses e dissertações também não foi evidenciado o uso de oficinas, todavia, notou-se que recorreram a jogos com recurso metódico e pesquisa-ação como metodologia de pesquisa. Ou seja, no que tange às oficinas, a autora observou que no cenário atual, foram poucas as propostas de intervenções destinadas ao EF (MASSAN, 2019).

A partir de uma análise realizada pelo presente investigador no banco da Capes por meio dos descritores: “práticas”¹⁵, “atividades”, “dinâmicas”, “oficinas” associadas ao termo “estudante surdo”, não foram encontrados exemplares voltados a esses aprendizes, em específico, para os/as jovens do EF. Esse resultado sinaliza que faltam iniciativas e orientações para essa faixa etária e para esse público.

Desse modo, recomenda-se o documento da Unesco que também é voltado para esse público, devendo as informações se alinharem com as necessidades e capacidade do/a estudante (UNESCO, 2019). O/a jovem surdo/a, seja do Ensino Fundamental ou Médio, alcança um desempenho significativo “quando há preocupação com o resgate de sua história, compreensão de sua singularidade linguística e uma educação que valorize suas capacidades e potencialidades” (LACERDA; ALBRES; DRAGO, 2013, p. 68).

Na próxima seção nos dedicamos a identificar e caracterizar as principais abordagens adotadas para tratar a sexualidade humana no ambiente

¹³ A autora analisou a biblioteca digital brasileira de teses e dissertações. Foram englobados trabalhos escritos em Língua Portuguesa e a combinação dos descritores utilizados foram: “Educação Sexual”, “Sexualidade” e “Ensino Fundamental”.

¹⁴ “Levar informação, ampliar os conhecimentos na temática, dar oportunidade de esclarecer aspectos básicos do desenvolvimento e equilíbrio emocional para viver uma sexualidade segura sem tabus, livre de preconceitos [...]” (MARINHO; CRUZ; OLIVEIRA, 2017, p. 707).

¹⁵ Para essa pesquisa consideramos propostas ou práticas de ensino, toda atividade pedagógica, seja ela sistematizada ou não, em lugares formais ou não, que busque levar conhecimentos aos estudantes.

escolar, haja vista que elas possuem um papel formativo relevante no contexto do ensino.

2.7 ASPECTOS DIDÁTICOS DA SEXUALIDADE

Muito se discute a respeito da importância e necessidade de se trabalhar com a Educação Sexual em ambientes escolares, contudo, mesmo com diretrizes curriculares que indicava que estes assuntos deveriam estar presentes nas pautas da escola, muitos/as docentes e gestores/as não se questionavam acerca de como fazer isso (FIGUEIRÓ, 1995; 1996). Assim, pesquisadores se dedicaram a investigar e propor abordagens e metodologias para o desenvolvimento do tema sexualidade na sala de aula (FIGUEIRÓ, 2007). Entre os trabalhos desses/dessas pesquisadores/as, destacam-se os de Figueiró (1996), que no final do século XX já refletia a respeito do “como fazer” acerca da ES. Fica evidente que havia preocupações na época quanto aos valores e atitudes ensinadas, a reação da família e a outras questões que atualmente já estão descritas nos documentos nacionais, como a BNCC (2018).

Durante sua pesquisa de mestrado, Figueiró (1995) investigou a produção teórica a respeito da ES no Brasil no período de 13 anos (1980-1993). A partir dessa pesquisa, a autora identificou quatro abordagens diferentes para tratar a sexualidade, sendo elas: abordagem religiosa, abordagem médica, abordagem pedagógica e por fim, abordagem emancipatória (FIGUEIRÓ, 1995; 1996; 2007).

A abordagem religiosa diz respeito à formação do indivíduo considerando aspectos cristãos e bíblicos relacionados à sexualidade (FIGUEIRÓ, 1995). Por vezes, é possível observar em ações desenvolvidas a partir dessa abordagem a reafirmação da monogamia, uma vinculação do sexo ao amor e, como consequência, uma relação matrimonial que objetiva a procriação. Figueiró (1996), ressalta que a abordagem religiosa não é unificada, portanto, pode haver inúmeras discordâncias com relação à compreensão de sexualidade. Assim, a autora subdivide essa abordagem em: abordagens religiosas tradicionais (que incluem: a abordagem religiosa tradicional conservadora e a abordagem religiosa tradicional questionadora) e a abordagem religiosa liberadora.

As abordagens religiosas tradicionais consideram a leis religiosas e a escrita bíblica de modo literal. Contudo, na postura conservadora, a autora sugere

que há resistência em imaginar um cenário diferente. Já na postura questionadora, há uma abertura para se inquirir a respeito do que imerge na cultura e na atualidade atrelada à religiosidade e suas normas (FIGUEIRÓ, 1995; 1996). Já a abordagem religiosa libertadora mantém os princípios cristãos de amor e justiça, mas propõe uma noção de avaliar histórica e socialmente as percepções religiosas da sexualidade e – diferente da postura questionadora – esta abordagem reconhece uma desatualização da literatura bíblica (FIGUEIRÓ, 1995; 1996).

Outra abordagem referente à Educação Sexual é a abordagem médica (FIGUEIRÓ, 1995). Esta abordagem embasa na dicotomia saúde-doença, a qual visa ações terapêuticas, preventivas ou mitigadoras para a promoção da saúde sexual individual e coletiva (FIGUEIRÓ, 1996). As abordagens informativas são características nessas ações, pois objetivam o compartilhamento de informações para que o indivíduo possa refletir a respeito de sua própria sexualidade. Os assuntos tratados em abordagens médicas transitam em problemas de saúde pública, epidemiologia e saúde reprodutiva (FIGUEIRÓ, 1996).

Outra abordagem é a pedagógica, caracterizada pela focalização nos processos de ensino e aprendizagem e por poder assumir aspectos informativos e formativos (FIGUEIRÓ, 1995; 1996). Esses aspectos dizem respeito ao modo de tratamento dos conteúdos a serem trabalhados na ES, que podem variar de um processo de citação e comunicação de determinado assunto (aspecto informativo), ou se desdobrar em conhecimentos atitudinais, discussões sobre valores e sentimentos (aspectos formativos). De toda forma, as abordagens médica e pedagógica compartilham uma característica em comum: propiciar o bem viver ao indivíduo por meio da ES (FIGUEIRÓ, 1996).

A quarta abordagem de ES identificada por Figueiró (1995; 1996) é a emancipatória ou política. Esta abordagem da ES também leva em consideração a saúde e a vivência pessoal da sexualidade dos indivíduos, contudo, ela se difere das demais abordagens por reconhecer que a ES é um compromisso de transformação social, facilita a criação de espaços e diálogos que promovem o respeito às diferenças, a discussão das relações de poder. Sendo assim, ela tem potencial de mudança da realidade material. A autora ainda ressalta um outro elemento que distingue a abordagem emancipatória:

Há também uma preocupação em resgatar o erotismo (o prazer e a visão positiva da sexualidade) e as questões de gênero, em que os papéis

sexuais são pensados à luz de um enfoque social, histórico e cultural. (FIGUEIRÓ, 1996, p. 52).

Faz-se necessário ressaltar que o prazer e a tentativa de positivar a experiência e as práticas sexuais foram incluídas como naturais apenas nesta última abordagem (FIGUEIRÓ, 1996), a qual também desmistifica as equivocadas associações da sexualidade com o pecado, com a doença ou com a reprodução. Assim, nessa abordagem, é possível discutir a sexualidade em sua amplitude que considera as questões fisiológicas sem ignorar as nuances emocionais, sociais, históricas e culturais que também a atravessam.

Figueiró (1995) ainda afirma que as teorizações acerca da ES se concentravam majoritariamente na abordagem emancipatória ou política. Portanto, os desdobramentos encontrados atualmente na literatura decorrem dessas produções iniciais acerca deste tema. Assim, considerando essas perspectivas, as abordagens e as características descritas acima, a próxima seção objetiva discutir com maior profundidade a abordagem emancipatória¹⁶, alguns de seus desdobramentos e as relações possíveis com a Didática das Ciências.

2.8 ENSINO DA SEXUALIDADE POR MEIO DA ABORDAGEM EMANCIPATÓRIA À LUZ DA DIDÁTICA DAS CIÊNCIAS

Considerando as adições que a abordagem emancipatória faz para as possibilidades de se pensar a sexualidade no ambiente escolar, é possível evidenciar que a ES é um direito de aprendizagem de todos os/as estudantes, uma vez que é por meio dela que se obtêm informações a respeito de seu próprio corpo, suas relações e que se permite refletir acerca da vivência e expressão de sua sexualidade.

Sendo assim, faz-se necessário que os momentos formativos possam oportunizar discussões que tratem de sentimentos, de assuntos considerados tabus, de afeto, de relacionamentos e de sexo (FIGUEIRÓ, 2007).

Entretanto, para isso ser colocado em prática, é preciso planejar ações e intervenções que, mais do que executar estratégias de ensino, possam oportunizar a aprendizagem de modo dialógico considerando os objetivos e a

¹⁶ Para essa investigação adotamos a abordagem emancipatória como base teórica, indo ao encontro de estudos científicos que a consideram como a mais significativa (tendo como base os princípios), no ensino da sexualidade humana.

intencionalidade pedagógica (MAISTRO, 2009). Com isso, torna-se possível promover a transformação social, de acordo com preceitos de uma abordagem emancipatória, por meio da construção de conhecimentos atitudinais e que impulsionam uma vivência positiva, alegre, responsável e liberta da sexualidade, a qual está diretamente ligada com o prazer (FIGUEIRÓ, 1996).

A fim de orientar as ações e intervenções ao abordar a ES, o Estado do Paraná passou a emitir Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual que regulamentam e inspiram a atividade docente com essa temática. O documento postula que a sexualidade:

É aprendida, ou melhor, é construída ao longo de toda a vida, de muitos e diferentes modos, por todos os sujeitos, por isso, é entendida como um conceito dinâmico que se modifica conforme as posições do sujeito e suas disputas políticas. A sexualidade tem a ver tanto com o corpo, como também com os rituais, o desejo, a fantasia, as palavras, as sensações, emoções, imagens e experiências. Ela não tem ligação somente com a questão do sexo e dos atos sexuais, mas também com os prazeres e sua relação com o corpo e a cultura compreendendo o erotismo, o desejo e o afeto; até questões relativas à reprodução, saúde sexual, utilização de novas tecnologias (PARANÁ, 2010, p. 13).

Assim, por envolver alguns assuntos como o corpo, a reprodução e outros conteúdos presentes nos currículos de Ciências e Biologia, por vezes os/as docentes eram encarregados de trabalhar com a sexualidade na escola (BLASIUS, 2019; BIANCON, 2005; GOMES; GAGLIOTTO, 2016), fazendo com que a transversalidade não ocorresse na prática.

O que acontecia era que, como as formações de professores de Ciências e Biologia não englobam o conceito de sexualidade, muitos professores restringiam a sua prática apenas aos conteúdos que dominavam, portanto, abordando a sexualidade de forma biológica, higienista, epidemiológica e comportamentalista (BIANCON, 2005; YARED, 2011). Não são raros os relatos de docentes que prescrevem cuidados para se ter com a sexualidade, abordando as ISTs com fotos de genitálias purulentas, o aumento no número de infecções por HIV, a sexualidade como uma expressão de um “instinto animal/natural”, entre outras práticas (RIBEIRO; SOUZA, 2003). Esse processo foi identificado como a biologização da sexualidade (BIANCON, 2005).

Entretanto, essa perspectiva biologizante da sexualidade desvia do objetivo da abordagem de Educação Sexual emancipatória (BIANCON, 2005), uma vez que por meio dela se pretende gerar transformação social. Para isso, faz-se

necessária a formação crítica de estudantes acerca da sexualidade para esses poderem inferir, refletir e discutir a respeito das questões envolvidas no termo sexualidade. Sendo assim, novamente emerge o questionamento: se não é desta forma, como fazer? Esta questão ainda é complexa, mesmo quando situamos e focalizamos algumas especificidades como possíveis abordagens de ES, a formação de professores/as que lecionarão, e em que aulas serão abordados os assuntos relacionados à sexualidade. A partir dessas informações, podemos caracterizar alguns elementos que são importantes para serem promovidas práticas pedagógicas coerentes com a abordagem emancipatória da ES e com o Ensino de Ciências (SOARES, 2012).

Considerando os assuntos a serem abordados, faz-se necessário que esses momentos de discussão acerca da sexualidade não permaneçam em um monólogo informativo, ou até mesmo superficial, pois a sexualidade é também um objeto de estudo das Ciências e seus conteúdos podem ser trabalhados com profundidade (SOARES, 2012). Isso pode ocorrer em rodas de conversas, que democratizam as posições de fala e de escuta, e que podem incentivar o diálogo, a exposição de curiosidades e a feitura de perguntas (FIGUEIRÓ, 2007).

Entretanto, este texto não pretende prescrever modos de elaborar planos de ação no ambiente escolar, mas se propõe a refletir acerca de meios concretos de colocá-los em prática (FIGUEIRÓ, 2011). Para tanto, ressalta-se a importância da pluralidade metodológica e da autonomia dos professores ao selecionarem, curarem, editarem e criarem seus próprios materiais didáticos e planejamentos (MAISTRO, 2009). A exemplo de ações e documentos que compartilham intenções parecidas, destacam-se a DCN (PARANÁ, 2008), que assume uma perspectiva emancipatória na sua seção reservada para tratar da ES, sendo o Caderno Temático de Sexualidade (PARANÁ, 2010).

Diante deste contexto, Figueiró (2007) assume que a aula expositiva pode vir a ser uma metodologia didática aplicável para a ES, mas ela precisa ser minimamente dialogada ou associada a outras estratégias de ensino para que os/as estudantes possam participar, tirar suas dúvidas e expressar suas vivências. Outra metodologia que pode promover a ES emancipatória é o debate aberto¹⁷ (GOMES,

¹⁷ Nesta metodologia, o/a professor/a deve organizar seus estudantes em pequenos grupos e fomentar o debate de ideias e o compartilhamento de vivências visando diversificar os assuntos aprendidos a respeito da sexualidade.

GAGLIOTTO, 2016), que é uma metodologia dialógica que vem sendo aplicada e estudada no Brasil desde a década de 70 (FIGUEIRÓ, 2007). A autora afirma a respeito do diálogo possibilitado pelo debate aberto que:

Possibilita aos alunos entrarem em contato com diferentes posicionamentos para, a partir daí, formar suas próprias opiniões e se preparar para tomar decisões próprias (FIGUEIRÓ, 2007, p. 8).

A dramatização tem sido bastante explorada como uma estratégia didática para a ES (FIGUEIRÓ, 2007). Ferreira (2002), em sua pesquisa, produziu um teatro acerca das relações, do namoro e entre outras questões ligadas à sexualidade promovendo momentos de discussão e debate desses temas a partir da participação, da atuação e da coprodução deste teatro por parte dos/as estudantes. O sucesso desse tipo de metodologia pode estar associado às formas de representação de situações problemas, ou de questões cotidianas que envolvem a sexualidade. Sendo assim, se o sucesso metodológico está na representação, os desenhos podem se apresentar como potentes aliados da aprendizagem na ES, uma vez que este trabalha com os processos de modelagem, de identificação, recorte e representação (FIGUEIRÓ, 2007). E, nestes casos, é preciso que as estratégias avaliativas estejam coerentes com as metodologias utilizadas.

Por fim, enfatiza-se que as metodologias que privilegiam a autoria, a criação e a participação ativa dos estudantes na produção de seus conhecimentos acerca das sexualidades, devem assumir o papel central quanto a essas estratégias de ensino que podem, inclusive, envolver estratégias associadas à investigação científica, à experimentação, à História e Filosofia das Ciências (HFC) (SOARES, 2012). Como exemplo de atividades realizadas considerando a participação ativa do aluno na aprendizagem, destaca-se o trabalho de Silva e Yared (2019), que trabalham com jogos na ES em uma perspectiva crítica, e o trabalho de Tsuzuki, Turke; Maistro (2019) que fazem o uso de oficinas e dinâmicas para se trabalhar com os assuntos relacionados à sexualidade em sala de aula.

3. ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

As características da presente investigação estão incorporadas às particularidades da pesquisa de natureza qualitativa, descritiva e interpretativa. Este tipo de abordagem baseia-se no entendimento dos comportamentos, motivos, crenças, atitudes, valores, experiências e o modo como as pessoas interpretam e dão sentido a determinados aspectos (BOGDAN; BIKLEN, 1994; MINAYO, 1996). Logo, essa abordagem será significativa para o entendimento das questões atreladas à sexualidade e à surdez, foco desta pesquisa¹⁸.

Além do exposto, serão descritos neste capítulo os movimentos teóricos e empíricos desenvolvidos para obter os resultados. Para uma maior organização, a metodologia foi dividida em duas partes, em que na primeira foi abordado o processo de levantamento bibliográfico, e na segunda a análise documental.

3.1 PARTE I: LEVANTAMENTO DAS PUBLICAÇÕES

Como abordagem metodológica, adotamos a análise bibliográfica em função de sua pertinência e adequação às intencionalidades estabelecidas na pesquisa. Ou seja, porque possui uma característica exploratória e flexível, o que torna possível a consideração de uma multiplicidade de aspectos relacionados ao objeto de estudo (GIL, 2000).

3.1.1 Delimitação do Levantamento

A pesquisa foi realizada a partir da busca de trabalhos nacionais que relacionassem as temáticas da sexualidade e da surdez. Ou seja, essa investigação se dedicou a buscar e analisar as produções publicadas no período compreendido entre janeiro 2016 a janeiro de 2021 (decorso de 5 anos).

A fim de desenvolver uma análise diagnóstica a respeito da temática desejada, foram escolhidos os seguintes objetos de pesquisa:

¹⁸ Ao longo do texto houve termos que foram citados conforme os autores colocaram em suas obras, e como não é nossa intenção discuti-los, não iremos aprofundar a discussão dos mesmos.

- Programas de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação cuja nota fosse (5, 6, e 7), de acordo com a avaliação trienal da Capes (2013);
- Encontro Nacional de Pesquisa e Educação Científica (ENPEC)¹⁹ (Edições: 2011; 2013; 2015; 2017; 2019);
- Repositórios Nacionais (Catálogo de Teses e Dissertações da Capes; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações);
- Periódicos Científicos da área de Ensino (WebQualis 2013), classificados nos extratos A1, A2 e B1.

O critério de delimitação e escolha²⁰ das revistas consultadas foi originado do artigo de Rocha-Oliveira; Machado; Siqueira (2017)²¹. Sendo assim, utilizando as revistas escolhidas pelos/as autores/as citados acima, investigamos se tinha algo relacionado à sexualidade e à surdez. Trata-se de uma pesquisa que dá continuidade a um trabalho já realizado e que, por sua vez, investigou a formação docente para a educação inclusiva.

Além disso, outras duas revistas (Criar Educação e Interfaces da Educação) foram adicionadas ao conjunto investigado, uma vez que elas estavam no critério estipulado e traziam exemplares de trabalhos envolvidos com a temática de interesse. Desse modo seria possível contribuir para o crescimento da base inicial estabelecida pelos/as autores/as.

Tabela 1 – Periódicos da área de Ensino analisados no processo inicial de pesquisa.

| | | |
|---------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Alexandria (UFSC) | Pró-Posições (UNICAMP) | Educação e Realidade |
| Ambiente & Sociedade | Revista Brasileira de Educação | Educar em Revista |
| Anais da Academia Brasileira de | Revista Brasileira de Educação | ETD. Educação Temática Digital |

¹⁹ O Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) é um evento bienal promovido pela Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC). O Evento tem como objetivo reunir e favorecer a interação entre os pesquisadores das áreas de Ensino de Física, Química, Biologia, Geociências, Ambiente, Saúde e áreas afins, com a finalidade de discutir trabalhos de pesquisa recentes e tratar de temas de interesse da comunidade de educadores em Ciências.

²⁰ Foi preferido fazer uma busca em periódicos científicos por conta de serem revistas de referência na área. As bases de dados, como, por exemplo, a Scielo, possuem revistas, não todas, que estão indexadas e que são responsáveis por alimentar aquela base. Entretanto, não é possível tomar os dados de revistas que não estão indexadas. Diante disso, optamos por escolher as revistas que estão na classificação (A1, A2 e B1) do qualis da área. Agrega-se ao exposto, que existem revistas de referência.

²¹ A investigação utilizada como base selecionou apenas os periódicos relacionados ao ensino específico de Ciências/Biologia e Educação.

| | | |
|--|--|--|
| Ciências | Especial | |
| Bolema. Boletim de Educação Matemática | Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia | Investigações em Ensino de Ciências (UFRGS) |
| Caderno Brasileiro de Ensino de Física | Revista de Ciências da Educação | Linhas (Florianópolis) |
| Cadernos CEDES | Revista Educação Especial | Movimento (UFRGS) |
| Cadernos de História da Educação | Revista Práxis (Online) | Paidéi@ (Santos) |
| Ciência & Ensino | Sociedade & Natureza (UFU) | Perspectiva (UFSC) |
| Educação & Linguagem | Trabalho, Educação e Saúde | Práxis Educativa (UEPG) |
| Educação e Pesquisa (USP) | Ambiente & Educação | RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação |
| Educação em Revista (UFMG) | Atos de Pesquisa em Educação (FURB) | Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências |
| Educação Matemática Pesquisa | Avaliação (UNICAMP) | Revista Brasileira de Ensino de Física |
| Ensaio: Pesquisa e Educação em Ciências | Ciência & Educação | Revista Ciências & Ideias |
| Experiências em Ensino de Ciências (UFRGS) | Cadernos de Educação (UFPeI) | Revista de Educação Pública (UFMT) |
| Motriz: Revista de Educação Física | Ciência da Informação | Revista Eletrônica de Educação (São Carlos) |
| Nuances (UNESP Presidente Prudente) | Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas) | Revista Práxis (Volta Redonda) |
| Pedagogia em Foco | Com Ciência (UNICAMP) | Trabalho & Educação (UFMG) |
| Pesquisa em Educação Ambiental | Educação & Sociedade | Zetetiké |
| Criar Educação | Interfaces da Educação | - |

Fonte: adaptado de Rocha-Oliveira; Machado; Siqueira (2017)

Tendo como base os artigos utilizados na fundamentação teórica que possibilitaram compreender a temática estudada, bem como as formas como ela é tratada e abordada nos textos, foi possível observar diferentes descritores, servindo-os como base para a delimitação dessa pesquisa, sendo eles: Sexualidade, Educação Sexual, Orientação Sexual, Educação para Sexualidade, Saúde Sexual, além de Surdez, Surdo/a, Deficiência Auditiva.

As combinações utilizadas para obter os trabalhos foram: “Educação Sexual” AND “Surdez”, “Educação Sexual” AND “Surdo/a”, “Educação Sexual” AND “Deficiente Auditivo”. O mesmo foi feito para as expressões “Sexualidade”, “Orientação Sexual”, “Educação para Sexualidade” e “Saúde Sexual”, todos foram relacionados com os descritores “Surdez”, “Surdo/a” e “Deficiência Auditivo”.

Os critérios para a seleção dos trabalhos foram:

- Ter na amostra sujeitos surdos ou com deficiência auditiva;
- Contribuir de algum modo para a temática da sexualidade do sujeito surdo ou com deficiência auditiva.

Já os critérios de exclusão foram:

– Pesquisas que não possuíssem o foco e/ou os descritores desejados;

– Investigações anteriores aos anos delimitados (2016 a 2021);

– Envolver na amostra sujeitos que não sejam usuários da Libras.

Desse modo, foram analisados os títulos, palavras-chave e os resumos dos artigos/dissertações/teses buscando pelos descritores desejados. Todavia, em casos de não conclusão se realizou uma leitura detalhada da estrutura do texto no intuito de confirmar a existência de indícios que sinalizassem a inclusão, ou exclusão do manuscrito de acordo com os critérios citados acima.

3.2 PARTE II: ANÁLISE DOCUMENTAL

De acordo com Bardin (2016, p. 51), a análise documental é definida como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência”. Ou seja, a partir da análise documental ocorre a transformação de um documento primário em um secundário, sendo este último uma representação do primeiro. Neste tipo de análise “[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos” (LUDKE; ANDRE, 1986, p. 38).

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos e documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir do qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2007, p. 122).

A análise documental ocorreu a partir dos PPP's de escolas (públicas) específicas para estudantes surdos/as com a finalidade de identificar como a temática da Sexualidade humana é abordada nesses documentos.

Optamos por analisar o PPP, uma vez que esse documento traduz os objetivos reais da escola. Nele é possível visualizar os métodos de ensino, as estratégias pedagógicas, as atitudes que serão tomadas para alcançar as metas, bem como os pressupostos teóricos, políticos e sociais adotados pelas instituições.

Segundo Veiga (2007), os PPPs possuem três dimensões que se interligam entre si, constituindo o caminho que a escola assumirá para alcançar suas metas e finalidades pedagógicas. A primeira diz respeito ao projeto, isto é, às propostas que serão executadas em um tempo definido. Para Ferreira (2007, p. 12), o “projeto é meta, mas torna-se concreto e gerador de movimento quando transporto para a compreensão das pessoas e por elas assumida”.

A segunda dimensão tem natureza política e articula-se com o compromisso sociopolítico da educação, isto é, de criar espaços que oportunizem a formação crítica, consciente e responsável dos cidadãos que ingressarão na sociedade. Em detrimento do que se planeja alcançar, essa dimensão leva em conta as concepções de homem, sociedade, mundo e educação (VEIGA, 2007). De acordo com Maia e Scheibel (2006), o projeto é indissociavelmente político, uma vez que ele está envolvido com os aspectos sociais e econômicos presentes no contexto em que vivemos.

Já na dimensão pedagógica surge a possibilidade de aplicar as intencionalidades presentes no projeto inicial, sendo voltado para a formação e mobilização crítica e reflexiva do/a estudante e cidadão. É nessa dimensão que observamos as ações e as características, que levam em conta o contexto, para que um determinado curso consiga atingir de forma significativa seu propósito (VEIGA, 2007).

Vasconcellos (2000, p. 169), complementa expondo que

O Projeto Político Pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Além dos PPP's, foi realizada uma análise documental nos planos de aulas²²/planejamento anual de ensino voltados para a temática da sexualidade. Cabe destacar que a análise documental levou em consideração os procedimentos estabelecidos por Ludke e André (1986), como decidir o tipo de documento que será

²² Os planos de aula não foram direcionados para um/a docente específico/a, qualquer disciplina que abordasse essa temática poderia contribuir com seu plano, podendo dessa maneira observar se a temática é trabalhada de modo transversal ou não. Cabe lembrar, que devido o foco da pesquisa, foram analisados os planos que seriam desenvolvidos no EF. Logo, era preciso que a escola junto ao corpo docente, fizessem a localização desses planos para posterior análise.

utilizado, em nosso caso, os documentos oficiais de Escolas de Educação Básica, na modalidade da Educação Bilíngue para surdos/as; analisar as informações contidas nos documentos, sendo a análise de conteúdo de Bardin (2011); e observar a forma de registro desses dados que foi por meio da escrita.

Segundo Libâneo (1993), o plano de aula é um instrumento didático que organiza de maneira sistematizada os conteúdos a serem lecionados, as atividades e os procedimentos utilizados para alcançar os objetivos da aula. Ou seja, trata-se de um aprofundamento do plano de ensino. “O que difere o plano de ensino do plano de aula é a especificidade com conteúdos pormenorizados e objetivos mais operacionais” (GIL, 2012, p. 39).

Para que um plano de aula seja construído de forma significativa é preciso que antes seja elaborado o plano de ensino de acordo com suas fases: “preparação e apresentação de objetivos, conteúdos e tarefas; desenvolvimento da matéria nova; consolidação (fixação de exercícios, recapitulação, sistematização); aplicação e avaliação” (LIBÂNEO, 1993, p. 241). Desse modo, tendo em vista o plano de ensino, o/a docente deve separar o conteúdo em módulos, devendo inclusive haver um plano para cada aula de forma a facilitar a sistematização do que será realizado, bem como dos objetivos a serem atingidos.

De acordo com Spudeit (2014, p. 6) um plano de aula deve conter as seguintes etapas:

1 – O tema abordado: o assunto, o conteúdo a ser trabalhado; **2 – os objetivos gerais a serem alcançados:** o que os alunos irão conseguir atingir com esse trabalho; com o estudo desse tema. Os objetivos específicos: relacionados a cada uma das etapas de desenvolvimento do trabalho; **3 – as etapas previstas:** mais precisamente uma previsão de tempo, onde o professor organiza tudo que for trabalhado em pequenas etapas; **4 – a metodologia que o professor usará:** a forma como irá trabalhar, os recursos didáticos que auxiliarão a promover o aprendizado e a circulação do conhecimento no plano da sala de aula; **5 – a avaliação:** a forma como o professor irá avaliar, se em prova escrita, participação do aluno, trabalhos, pesquisas, tarefas de casa, etc. **6 – a bibliografia:** todo o material que o professor utilizou para fazer o seu planejamento. É importante tê-los em mãos, pois caso os alunos precisem ou apresentem interesse, terá como passar as informações. Cada um desses aspectos irá depender das intenções do professor, sendo que este poderá fazer combinados prévios com os alunos, sobre cada um deles (grifo nossos).

Ponte; Quaresma; Pereira (2015, p. 34), complementa que:

Quanto mais detalhado for o plano de aula, quanto mais pensado e refletido for o trabalho de preparação, maior capacidade terá o professor de ajustar esse plano em função dos acontecimentos e mesmo de improvisar.

Desse modo, a partir da elaboração do plano de aula o/a docente tem a possibilidade de refletir sobre sua prática, algo já reiterado por Schon (1992), e estimular a postura do/a professor/a investigador da sua ação (ALARCÃO, 2001; FAGUNDES, 2016). Sendo assim, por meio do plano de aula o/a docente pode reorganizar e/ou aprimorar suas atividades e caminhar para um trabalho mais sistematizado, significativo, levando o/a estudante a atuar como protagonista.

Considerando a relevância dos documentos citados acima (PPP e Plano de aula/Planejamento), objetivou-se coletar dados de Escolas de Educação Básica, na modalidade da Educação Bilíngue de surdos/as de diferentes regiões do Brasil, de modo a ter um panorama do tipo de ação educativa que tem sido realizada no que tange o tema sexualidade, visando problematizar se esse trabalho está em harmonia com os estudos científicos da área. Além, é claro, de observar questões teórico-metodológicas empregadas nesses documentos, visando futuramente desenvolver uma abordagem voltada à formação docente e/ou de estudantes surdos/as.

3.2.1 Delimitação da Análise Documental

Optamos por privilegiar as escolas de Educação Básica na modalidade da Educação Bilíngue, destinadas aos estudantes surdos em decorrência de serem instituições relevantes para o Brasil, e por terem resultados significativos na educação desses estudantes, assim como algumas escolas regulares.

Conforme evidencia Ramos e Hayashi (2018), uma escola voltada às especificidades dos estudantes surdos vem sendo, ao longo da história, reivindicada. Entre os documentos que fazem um apelo para a construção dessas instituições, temos: *A educação que nós queremos* (FENEIS, 1999) e *A educação que nós, surdos, queremos e temos direito* (SALVADOR, 2006). Ou seja, nossa delimitação vai ao encontro não só desses eventos citados anteriormente, mas, também, de autores/as relevantes no campo da surdez (CAMPELLO; REZENDE, 2014).

Silva (2018) observou que nessas escolas [bilíngues], os/as estudantes surdos/as possuem pares também surdos/as em seu convívio escolar. Os docentes falam o Português e a Libras, e em alguns casos existem docentes que

são surdos/as, além de haver funcionários/as que também sabem a língua de sinais. Em outras palavras, existe uma valorização do indivíduo, oferecendo um ensino que leva em consideração a cultura e a história do/a aprendiz. Tendo em vista o reconhecimento dado aos estudantes nessas instituições, seguiremos este caminho de investigação consistindo em analisar documentos educacionais de escolas de Educação Básica, na modalidade da Educação Bilíngue de surdos/as.

Todavia, precisamos frisar que consideramos que as escolas inclusivas são significativamente importantes para a sociedade e para inclusão das pessoas com deficiência. Encontramos essas realidades descritas, por exemplo, em trabalhos como o de Silva; Pereira (2003) e Lebedeff (2010). Normalmente nas escolas inclusivas o/a estudante surdo/a se encontra sozinho em uma sala repleta de ouvintes, como na pesquisa de Lacerda (2006), havendo poucos casos em que se encontra mais de um/a estudante surdo/a por sala de aula. E por mais que a socialização com a cultura ouvinte seja importante, é significativo quando o/a surdo/a tem pares com quem possa compartilhar vivências e saberes.

Ainda nessa realidade, observamos a falta de conhecimento e vivência da cultura surda²³ por parte dos/as docentes da rede básica, em que os mesmos priorizam, na sua maioria, a língua oral/escrita, deixando de lado a subjetividade e o saber do sujeito surdo. Nesse momento, entende-se o quanto uma escola que valorize significativamente a Libras é relevante na educação do/a estudante surdo (MACHADO, 2006).

3.2.2 Mapeamento das Escolas de Educação Básica, na Modalidade da Educação Bilíngue

Para realizar o mapeamento dessas instituições bilíngues, foram utilizados os microdados do Censo²⁴ 2020. Nele foi possível ter acesso às diversas informações referentes a essas escolas, podendo assim identificar aquelas que são destinadas aos estudantes surdos/as, foco dessa pesquisa. Ao todo foram localizadas 69 escolas, sendo estas de diferentes regiões do país. Para ter acesso

²³ Para conhecer um pouco a respeito da cultura surda, recomendamos a leitura do artigo de Silva *et al.* (2018).

²⁴ O Censo Escolar é uma ferramenta fundamental para que os atores educacionais possam compreender a situação educacional do país, das unidades federativas, dos municípios e do Distrito Federal, bem como das escolas e, com isso, acompanhar a efetividade das políticas públicas.

ao censo foi utilizado o “Fala.BR”²⁵. Nela foi possível fazer questionamentos que, nesse caso, foram relacionadas ao ensino/educação, que são posteriormente respondidos por essa plataforma em um prazo de 10 dias úteis.

A partir da relação das escolas existentes buscou-se o *site* oficial das instituições, a fim de localizar os documentos desejados, e nesse movimento, obtivemos que apenas uma escola disponibiliza o PPP em seu *site* oficial. Em um segundo momento, realizamos um contato informal por telefone com todas as escolas de caráter público, no qual apresentamos brevemente o objetivo da pesquisa, e por fim, solicitamos gentilmente que passassem o *e-mail* oficial da escola para que realizássemos um contato formal com a instituição.

No terceiro momento foi enviado para as escolas um *e-mail* contendo um documento oficial assinado pelo pesquisador e por sua orientadora de modo a formalizar o contato. Nesse documento salientamos que não seriam divulgadas informações como o nome das instituições, ou dos/as docentes que contribuíram com seus planos de aulas/planejamento de ensino, garantindo o anonimato. Ou seja, todos os documentos foram obtidos por meio desses momentos descritos acima.

Obtivemos com relação às escolas que:

Tabela 2 – Informações referentes às escolas públicas selecionadas para a pesquisa

| Região | Quantidade de escolas | Atenderam a ligação | Responderam o <i>e-mail</i> | Disponibilizaram o PPP | Disponibilizaram os Planos/Planejamento |
|--------------|-----------------------|---------------------|-----------------------------|------------------------|---|
| Norte | 1 | - | - | - | - |
| Sul | 17 | 9 | 3 | 3 | - |
| Sudeste | 17 | 11 | 3 | 3 | 1 |
| Centro-oeste | 2 | 1 | - | - | - |
| Nordeste | 4 | 3 | - | - | - |
| TOTAL | 41 | 24 | 6 | 6 | 1 |

Fonte: elaborado pelo autor (2022) com base nos dados enviados pelo FalaBR em 2020

²⁵ Se trata de uma Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação disponibilizada pela Controladoria-geral da União.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

A metodologia de análise dos dados obtidos subsidiou-se no referencial teórico metodológico da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), a qual refere-se a um conjunto de procedimentos de caráter sistemático. O objetivo foi a descrição do conteúdo de tal modo que possibilita a inferência de conhecimentos e interpretações acerca do *corpus* de análise. Essa modalidade de análise textual divide-se em três etapas: Pré-Análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação.

Na etapa de Pré-análise, as ideias são organizadas tendo como base os referenciais adotados, estabelecendo assim, indicadores necessários para as interpretações. Desse modo, a partir do material obtido é feita uma leitura e organização visando eleger e sistematizar os objetivos e a forma como será feita a interpretação dos dados iniciais, em outras palavras, um plano de análise.

Para essa investigação foram desenvolvidas Unidades prévias de Contexto (UC), bem como as Unidades prévias de Registro (UR). Segundo Bardin (2016) as UC são:

[...] unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro (BARDIN, 2016, p. 137).

Já as UR podem ser compreendidas como uma “unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial” (BARDIN, 2016, p. 134). Por isso, foram desenvolvidas UC e UR para a análise bibliográfica e documental. Todas as Unidades foram desenvolvidas por meio dos referenciais teóricos adotados.

A segunda fase é caracterizada pela exploração do *corpus* do material, é nela que ocorre a codificação e identificação das unidades de análise que irão compor a pesquisa. Trata-se de uma etapa de suma importância, uma vez que nela irá refletir se os dados foram bem analisados, logo “a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase” (BARDIN, 2016).

Nessa fase também são agrupados os fragmentos textuais em suas respectivas UC e UR prévias, e em casos em que o fragmento não se encaixe nas

unidades elaboradas, são desenvolvidas as Unidades de Registro Emergentes (URE), que surgem por meio dos fragmentos obtidos empiricamente.

Por fim, na última etapa ocorre o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Os dados são tratados visando se tornarem significativos a fim de possibilitar que seja feita uma análise reflexiva e crítica do contexto investigado, que neste caso se refere a como as temáticas de sexualidade e a surdez se inserem no contexto escolar e em documentos pedagógicos para o EF de escolas públicas brasileiras. Bardin (2016) salienta que os resultados sejam submetidos a “testes de validação” para maior fidelidade, por isso, as unitarizações temáticas e a classificação dos fragmentos textuais (poderia ser classificado em mais de uma categoria) foram decodificadas intersubjetivamente pelo grupo de pesquisa IFHIECEM.

Cabe destacar que em nosso grupo de pesquisa IFHIECEM desenvolveu-se uma especialização adaptada do que Bardin chama de Análise de Conteúdo Temática, no sentido de realizar certos cuidados com as UR, uma vez que elas devem ser elaboradas como hipóteses dedutivas da literatura científica da área. Ou seja, quando possíveis hipóteses são evidenciadas na bibliografia, existe um trabalho voltado a descrever o que e como essas hipóteses estão sendo expressas nos documentos objetos de análise. Logo, todo o processo desenvolvido a *priori* garante que a pesquisa tenha uma maior consistência e rigor científico em relação à metodologia utilizada.

3.4 UNIDADES TEMÁTICAS DE CONTEXTO E REGISTRO

Tendo em vista a metodologia estabelecida (BARDIN, 2016), foram desenvolvidas Unidades prévias de Contexto (UC) e de Registro (UR) para o levantamento bibliográfico do PPP e para os planos de aulas dos/as docentes que costumam lecionar o conteúdo de Educação Sexual nas Escolas de Educação Básica, na modalidade da Educação Bilíngue de surdos/as. Além disso, são apresentadas as Unidades de Registros Emergentes (URE), sendo utilizadas em casos em que a literatura não previu os registros encontrados, servindo apenas como base. A seguir são expostas às respectivas UC, UR e URE.

3.4.1 Unidades Temáticas do Levantamento Bibliográfico

Tivemos como objetivo nesta UC investigar e refletir a respeito das principais temáticas presentes nas pesquisas que relacionam a sexualidade humana com a surdez. Desse modo, futuros/as pesquisadores/as teriam uma dimensão das possibilidades existentes, podendo aprimorar o conhecimento que existe, ou então contribuir com novas investigações.

Como inspiração para a UR abaixo, foi utilizado o trabalho de Silva *et al.* (2018), que desenvolveu um dicionário de sexualidade na língua brasileira de sinais. Nessa investigação ainda é possível encontrar um processo de categorização dos sinais, que, por sua vez, influenciaram no desenvolvimento das unidades.

Quadro 1 – UR para a UC 1 do levantamento bibliográfico

| UC 1 TEMÁTICAS EVIDENCIADA NOS TRABALHOS RELACIONANDO A SEXUALIDADE E A SURDEZ | | |
|---|--|---|
| UR | Descrição | Explicação do registro |
| 1.1 | Abordam a sexualidade humana por meio das discussões das IST's. | Para agrupar as pesquisas que utilizaram as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) para contextualizar a temática da sexualidade humana ou para desenvolver algum material educativo a respeito. |
| 1.2 | Abordam a sexualidade humana por meio de estudos a respeito da Homossexualidade. | Para agrupar as pesquisas que fizeram uso da homossexualidade para contextualizar e abordar a sexualidade humana, uma vez que também existem surdos/as homossexuais. |
| 1.3 | Abordam a sexualidade humana expondo a temática da violência e ou abuso sexual. | Para agrupar pesquisas que se utilizaram de contextos e/ou situações de violência e abuso sexual para abordar e contextualizar a sexualidade humana. |
| 1.4 | Abordam a sexualidade humana por meio de representações e imaginários sociais. | Para agrupar pesquisas que fizeram uso dos mitos e representações/imaginários sociais tidos pelos/as estudantes surdos/as em seus discursos para compreender melhor a respeito do modo como eles compreendem a sua sexualidade. |
| 1.5 | Abordam a sexualidade humana por meio de métodos contraceptivos e ou de emergência. | Para agrupar as pesquisas que utilizaram da temática voltada aos métodos contraceptivos e ou de emergência para trabalhar a sexualidade humana com os estudantes surdos ou para contextualizar a temática da sexualidade e da surdez. |
| URE 1.1 | Abordam a sexualidade humana por meio do seu conceito. | Para agrupar as pesquisas que utilizaram o conceito e ou a concepção de sexualidade humana para desenvolver uma investigação. |
| URE 1.2 | Abordam a sexualidade humana relacionando com a Libras. | Para agrupar as pesquisas que relacionam a temática da sexualidade humana com a Língua de Sinais (LIBRAS). |

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Dando sequência, o objetivo da unidade apresentada no quadro 2 foi evidenciar as abordagens mais empregadas no ensino da sexualidade humana, destacando possíveis caminhos metodológicos para os/as atuais e futuros/as docentes, bem como pesquisadores/as. Para compor a descrição e a explicação de cada unidade de registro prévia foi utilizado como referência Figueiró (1996), uma vez que se trata de uma citação bastante empregada nas investigações relacionadas à Educação Sexual. Entretanto, existem autores/as como Nunes (1996) e Furlani (2005, 2016) que também contribuem apresentando abordagens semelhantes a escolhida nessa unidade.

Quadro 2 – UR para a UC 2 do levantamento bibliográfico

| UC 2 ABORDAGENS DE ENSINO DE SEXUALIDADE EVIDENCIADAS NAS PESQUISAS | | | |
|--|--|--|---|
| UR | Descrição | | Explicação do registro |
| 2.1 | Religiosa Católica e Religiosa Protestante (Tradicional). | | “[...] é a formação do cristão, e o sexo é vinculado ao amor pelo parceiro, ao casamento e à procriação. A vivência da sexualidade está condicionada à submissão às normas religiosas oficiais” (FIGUEIRÓ, 1996, p. 52) |
| 2.2 | Religiosa Católica e Religiosa Protestante (Libertadora). | | “[...] em primeiro plano está a conservação dos princípios cristãos fundamentais, como por exemplo: o amor, o respeito mútuo e a justiça. A Educação Sexual é encarada como instrumento de transformação social” (FIGUEIRÓ, 1996, p. 52). |
| 2.3 | Médica. | | “[...] é a díade saúde-doença (com ênfase na ação terapêutica para tratamento de desajustes sexuais, ansiedade ou angústias relativas à sexualidade); valoriza o fornecimento de informações em contexto de relação terapêutica ou de programas preventivos da saúde pública, para assegurar a saúde sexual do indivíduo e da coletividade. A Educação Sexual como meio de levar o indivíduo a viver bem sua sexualidade” (FIGUEIRÓ, 1996, p. 52). |
| 2.4 | Pedagógica. | | “[...] o processo de ensino/aprendizagem é a característica fundamental. É dada ênfase ao aspecto informativo, na qual pode-se incluir também o aspecto formativo (discussão de valores, atitudes e sentimentos). A Educação Sexual como meio de levar o indivíduo a viver bem sua sexualidade” (FIGUEIRÓ, 1996, p. 52). |
| 2.5 | Emancipatória. | | “[...] consiste em perceber na Educação Sexual um compromisso com a transformação social, conduzindo as discussões para as questões que envolvem relações de poder, aceitação das diferenças e respeito pelas minorias. Há também uma preocupação em resgatar o erotismo (o prazer da vida e a visão positiva da sexualidade) e as questões de gênero, em que os papéis sexuais são pensados à luz de um enfoque social, histórico e cultural” (FIGUEIRÓ, 1996, p. 52). |
| 2.6 | Ausência ou não da compreensão da abordagem. | | Para agrupar os trabalhos que não fizeram uso de uma abordagem específica e/ou não citou no corpo do trabalho. |

Fonte: adaptado de Figueiró (1996)

O objetivo da unidade disposta no quadro 3 foi evidenciar os principais encaminhamentos metodológicos utilizados nas pesquisas que abordam a

sexualidade do sujeito surdo, podendo assim indicar possíveis tendências metódicas. Dessa forma, futuros/as pesquisadores/as teriam ciência das possibilidades existentes nesse campo de investigação. Para explicação das unidades de registro prévias foi empregado o trabalho de Gil (2008).

Quadro 3 – UR para a UC 3 do levantamento bibliográfico

| UC 3 DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS OBSERVADOS NAS PESQUISAS | | |
|--|--|---|
| UR | Descrição | Explicação do registro |
| 3.1 | Pesquisa bibliográfica. | Para agrupar “pesquisas desenvolvidas a partir de material já elaborado, constituindo principalmente livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50). |
| 3.2 | Pesquisa documental. | Para agrupar “pesquisas que se utiliza de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos de pesquisa” (GIL, 2008, p. 51). |
| 3.3 | Pesquisa experimental. | Para agrupar “pesquisas que consistem em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto” (GIL, 2008, p. 51). |
| 3.4 | Levantamento de campo (Survey). | Para agrupar “pesquisas que se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados” (GIL, 2008, p. 55). |
| 3.5 | Estudo de campo. | Para agrupar as “pesquisas que procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. O planejamento de estudo de campo apresenta maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa” (GIL, 2008, p. 57). |
| 3.6 | Estudo de caso. | Para agrupar as “pesquisas que são caracterizadas pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados. É um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade” (GIL, 2008, p. 57). |
| 3.7 | Diversidade de delineamentos. | Para agrupar as “pesquisas que envolvem mais de um tipo de delineamento em uma mesma pesquisa. Isso normalmente ocorre devido à dificuldade na investigação, obtenção dos dados” (GIL, 2008, p. 50). |
| 3.8 | Ausência de delineamento. | Para agrupar as pesquisas que não informaram qual delineamento metodológico foi utilizado. |

Fonte: (GIL, 2008)

O objetivo da unidade posterior foi de realizar um panorama a respeito das investigações voltadas à formação docente, podendo assim observar se existe um interesse das publicações nessa temática.

Quadro 4 – UR para a UC 4 do levantamento bibliográfico

| UC 4 FORMAÇÃO DOCENTE PARA SEXUALIDADE E SURDEZ | | |
|--|---|---|
| UR | Descrição | Explicação do registro |
| 4.1 | Noções de docentes a respeito da sexualidade e surdez. | Para agrupar pesquisas que analisem percepções, concepções acerca da sexualidade dos/as estudantes surdos/as presentes nos discursos de professores/as. |
| 4.2 | Noções de docentes a respeito de Didática das Ciências aplicada à sexualidade de estudantes surdos. | Para agrupar abordagens de ensino e/ou sequências didáticas voltadas a proporcionar momentos de aprendizagem e reflexão acerca da sexualidade das pessoas surdas. |
| 4.3 | Formação inicial de professores/as | Para agrupar pesquisas que investiguem atividades e/ou práticas voltadas à formação inicial referente a sexualidade humana e/ou surdez. |
| 4.4 | Formação em serviço de professores/as | Para agrupar pesquisas que investiguem atividades e/ou práticas voltadas à formação em serviço referente a sexualidade humana e/ou surdez. |
| 4.5 | Análise de currículos em licenciaturas de Ciências Biológicas que investiguem os documentos balizadores quanto à inserção e à articulação da temática da sexualidade e surdez. | Para agrupar pesquisas que tenham como objeto o currículo de universidades, visando à inserção da temática da sexualidade e da surdez nas disciplinas voltadas ao ensino de ciências. |
| 4.6 | Não desenvolveu uma investigação voltada à formação docente. | Para agrupar pesquisas com focos diferentes da formação docente. |

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

O objetivo dessa unidade (quadro 5) foi investigar os materiais utilizados para compor o corpo teórico e não teórico relacionado à sexualidade e à surdez.

Quadro 5 – UR para a UC 5 do levantamento bibliográfico

| UC 5 FONTES PARA O ESTUDO DA TEMÁTICA “SEXUALIDADE E SURDEZ” | | |
|---|--|---|
| UR | Descrição | Explicação do registro |
| 5.1 | “Fontes bibliográficas”. | “Artigos científicos; anais de eventos; Teses; Dissertações; Livros; Documentos norteadores (nacionais, estaduais e municipais)”. |
| 5.2 | “Fontes multimídias”. | “ <i>Home Page, sites</i> , documentários, vídeos e qualquer recurso midiático como meio de busca por informações” a respeito da temática “sexualidade e surdez”. |
| 5.3 | “Grupos de pesquisa/estudo”. | “Conhecimentos desenvolvidos por grupos de pesquisa”. |
| 5.4 | “Desenvolvimento ocorrido, porém, não informado”. | “Quando os/as autores/as não informam suas fontes de consulta de maneira explícita”. |

Fonte: adaptado de Proença (2019)

3.4.2 Unidades Temáticas do Projeto Político Pedagógico

O objetivo dessa unidade foi investigar que possíveis expressões têm sido utilizadas pelas escolas para trabalhar o tema da sexualidade humana, podendo assim compreender como os PPP's e os planos de aula são propostos, referenciados e implementados. Segundo Figueiró (1996, p. 59), as “diferenças, incoerências e confusões geradas nessa diversidade de definições e compreensões podem comprometer a qualidade da produção científica e o avanço do corpo teórico desta área do conhecimento”.

Quadro 6 – UR para a UC 1 dos PPP's

| UC 1 EXPRESSÕES UTILIZADAS PARA INCLUSÃO DO TEMA DA SEXUALIDADE HUMANA NOS PPP's E PLANOS DE AULA/PLANEJAMENTO ANUAL DE ENSINO | | |
|---|--|---|
| UR | Descrição | Explicação do registro |
| 1.1 | Educação Sexual. | Para agrupar os PPP's que fizeram uso da expressão “ Educação Sexual ” para apresentar a temática da sexualidade humana, assim como Werebe (1978; 1998); Goldberg (1982); Vitello (1995); Guimarães (1995); Figueiró (1996). |
| 1.2 | Orientação Sexual. | Para agrupar os PPP's que fizeram uso da expressão “ Orientação Sexual ” para apresentar a temática da sexualidade humana. Tomamos como base França (1984), Ribeiro (1990), Pinto (1995); Sayão (1997), Maia (2004). |
| 1.3 | Educação Para Sexualidade. | Para agrupar os PPP's que fizeram uso da expressão “ Educação Para Sexualidade ” para apresentar a temática da sexualidade humana. Varela e Ribeiro (2017). |
| 1.4 | Sexualidade. | Para agrupar os PPP's que fizeram uso da expressão “ Sexualidade ” para apresentar a temática da sexualidade humana. |
| 1.5 | Diversidade Sexual. | Para agrupar os PPP's que fizeram uso da expressão “ Diversidade Sexual ” para apresentar a temática da sexualidade humana. |
| 1.6 | Outros. | Para agrupar os PPP's que utilizaram outra expressão para apresentar a temática da sexualidade humana. |
| 1.7 | Adotaram mais de uma expressão. | Para agrupar os PPP's que utilizaram mais de uma expressão para apresentar a temática da sexualidade humana. |
| 1.8 | Termo ausente. | Para agrupar os PPP's na qual as expressões ligadas à sexualidade humana foram retiradas ou não estavam presente dos documentos. |

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

O objetivo dessa unidade foi analisar qual ou quais dimensões da sexualidade humana estão contempladas nos documentos políticos pedagógicos. Para explicação dos registros foram utilizados os trabalhos de Abreu (2008) e Pereira; Monteiro (2015).

Quadro 7 – UR para a UC 2 dos PPP's

| UC 2 DIMENSÕES DA SEXUALIDADE EVIDENCIADAS NOS PPP's E PLANOS DE AULA/PLANEJAMENTO ANUAL DE ENSINO | | |
|---|--|--|
| UR | Descrição | Explicação do registro |
| 2.1 | Biológica. | <p>“São fundamentalmente os factores biológicos que controlam o desenvolvimento sexual humano, desde a concepção até ao nascimento, e também que possibilitam a reprodução após a puberdade” (ABREU, 2008, p. 26).</p> <p>“Esses trabalhos, embora afirmem que as ações envolvendo o tema sexualidade devem ir além do aspecto preventivo, não fazem uma integração entre as ciências sociais e biológicas ao pensar o tema em questão. Não há também uma articulação entre as desigualdades e preconceitos que envolvem os diferentes estereótipos relacionados à questão do gênero e orientação sexual. A reprodução é tema central desses trabalhos, o que inclui a anatomia dos órgãos sexuais, fecundação, métodos contraceptivos e estratégias de prevenção da gravidez precoce, das DST e aids” (PEREIRA; MONTEIRO, 2015, p. 134).</p> |
| 2.2 | Psicológica. | <p>“A dimensão psicológica da sexualidade contempla o papel dos afectos, emoções, pensamentos, desejos e fantasias, na expressão da sexualidade humana, clarificando o modo como se desenvolvem e se manifestam, particularmente, no adolescente e no jovem adulto” (ABREU, 2008, p. 28).</p> |
| 2.3 | Histórico-cultural. | <p>“Descreve o modo como se transformaram os códigos e valores sobre sexualidade e sexo, evidenciando a íntima relação existente entre as transformações sociais e económicas com o comportamento sexual. A sua análise assume uma perspectiva dinâmica e progressista integrando as tensões existentes entre o ser humano, a sua relação com a Natureza, a economia e a política” (ABREU, 2008, p. 36).</p> <p>“Partem da ideia de que a sexualidade humana depende do processo de socialização; os trabalhos apontam para a multiplicidade de construções e vivências histórico-culturais, tendo por base discussões a respeito das relações de gênero e diversidade sexual. Discutem a diversidade de orientações sexuais (incluindo a homossexualidade), os valores, os tabus e os preconceitos ligados ao tema. Os estudos não tratam necessariamente de todos os itens descritos, mas valem-se de alguns deles, e esclarecem a importância de fatores socioculturais na constituição das identidades sexuais e de gênero” (PEREIRA; MONTEIRO, 2015, p. 134).</p> |
| 2.4 | Ética. | <p>“Está associada às vivências individuais, à forma como cada um resolve os problemas com que se confronta no decurso dessas vivências, justifica as escolhas efectuadas e pauta o seu comportamento sexual” (ABREU, 2008, p. 41).</p> |
| 2.5 | A sexualidade e suas dimensões não são identificadas. | <p>“Para agrupar os PPP's que não foi identificado o uso das dimensões da sexualidade humana”.</p> |

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

O objetivo desta unidade, assim como no levantamento bibliográfico, foi o de observar se os documentos norteadores fazem uso de alguma abordagem para tratar a sexualidade humana com os/as estudantes surdos/as.

Quadro 8 – UR para a UC 3 dos PPP's

| UC 3 ABORDAGENS DE ENSINO DO TEMA SEXUALIDADE EVIDENCIADAS NOS PPP's E PLANOS DE AULA/PLANEJAMENTO ANUAL DE ENSINO | | |
|---|--|---|
| UR | Descrição | Explicação do registro |
| 3.1 | Religiosa Católica e Religiosa Protestante (Tradicional). | “[...] é a formação do cristão, e o sexo é vinculado ao amor pelo parceiro, ao casamento e à procriação. A vivência da sexualidade está condicionada à submissão às normas religiosas oficiais” (FIGUEIRÓ, 1996, p. 52). |
| 3.2 | Religiosa Católica e Religiosa Protestante (Libertadora). | “[...] em primeiro plano está a conservação dos princípios cristãos fundamentais, como por exemplo: o amor, o respeito mútuo e a justiça. A Educação Sexual é encarada como instrumento de transformação social” (FIGUEIRÓ, 1996, p. 52). |
| 3.3 | Médica. | “[...] é a díade saúde-doença (com ênfase na ação terapêutica para tratamento de desajustes sexuais, ansiedade ou angústias relativas à sexualidade); valoriza o fornecimento de informações em contexto de relação terapêutica ou de programas preventivos da saúde pública, para assegurar a saúde sexual do indivíduo e da coletividade. A Educação Sexual como meio de levar o indivíduo a viver bem sua sexualidade” (FIGUEIRÓ, 1996, p. 52). |
| 3.4 | Pedagógica. | “[...] o processo de ensino/aprendizagem é a característica fundamental. É dada ênfase ao aspecto informativo, na qual pode-se incluir também o aspecto formativo (discussão de valores, atitudes e sentimentos). A Educação Sexual como meio de levar o indivíduo a viver bem sua sexualidade” (FIGUEIRÓ, 1996, p. 52). |
| 3.5 | Emancipatória. | “[...] consiste em perceber na Educação Sexual um compromisso com a transformação social, conduzindo as discussões para as questões que envolvem relações de poder, aceitação das diferenças e respeito pelas minorias. Há também uma preocupação em resgatar o erotismo (o prazer da vida e a visão positiva da sexualidade) e as questões de gênero, em que os papéis sexuais são pensados à luz de um enfoque social, histórico e cultural” (FIGUEIRÓ, 1996, p. 52). |
| 3.6 | Ausência ou não compreensão da abordagem. | Para agrupar os PPP's que não fizeram uso de uma abordagem ou não citou no corpo do texto. |

Fonte: Figueiró (1996)

O objetivo desta unidade é investigar quais estão sendo os respaldos políticos utilizados nos documentos educacionais para abordar/legitimar a temática da sexualidade humana na escola.

Quadro 9 – UR para a UC 4 dos PPP's

| UC 4 RESPALDOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS EVIDENCIADOS NOS PPP's | | |
|--|--|---|
| UR | Descrição | Explicação do registro |
| 4.1 | Parâmetros Curriculares Nacionais. | Para agrupar os PPP's que fizeram uso desse respaldo político para regulamentar/exercer a temática da sexualidade humana no âmbito escolar. |
| 4.2 | Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. | Para agrupar os PPP's que fizeram uso desse respaldo político para regulamentar/exercer a temática da sexualidade humana no âmbito escolar. |
| 4.3 | Base Nacional Comum Curricular. | Para agrupar os PPP's que fizeram uso desse respaldo político para regulamentar/exercer a temática da sexualidade humana no âmbito escolar. |
| 4.4 | Parecer e ou Resoluções específicas. | Para agrupar os PPP's que fizeram uso desse |

| | | |
|-----|---|---|
| | | respaldo político para regulamentar/exercer a temática da sexualidade humana no âmbito escolar. |
| 4.5 | Não faz uso de um respaldo político. | Para agrupar os PPP's que não fizeram uso de um respaldo político, lei, parecer ou resolução para legitimar a prática da sexualidade no âmbito escolar. |

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

O objetivo desta unidade é investigar em quais partes dos Projetos Políticos Pedagógicos a sexualidade humana é abordada, podendo compreender melhor a respeito de como os estudos da sexualidade são vistos/encarados e propostos pelas instituições. As unidades de registro foram adotadas a partir de uma padronização encontrada no trabalho de Quaglia (2013).

Quadro 10 – UR para a UC 5 dos PPP's

| UC 5 LOCALIZAÇÃO DO TEMA SEXUALIDADE HUMANA NOS PPP's | | |
|---|---|--|
| UR | Descrição | Explicação do registro |
| 5.1 | “Organização da Entidade Escolar”. | “Está relacionado com a oferta de ensino da instituição, apresenta a estrutura de grupo de trabalho, o histórico do estabelecimento, decretos e resoluções para o seu funcionamento” (QUAGLIA, 2013, p. 44). |
| 5.2 | “Princípios Norteadores da Educação”. | “Tem como foco a filosofia do estabelecimento, discutindo qual a função social da escola pública e remetendo aos principais objetivos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que discute os princípios epistemológicos; princípios didático-pedagógicos e princípios éticos, políticos e estéticos” (QUAGLIA, 2013, p. 66). |
| 5.3 | “Proposta Curricular que Norteia a Ação do Estabelecimento”. | “Propõe relatar como a Proposta Curricular é organizada, assim como expor os trabalhos realizados pela escola em relação às ações étnicos raciais e à composição do trabalho da equipe multidisciplinar” (QUAGLIA, 2013, p. 67). |
| 5.4 | “Trabalho Sobre a Diversidade Escolar”. | “Em que a escola deve se propor a relatar como são trabalhadas as questões de diversidade cultural, religiosa, étnico racial, de gênero, social e, também como é estabelecido o atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais etc” (QUAGLIA, 2013, p. 69). |
| 5.5 | “Complementação Curricular”. | Propõe descrever programas de parceria e outras estratégias de complementação que a escola desenvolve” (QUAGLIA, 2013, p. 51). |
| 5.6 | “Plano de Ação da Escola”. | “Relata o planejamento de ações que a instituição está adotando para o desenvolvimento dos alunos” (QUAGLIA, 2013, p. 73). |
| 5.7 | Não foi localizado. | Para agrupar os PPP's que não mencionaram a sexualidade humana nos documentos. |
| 5.8 | Localizada em uma região específica. | Para agrupar os PPP's que mencionaram a sexualidade humana, porém a menção ocorreu em uma região específica do documento. |

Fonte: Quaglia (2013).

3.4.3 Unidades Temáticas dos Planos de Aulas e/ou Planejamento anual de Ensino

Cabe destacar que três das cinco unidades de contexto desenvolvidas para análise dos PPPs também foram utilizadas para análise dos planos de aulas e/ou planejamento anual de ensino, sendo elas: UC1; UC2 e UC3.

O objetivo da unidade a seguir é investigar quais personagens estão envolvidos no processo de ES da escola, uma vez que é possível observar na literatura que esse trabalho educativo pode e é desenvolvido por diferentes profissionais.

Quadro 11 – UR para a UC 4 dos Planos de aula/Planejamento anual de ensino

| UC 4 PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS PELO EXERCÍCIO DA SEXUALIDADE NA ESCOLA | | |
|--|---|--|
| UR | Descrição | Explicação do registro |
| 4.1 | Docentes de Ciências/Biologia. | Para agrupar os documentos na qual os/as docentes de Ciências/Biologia são os/as responsáveis por desenvolver a temática da sexualidade na escola. |
| 4.2 | Docentes de diferentes disciplinas | Para agrupar os documentos na qual ocorre um trabalho transversal na escola, ou seja, docentes de diferentes disciplinas lecionam a temática da sexualidade na escola. |
| 4.3 | Equipe Pedagógica. | Para agrupar os documentos na qual uma equipe pedagógica (Docentes, Pedagogos/as, Psicólogos/as) é responsável por trabalhar a temática da sexualidade na escola. |
| 4.4 | Psicólogo/a. | Para agrupar os documentos na qual os/as Psicólogos/as são os/as responsáveis por desenvolver a temática da sexualidade na escola. |
| 4.5 | Outro/a profissional. | Para agrupar os documentos na qual outro/a profissional é responsável por desenvolver a temática da sexualidade na escola. |
| 4.6 | Não é desenvolvido por nenhum profissional e/ou não foi citado no documento. | Para agrupar os documentos na qual a temática não é desenvolvida por nenhum profissional e/ou não foi citado o/a profissional responsável. |

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

O objetivo desta unidade é investigar quais recursos estão sendo utilizados pelos profissionais responsáveis para trabalhar a temática da sexualidade.

Quadro 12 – UR para a UC 5 dos Planos de aula/Planejamento anual de ensino

| UC 5 RECURSOS UTILIZADO PARA TRABALHAR A TEMÁTICA DA SEXUALIDADE HUMANA | | |
|--|---------------------------------|---|
| UR | Descrição | Explicação do registro |
| 5.1 | “Fontes bibliográficas”. | “Artigos científicos; Anais de eventos; Teses; Dissertações; Livros; Documentos norteadores (nacionais, estaduais e municipais)”. |
| 5.2 | “Fontes multimídias”. | “ <i>Home page, sites, documentários, vídeos e qualquer recurso midiático como meio de</i> |

| | | |
|-----|---|--|
| | | busca por informações” a respeito da temática “sexualidade e surdez”. |
| 5.3 | “Grupos de pesquisa/estudo”. | “Conhecimentos desenvolvidos por grupos de pesquisa”. |
| 5.4 | “Desenvolvimento ocorrido, porém, não informado”. | “Quando os/as autores/as não informam suas fontes de consulta de maneira explícita”. |

Fonte: adaptado de Proença (2019).

4 RESULTADOS, INFERÊNCIAS E INTERPRETAÇÕES

4.1 A TEMÁTICA DA SEXUALIDADE DESTINADA AOS ESTUDANTES SURDOS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A partir da busca utilizando os descritores enunciados na metodologia, 8 estudos foram selecionados. Estudos escritos entre o período de janeiro de 2016 e janeiro de 2021 (5 anos). Do total de trabalhos, metade são artigos científicos e a outra metade teses e/ou dissertações. A quantidade identificada se concentrou nos qualis A2 (três) e B1 (um). Dentre as hipóteses, acreditamos que esse resultado seja fruto da delimitação adotada, que privilegiou os periódicos da área de ensino e analisou uma quantidade específica de revistas científicas.

A seguir no quadro 13 é possível observar a relação dos autores/as, o título do trabalho, o ano de publicação, a revista responsável pela divulgação e o código²⁶ utilizado na classificação dos artigos.

Quadro 13 – Artigos publicados entre os anos de 2016 e 2021

| Autor/a | Título do Artigo | Ano | Código | Revista | Qualis |
|--|---|------|--------|----------------|--------|
| Márcia B. C. Müller, Denise R. Q. da Silva, Maria A. M. Yunes | Gênero e Sexualidade: Reflexões acerca do imaginário social docente na Educação de surdos | 2016 | R1 | Criar Educação | B1 |
| Victor H. de O. Henrique, Alex S. H. de J. Freitas, Edna L. Haroim | Sexualidade e Educação: Uma comparação entre alunos surdos e não surdos | 2018 | R2 | Interfaces | A2 |
| Rosane T. Fontana, Patricia F. Schwiderke, Maria A. B. Trindade | As Infecções Sexualmente Transmissíveis na percepção de pessoas surdas | 2018 | R3 | Práxis | A2 |
| Jessica N. de Carvalho, Suzete A. O. Gomes, Ruth M. Mariani Braz | Construindo um Blog Educativo sobre a Sexualidade para alunos com Deficiência Auditiva | 2020 | R4 | Práxis | A2 |

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Legenda: R: referencial

²⁶ A utilização dos códigos é uma estratégia normalmente seguida pelo grupo Iffhiecem para garantir anonimato aos participantes/escola. Nesse caso, utilizou-se os códigos para sistematizar o texto e torná-lo menos repetitivo ou cansativo.

4.1.1 Breve Resumo dos Artigos

No trabalho de R1 foram feitas reflexões acerca da surdez na perspectiva do gênero e da sexualidade pensando na formação docente. A análise dessa formação foi realizada a partir das diferenças culturais e dos imaginários sociais dos docentes. Conclui-se ser importante desmistificar questões atreladas à surdez, sexualidade e gênero como algo unicamente biológico, e que pensar acerca desses temas a partir de uma perspectiva social e cultural pode auxiliar os/as docentes.

Em R2 foi investigado a concepção de estudantes surdos e não surdos de uma escola municipal a respeito da sexualidade e da expressão da mesma. Observou-se que os/as estudantes surdos/as costumam se abrir mais com os parceiros/as do que com a família, que a visão da sexualidade está relacionada com o ato de fazer sexo e que ações educativas acerca desse tema, além de estimadas, são necessárias a esse público que vivencia a sexualidade como qualquer outro jovem.

Já em R3 foram analisados os saberes de estudantes surdos/as a respeito das IST's visando produzir um objeto de aprendizagem em Libras acerca do tema. Teve-se que o conhecimento dos/as estudantes foi limitado. Ações voltadas a ampliar o debate acerca do tema serão importantes no sentido dos/as profissionais (saúde e educação) conhecerem melhor acerca das especificidades de cada estudante, além de incentivar a elaboração de recursos de ensino e aprendizagem ao público surdo.

R4 desenvolveu um blog²⁷ educativo com o objetivo de que esse material facilitasse o processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência auditiva no que tange às IST 's, uma vez que esse público tem mais dificuldade no acesso à saúde²⁸. Por fim, o artigo destaca a necessidade de profissionais que conheçam as duas línguas (Língua Português (LP) e Libras), e que a construção do blog possibilita que os/as docentes possam aprimorar suas práticas pedagógicas.

²⁷ Blog (abreviação para *weblog*), é uma espécie de diário *online* que aborda um assunto específico escolhido pelo seu autor. Ele pode apresentar as informações no formato de texto, mas pode conter imagens, fotos, vídeos ou outras mídias que o autor considere importante para o assunto.

²⁸ Por mais que exista a Lei 13.146/2015 e o Decreto 5.626/2005, acontece que nos postos de saúde existem pouco profissionais que sabem a Libras. Por isso que os/as surdos/as acabam tendo dificuldades (comunicativas), no acesso à saúde.

No quadro 14 é possível visualizar as informações referentes às teses e dissertações encontradas no processo inicial de busca.

Quadro 14 – Teses e dissertações com a temática Sexualidade e Surdez

| Autor/ra | Título | Ano | Instituição/ Programa | Código | Região |
|---------------------|--|------------|----------------------------------|---------------|---------------|
| Marcia B. C. Muller | Surdez, Gênero e Sexualidade: Qual o Imaginário Social em Uma Escola de Ensino Fundamental Bilíngue no Sul do Brasil | 2017 | Universidade La Salle Educação | T1 | Sul |
| Monique de M. Couto | Alfabetização Científica no Ensino Médio: A Análise de Uma Experiência Didática no Ensino de Biologia na Perspectiva da Surdez | 2017 | UFF Diversidade e Inclusão | D1 | Sudeste |
| Thiago Boaventura | A (Des)Construção da Identidade/Diferença Através da Normalidade: Surdez e Homossexualidade | 2019 | UFPR Educação | D2 | Sul |
| Luana C. Salla | Um Estudo de Teses e Dissertações Sobre a Educação Sexual da Pessoa com Surdez | 2020 | UNESP Educação Sexual | D3 | Sudeste |

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Legenda: T: (Tese); D: (Dissertação).

4.1.2 Breve Resumos das Teses/Dissertações

T1 teve como objetivo investigar o imaginário social de docentes de uma escola de EF bilíngue para surdos e suas concepções acerca da surdez, gênero e sexualidade, e observar como essa visão afeta suas práticas pedagógicas. Foram observados um silêncio referente às discussões acerca do gênero, sexualidade e diversidade, e que a falta de formação acadêmica e o imaginário cultural estão entre os motivos para esse silenciamento. Por fim, é feito um destaque para a organização de políticas públicas voltadas às especificidades dos surdos.

No trabalho D1, foram desenvolvidas ações que tiveram como intuito favorecer a construção de alguns conceitos, entre eles o da sexualidade, visando promover um posicionamento mais crítico e reflexivo em uma turma de estudantes surdos do INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos). Ao final, foi desenvolvido um produto em LP escrita, baseado na experiência de construção de conceitos com os estudantes surdos. O produto é destinado aos docentes da

educação básica e apresenta sugestões que podem auxiliar o/a professor/a em práticas pedagógicas.

D2 objetivou compreender a respeito dos discursos normalizadores e problematizar suas consequências no contexto da surdez e da homossexualidade. Observou-se que os discursos presentes socialmente na escola e na família, estes com caracteres patológicos/medicalizantes atuam como mecanismos de controle (disciplinamento e regulação linguística/sexual) dos surdos gays, evidenciando processos de marginalização e subordinação sofridos por estes por uma cultura ouvinte e heteronormativa.

Em D3 é feito um levantamento sob a perspectiva da educação de teses e dissertações entre os anos de 2002 a 2019 visando analisar como e se a ES está sendo desenvolvida com as pessoas surdas. Como resultado, foi observado um baixo número (dois) de investigações relacionadas ao tema desejado, evidenciando a importância e a necessidade de se discutir a sexualidade no contexto da surdez, ou seja, trata-se de fortalecer a identidade dessas pessoas e de incluí-las na sociedade de forma significativa.

A seguir serão apresentados os resultados referentes à análise de conteúdo do levantamento bibliográfico (parte I), isto é, a classificação dos trabalhos de acordo com as UC e UR elaboradas previamente e com as emergentes. Cabe ressaltar que as frequências relativas apresentadas nas unidades foram calculadas a partir do número total de registros (8) e que um trabalho poderia ser classificado em mais de uma categoria.

4.1.3 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 1 do Levantamento Bibliográfico

Na UC 1 “Temáticas mais evidenciadas nos trabalhos com a sexualidade e a surdez”, foram agrupados os registros dos trabalhos com o objetivo de investigar as principais temáticas presentes nas pesquisas que relacionam a sexualidade com a surdez.

Na UR 1.1 “Abordam a sexualidade por meio das discussões das IST’s”, foram classificados dois registros. Um deles *“investigou saberes de estudantes surdos sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis”* (R3), enquanto o outro desenvolveu um blog para *“facilitar o processo de ensino-aprendizagem sobre*

as doenças sexualmente transmissíveis” para estudantes com deficiência auditiva (R4).

Na UR 1.2 “Abordam a sexualidade por meio de estudos a respeito da Homossexualidade”, foi encontrado um registro. Nesse trabalho houve uma *“investigação sobre a conexão entre a surdez e a homossexualidade”* (D2).

UR 1.3 “Abordam a sexualidade expondo a temática da violência e ou abuso sexual”, não houve registro.

Na UR 1.4 “Abordam a sexualidade por meio de representações e/ou imaginários sociais”, foram encontrados dois registros. No primeiro foram realizadas *“reflexões acerca do imaginário social docente na educação de surdos”* (R1), enquanto que o segundo tem como temática o *“Imaginário Social na Educação de Surdos em relação à surdez, gênero e sexualidade”* (T1).

UR 1.5 “Abordam a sexualidade por meio de métodos contraceptivos e/ou de emergência”, não houve nenhum registro.

Na URE 1.1 “Abordam a sexualidade por meio do seu conceito”, foram encontrados dois registros. Em (R2) foi investigado a *“concepção de sexualidade de alunos surdos e não surdos, e saber como a expressam”*, enquanto que em D1 se trata de um relato de prática que teve como intuito *“favorecer a construção de conceitos ligados à reprodução, sexualidade [...]”*.

Na URE 1.2 “Abordam a sexualidade relacionando-a à Libras”, foi encontrado um registro. D3 buscou-se *“instigar a reflexão acerca do uso da Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, e quais orientações, no contexto da sexualidade, o surdo recebe”*.

4.1.4 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 2 do Levantamento Bibliográfico

Na UC 2 “Abordagens em Educação Sexual evidenciadas nas pesquisas”, foram agrupados os trabalhos com o objetivo de evidenciar as abordagens mais empregadas no ensino da sexualidade, destacando possíveis caminhos metodológicos para os/as futuros/as e atuais docentes.

Na UR 2.1 “Religiosa Católica e Religiosa Protestante (Tradicional)”, UR 2.2 “Religiosa Católica e Religiosa Protestante (Libertadora)”, UR 2.3 “Médica”, 2.4 “Pedagógica”, UR 2.5 “Emancipatória”, não foram encontrados registros.

Na UR 2.6 “Ausência ou não compreensão da abordagem”, foram alocados oito registros. Nos trabalhos encontrados não foram utilizadas abordagens para tratar da sexualidade. Entre os trabalhos, a maioria fez uma relação da sexualidade com a surdez, em apenas um (R4) era possível fazer luz às abordagens destacadas nessa unidade, todavia o mesmo não ocorreu.

4.1.5 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 3 do Levantamento Bibliográfico

Na UC 3 “Delineamentos metodológicos observados nas pesquisas”, foram agrupados os trabalhos com o objetivo de destacar os principais encaminhamentos metodológicos utilizados nas pesquisas que abordam a sexualidade do sujeito surdo.

Na UR 3.1 “Pesquisa bibliográfica”, foram registrados três trabalhos. Em D3 foi realizado “*um levantamento bibliográfico [...] com vistas a analisar como está e se está sendo realizada a educação sexual da pessoa com surdez*”. Em R1 são feitas reflexões acerca de gênero e sexualidade na perspectiva da surdez e teve um “*cunho bibliográfico exploratório*”. Já em R4 foi desenvolvido “*um levantamento bibliográfico sobre os materiais didáticos gratuitos e vídeos disponíveis no YouTube*”.

Na UR 3.2 “Pesquisa documental”, não houve registros.

Na UR 3.3 “Pesquisa experimental”, foi encontrado um registro (R3). No caso, foi desenvolvida uma “*pesquisa, do tipo descritiva e aplicada*”.

Na UR 3.4 “Levantamento de campo (*Survey*)”, UR 3.5 “Estudo de campo”, não houve registros.

Na UR 3.6 “Estudo de caso”, foi encontrado um registro. “*Esse estudo trata de um relato de prática pedagógica desenvolvida com alunos surdos*” (D1).

Na UR 3.7 “Diversidade de delineamentos”, foram encontrados dois registros. Em T1 foi utilizada uma abordagem qualiquantitativa, envolvendo “*um estudo de caso utilizando entrevistas [...] e análise estatística de questionários estruturados*”. D2 realizou um “*diálogo entre a revisão de literatura e os dados produzidos nas entrevistas*”.

Na UR 3.8 “Ausência de delineamento”, foi encontrado um registro. No trabalho de R2 é citado que foi utilizado entrevistas semi-estruturadas, todavia a característica da pesquisa e a abordagem não é exposta no texto, ficando implícito ao leitor/a.

4.1.6 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 4 do Levantamento Bibliográfico

Na UC 4 “Formação docente para sexualidade e surdez”, foram agrupados os trabalhos com o objetivo de observar se existe um interesse das publicações nessa temática de investigação e, se sim, que tipo de investigações têm sido feitas.

Na UR 4.1 “Noções docentes a respeito da sexualidade de estudantes surdos/as”, foram encontrados dois registros. Em R1 foram realizadas *“reflexões sobre a surdez, na perspectiva de gênero e sexualidade, pensada na formação docente. [...] analisando diferenças culturais e da constituição do imaginário social das/os docentes”*. T1, por sua vez, investigou *“o imaginário social, das/os docentes, em uma Escola Bilíngue, e suas concepções em relação à surdez e às pessoas surdas, à gênero e à sexualidade [...]”*.

Na UR 4.2 “Noções docentes a respeito de Didática das Ciências”, UR 4.3 “Formação inicial de professores/as”, UR 4.4 “Formação em serviço de professores/as, UR 4.5 “Análise de currículos em licenciaturas de Ciências Biológicas que investiguem os documentos balizadores quanto à inserção e à articulação da temática da sexualidade e surdez”, não foram encontrados registros.

Na UR 4.6 “Não desenvolveu uma investigação voltada à formação docente”, foram encontrados seis registros. O foco não foi a formação docente para sexualidade do sujeito surdo, indicando uma possível carência de pesquisas voltadas a essa área de estudo.

4.1.7 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 5 do Levantamento Bibliográfico

Na UC 5 Fontes para o Estudo da Temática “Sexualidade e Surdez”, foram agrupados os trabalhos com o objetivo de observar quais materiais teóricos e

não teóricos estavam sendo utilizados para compor as pesquisas. Cabe destacar que nessa UC, um mesmo trabalho foi alocado em mais de uma UR.

Na UR 5.1 “Fontes bibliográficas”, foram encontrados seis registros. R1 “*utilizou como fontes teóricas livros e artigos publicados*”. R4 um “*manual do multiplicador do Ministério da Saúde*”. Em T1, foram utilizadas “*fontes teóricas, livros, artigos e textos legais pertinentes à temática*”. D1 trouxe a utilização de “*livros, artigos*”. D2 usou a “*consulta em livros, dissertações e teses [...] e artigos científicos de periódicos*”. Ainda, D3 empregou “*livros, dissertações e teses*”.

Na UR 5.2 “Fontes multimídias”, foram encontrados dois registros. Em R4, as fontes foram “*materiais didáticos gratuitos e vídeos disponíveis no YouTube*”. Já em D1, as proposições foram de “*filmes comerciais, seriados de TV, debates, pesquisas, figuras, objetos concretos, seminários e a produção de um filme de curta-metragem*”.

Na UR 5.3 “Grupos de pesquisa/estudo”, não foram encontrados registros.

Na UR 5.4 “Desenvolvimento ocorrido, porém, não informado”, foram encontrados 2 registros, sendo eles R2 e R3.

4.2 INFERÊNCIAS E INTERPRETAÇÕES DOS RESULTADOS REFERENTES AO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

De acordo com Bardin (2016), após o processo de unitarização e descrição dos dados, ocorre a etapa de elaboração de texto que relaciona ou confronta os resultados obtidos na fundamentação teórica. Desse modo, neste tópico será apresentado o metatexto de análise elaborado a partir de nossas referências teóricas e vivências na docência. Salienta-se a contribuição dos/das integrantes do grupo de pesquisa IFHIECEM na decodificação intersubjetiva dos resultados e das análises.

Com base nos resultados obtidos no levantamento bibliográfico, observa-se algo já evidenciado na literatura, isto é, a necessidade de publicações que visem relacionar a temática da sexualidade e surdez (MÜLLER; QUARESMA, 2015; SILVA *et al.*, 2018; SILVA, FRASSON-COSTA; ROCHA, 2019; GUIMARÃES; SILVA, 2020a, 2020b; SALLA, 2020).

Como hipótese, acredita-se que essa baixa quantidade de trabalhos seja fruto, entre as possibilidades existentes, da invisibilidade das questões relacionadas à sexualidade (evidente nos documentos nacionais), mais especificamente, da sexualidade das pessoas com algum tipo de deficiência, temática pouco abordada nos cursos de formação inicial (SOUSA *et al.*, 2009). Logo, essa invisibilidade contribui para o baixo número de publicações.

Dentre os trabalhos que realizaram um processo de levantamento bibliográfico, podemos citar Salla (2020), que analisou em bases de dados²⁹ se está sendo realizada a Educação Sexual do sujeito surdo e como isso acontece. Encontrou dois trabalhos entre os anos de 2002-2019.

Guimarães e Silva (2020) desenvolveram uma revisão sistemática de artigos científicos em bancos nacionais e internacionais, obtendo ao todo 15 resultados, com destaque para os Estados Unidos (7) e para o Brasil (2). Todavia, é preciso salientar que neste último foi feito um levantamento a partir da perspectiva da Psicologia, diferente do anterior que teve como base a Educação.

Já Boaventura (2019), fez um levantamento em território brasileiro buscando pesquisas que abordassem a temática da homossexualidade e da surdez e encontrou quatro trabalhos. Ou seja, até mesmo nas temáticas específicas, que fazem parte da grande área da ES, também existe uma falta de publicações, evidenciando a carência epistemológica.

Sendo assim, considerando os resultados encontrados nas pesquisas citadas anteriormente, é possível inferir que a literatura acerca da sexualidade da pessoa surda é escassa e foi confirmada com a presente pesquisa. Além disso, não podemos negar que houve crescimento (embora ainda não expressivo), nas publicações interligando as temáticas de interesse, uma vez que nesta investigação foi encontrada uma quantidade maior de trabalhos, em um menor período de pesquisa mais recente.

²⁹ Banco de Teses e Dissertações da Capes e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD (IBICT).

4.2.1 Aspectos Relativos Ensino Evidenciados nos Trabalhos Obtidos no Processo de Levantamento

No trabalho de Henrique; Freitas; Hardoim (2018) (R2), os/as estudantes surdos/as elencaram as palestras³⁰ e os filmes (com debate) como atividades que gostariam que fossem desenvolvidas na escola para abordar a sexualidade. De acordo com os/as autores/as, os filmes podem ser uma boa ferramenta para compreender questões atreladas às relações humanas e à sexualidade. No que se refere ao estudante surdo, os filmes são relevantes no sentido de serem uma ferramenta visual, fator significativo para a aprendizagem (GLAT, 2004).

Fontana; Schwiderke; Trindade (2018) (R3), também observaram a palestra como uma prática na qual os/as estudantes obtêm informações. Logo, o “formato” na qual ela é realizada pode ser uma estratégia na hora de lecionar determinadas temáticas, dentre elas, a sexualidade.

Em Carvalho; Gomes; Braz (2020) (R4) foi desenvolvido um *blog* educativo³¹ com o intuito de ajudar docentes de Ciências e Biologia em sua prática. Nele são catalogados outros materiais relacionados à sexualidade, facilitando o trabalho docente. No que tange às pesquisas que desenvolvem um produto voltado à Educação Sexual com foco na surdez, existem: Silva *et al.* (2018); Silva; Frasson-Costa; Rocha (2019) que contribuem disponibilizando materiais físicos e digitais (TIC 's).

Na pesquisa de Boaventura (2019) (D2) é possível identificar que existe a falta de vídeos em Libras que tratem, de forma objetiva e didática acerca da homofobia. Diante dessa situação, foi desenvolvido um vídeo³² a respeito do tema com a participação de uma jovem surda, indo ao encontro com o desenvolvimento científico desenvolvido de forma coletiva. Nesse ponto é preciso destacar o quão prejudicial é esse cenário de carência de materiais didáticos que busquem privilegiar os sentidos dos/as estudantes. É preciso que haja uma preocupação por parte do governo e das universidades em relação à acessibilidade de estudantes surdos/as,

³⁰ Realizada em Libras

³¹ Disponível em oficinasemlibras.wixsite.com/prazeremmeconhecer

³² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Y795II-YEyQ>

cegos/as, e com outras deficiências. Enquanto docentes devemos também nos preocupar com a acessibilidade e inclusão.

Salla (2020) (D3), por sua vez, destaca a importância da Libras no processo de ensino da sexualidade como um elemento vital para a aprendizagem do sujeito surdo. No contexto da Libras, tem-se que ela é necessária em qualquer tipo de ensino, seja ele da sexualidade, ou não. Nesse sentido, indagamos acerca da abordagem do bilinguismo³³, isto é, da Libras ser a L1 (língua primária), e a LP ser a L2 (língua secundária), privilegiando a história e a cultura daquele/a estudante.

Cabe destacar que são plurais as pesquisas que versam a respeito da Libras como fator fundamental no processo de desenvolvimento e formação do indivíduo surdo (BOAVENTURA, 2019), uma vez que, se trata de sua língua de conforto, sendo importante para estruturação e renovação de conceitos (COUTO, 2017)³⁴.

Boaventura (2019, p. 105), nesse sentido argumenta que,

[...] o ensino e a propagação da língua de sinais são indispensáveis no processo de desconstruir a ilusão de que esses sujeitos devem aprender a modalidade oral para atender às falsas necessidades de se aproximar ao máximo dos padrões de normalidade sobre aqueles que são marcados por suas diferenças.

Couto (2017) (D1) desenvolveu uma sequência didática voltada ao letramento científico de estudantes surdos/as EM. Como estratégias de ensino a pesquisadora utilizou interações dialógicas e de autoridade, rodas de conversa/debate, recorreu à História da Ciência (HC), resolução de problemas, de recursos tecnológicos, materiais didáticos e paradidáticos, trabalhos individuais e em grupo, relembrou e expandiu conhecimentos ofertados em anos anteriores, além de usar imagens em movimento, como filmes comerciais e educativos, e imagens fixas como slides, imagens impressas em livros, jornais e revistas.

Na exibição do filme utilizaram legendas, recurso importante quando se pretende usar essa estratégia. Todavia tem-se que o uso da legenda não exime a dificuldade que o/a estudante terá ao assistir ao filme, uma vez que observar a imagem e ler a legenda simultaneamente não é algo fácil e, no caso do/a surdo/a, a

³³ O bilinguismo surge como reivindicação das comunidades surdas que pleiteavam que a língua de sinais deveria ser a língua de instrução nos ambientes educacionais. A fala é entendida como uma possibilidade, não como uma necessidade.

³⁴ É importante frisar que as informações dispostas nesse parágrafo fazem parte da lei da Libras, sendo primordial que sua execução ocorra.

língua presente na legenda nem sempre é de total domínio. Por isso, a autora pontua que se acaso for necessário, o/a docente deve fazer pausas pontuais de modo a esclarecer possíveis dúvidas ou frisar algo importante.

Outro ponto relevante foi que a autora, antes de iniciar o debate do filme, solicitou que os/as estudantes contassem a respeito do mesmo, pois essa estratégia “pode auxiliar na construção e organização do pensamento” (COUTO, 2017, p. 27). Ainda nessa pesquisa foi feita uma problematização a respeito do uso de imagens como elementos para comunicação de conceitos científicos, expondo que elas são significativas (SOUZA, 2014). Todavia, devido às naturezas polissêmicas, elas podem transmitir significados diferentes (GOUVÊA; MARTINS, 2001). Nesse sentido é importante analisar como essas imagens estão sendo percebidas pelos/as estudantes e se estão favorecendo a assimilação de conceitos.

Além dos aspectos de ensino expostos acima, foi possível identificar em trabalhos que não entraram no processo de análise, devido ao delineamento temporal (mas contribuíram com o referencial teórico), o uso de estratégias de ensino como: mapas conceituais (MALLMANN, 2009); uso de tecnologias (RAMOS, 2013; ÁFIO, 2015; MAGALHÃES, 2016; LEITE, 2017); materiais didáticos (SANTOS, 2015) e modelos educativos (SOUZA, 2002) no ensino da sexualidade.

Segundo Rocha *et al.* (2015), toda estratégia que busque e estimule a ampliação tátil, visual e sensorial dos/as surdos/as usando recursos didáticos plurais poderá contribuir para e na aprendizagem desse público, principalmente no que tange o aprendizado das ciências da natureza. Nesse sentido, para ocorrer uma aprendizagem significativa do/a estudante surdo/a, é preciso que os conteúdos façam sentido, despertando a curiosidade e o interesse (COSTA; KELMAN, 2013), auxiliando na promoção do letramento científico e oferecendo conceitos úteis na formação como cidadãos (LINHARES; TASCETTO, 2009).

Para a alfabetização científica dos surdos, Santana e Sofiato (2018) relatam que abordagens e/ou práticas epistêmicas destinadas a esse público devem incluir a HC, bem como os/as surdos/as que contribuíram para o desenvolvimento da Ciência. No tange a HC, estratégia identificada em Couto (2007), tem-se que ela é importante para uma boa educação científica, pois contribui com exemplos históricos de investigação, hipóteses, modelos e teorias, além de minimizar as fragmentações intelectuais que existem hoje em dia, e ser importante para o processo de relacionar diferentes temáticas (MATTHEWS, 1995). Além disso, sua relação estaria baseada

em princípios, como estimular uma melhor compreensão dos métodos científicos e formar cidadãos mais críticos, reflexivos e humanizados.

De acordo com Azevedo; Giroto e Santana (2015) a produção científica voltada à surdez teve avanços significativos nos últimos dez anos, trazendo novas abordagens, tecnologias e profissionais envolvidos com a educação dos estudantes surdos. Todavia, a construção de conceitos científicos, entre eles os de biologia, ainda é pouco expressiva (FLORENTINO *et al.*, 2015). Na literatura é possível encontrar relatos que demonstram e reafirmam a dificuldade de consolidar conhecimentos referentes a área de Ciências e Biologia com os estudantes, uma vez que se trata de conhecimentos complexos (COUTO, 2017).

Observamos, a partir do que foi observado nos trabalhos científicos, aspectos significativos voltados ao ensino de sexualidade para o/a estudante surdo/a, confirmando a hipótese de que existiam aspectos plurais de ensino, uma vez que no Brasil existem excelentes programas de pesquisa destinados ao ensino/educação, fazendo nosso país avançar nesse ramo. Dessa forma, é preciso que o/a docente procure conhecer esses materiais, bem como aplicá-los ao seu contexto, devendo haver adaptações conforme as necessidades dos/as seus/suas aprendizes.

4.2.2 Temáticas Evidenciadas nos Estudos Científicos (UC1)

A temática Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST 's) (UR 1.1) obteve dois registros (25%), estando entre as três temáticas mais evidenciadas nesta pesquisa. A partir desse resultado, confirma-se a hipótese inicial de que essa unidade obteria uma quantidade significativa de registros, uma vez que a literatura aponta que o conhecimento dos/as estudantes surdos/as a respeito das IST 's é falho e/ou equivocado, expondo a necessidade de intervenções que versassem a respeito desse tema.

Na pesquisa de Bento (2005), estudantes demonstraram não conhecer as possíveis infecções que se transmite por meio da relação sexual. Já em Fernandes (2008), os/as estudantes acreditavam que patologias transmitidas pela picada de insetos também eram de transmissão sexual, ou que espirros, tosse e beijo também eram formas de se adquirir IST 's. Fontana; Trindade; Schwiderke

(2018), anos depois, também evidenciaram haver um conhecimento limitado no que tange às IST 's.

Como explicação para esse desconhecimento, podemos citar Carvalho; Gomes; Braz (2020) quando dizem que os/as surdos/as, e nesse sentido englobam-se pessoas com outras deficiências, enfrentam dificuldades no acesso à saúde. Além, é claro, da falta de informação, ou de uma informação que seja transmitida de forma correta e significativa. A falta de informação destinada a esse público contribui para o acometimento de enfermidades, entre elas as IST 's (SILVA *et al.*, 2018).

Em Fonte *et al.* (2018) foi identificado que jovens, esses sem deficiência, possuem um conhecimento abaixo do esperado. Já em Pereira *et al.* (2020), foi observado que de 258 jovens, 78 ou (30%) apresentavam IST. Ou seja, é preciso destacar que em certa medida, isso [conhecimento falho] também se estende para os/as jovens sem deficiência, pois atualmente visualiza-se um alto índice de adolescentes se contaminando pelo vírus do HIV, sífilis, entre outras ISTs.

Segundo o Ministério da Saúde:

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) são causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos. Elas são transmitidas, principalmente, por meio do contato sexual (oral, vaginal, anal) sem o uso de camisinha masculina ou feminina, com uma pessoa que esteja infectada. A terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) passou a ser adotada em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo não apresentando sinais e sintomas (BRASIL, 2022, p. 1).

Para mais informações acerca das IST 's convidamos os/as leitores/as a acessar o *site*³⁵ do Departamento de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde, que além de dar exemplos, informa a respeito da vigilância, epidemiologia e prevenção.

A temática destinada às discussões relativas à homossexualidade (UR 1.2) obteve um registro. Segundo Abreu; Silva; Zuchiwschi (2015), existe uma carência de pesquisas que buscam problematizar os assuntos relativos às orientações afetivo-sexuais do sujeito surdo. Nesse sentido, Boaventura (2019, p. 34) relata ser importante desenvolver reflexões a respeito da “existência e resistência do surdo gay no contexto de uma maioria ouvinte que produz e reproduz padrões de uma cultura heteronormativa e hegemônica”.

³⁵ <http://www.aids.gov.br/pt-br>

A UR 1.3, voltada à abordagem da sexualidade, expôs a temática da violência e/ou abuso sexual, mas também não reuniu nenhum registro que, em suma, vai na contramão dos dados que apontam haver uma maior propensão de pessoas com deficiência sofrerem algum tipo de violência ou exploração sexual (GLAT, 2004; GIL; MERESNAM, 2005; BRASIL, 2006; ANDERSON; PEZZAROSSO, 2012). Inferimos que esse resultado, assim como o anterior [HIV/AIDS], possa ser fruto da delimitação metodológica desta pesquisa. Todavia é preciso chamar a atenção para a necessidade de investigações que visem não só debater e problematizar esse assunto, mas desenvolver mecanismos de proteção por meio de políticas públicas, estas baseadas nas especificidades do sujeito surdo (MÜLLER, 2017).

As representações e/ou imaginários sociais (UR 1.4) obtiveram dois exemplares (25%). Além dos registros obtidos nesta presente pesquisa, é possível visualizar o interesse de década a década, e compreender o imaginário ou a representação de estudantes surdos nos trabalhos de Lebedeff (1993), Fernandes (2008), Guimarães (2019), Guimarães e Silva (2020).

De acordo com Müller e Quaresma (2015), o imaginário social diz respeito às significações tidas em uma sociedade e se refere a uma dimensão simbólica. Por meio dessa dimensão as pessoas traduzem suas crenças, mitos e concepções. “[...] Tudo o que se apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Não que se esgote nele”. (CASTORIADIS, 1982, p. 142). Desse modo, o imaginário social contribui no sentido de compreender os significados que cada um tem a respeito das coisas, de entender nossa maneira de agir, pensar, nossa aprendizagem, além de servir como base para realização de práxis, além de permitir olhar a educação como um todo (MÜLLER; QUARESMA, 2015). A representação social é uma maneira de aprender a respeito da realidade e se dá por meio do agir e do comunicar com o social, ou seja, trata-se de uma construção que o indivíduo utiliza para compreender o mundo (MOSCOVICI, 2011).

Logo, é significativo que haja pesquisas interessadas em compreender não apenas o imaginário/representações dos/as estudantes surdos/as, mas dos/as docentes que costumam lecionar para esses/essas aprendizes. É por meio dessa ação que se identifica possíveis equívocos, podendo reorganizar e/ou aprimorar o conhecimento desses indivíduos. Em Müller (2017), por exemplo, é

investigado o imaginário de discentes e docentes acerca da surdez, gênero e sexualidade no contexto de uma escola bilíngue. No geral, o trabalho observou que os objetos de pesquisa se demonstraram favoráveis para questões de gênero e sexualidade, entretanto existem indícios de silenciamento no que tange essas temáticas na escola.

Já no estudo de Guimarães; Silva (2020), as representações de jovens surdos/as acerca da sexualidade estão ancoradas no cuidado com a saúde, nas relações com a família e com os pares, e na troca íntima de afeto.

A UR 1.5, relativa aos métodos contraceptivos e/ou de emergência, também não obteve registros. No estudo de Henrique; Freitas; Hardoim (2018) foi observado uma forte consciência em relação ao uso de métodos contraceptivos, o que, talvez, explique o fato de não haver publicações com essa temática, uma vez que se trata de assunto já compreendido entre alguns estudantes surdos.

Entretanto, em Ribeiro (2011) e Guimarães e Silva (2020) foi observado que estudantes não dispunham de informações detalhadas acerca dos métodos contraceptivos, e que o fato se dava devido à barreira linguística no contexto social na qual estavam inseridas. Logo, observa-se uma certa contraposição na literatura. Acreditamos que a discordância entre os dados é explicada em função do contexto na qual os/as estudantes estão envolvidos, que em suma, pode variar de um lugar para outro, fazendo com que a aprendizagem seja diferente.

Em Guimarães e Silva (2020), os motivos elencados pelos/as surdos/as para não fazer o uso do preservativo, principal método contraceptivo citado, foi a confiança no/a parceiro/a, relações de curta duração ou recusa do próprio indivíduo/parceiro/a.

De acordo com Beraldo (2003), a promoção e o debate da sexualidade na escola transformam a instituição em um local de prevenção, na qual a partir de competências e habilidades, o/a estudante pode caminhar para o desenvolvimento de um comportamento preventivo. Desse modo, é importante que esse assunto, no ambiente escolar e fora dele, seja tratado de forma espontânea e com satisfação, podendo assim alcançar resultados qualitativamente positivos (FIGUEIRÓ, 2001), uma vez que a sexualidade faz parte de nossas vidas, e nesse sentido é fundamental conhecer os mecanismos de proteção e/ou de emergência.

A URE (1.1) obteve um número considerável, tendo em vista a quantidade total de registros (2), abordando a sexualidade por meio do seu conceito/concepção. Em R2, foi investigado a concepção de estudantes ouvintes e surdos a respeito da sexualidade. No que diz respeito aos estudantes surdos, a concepção de sexualidade, da maioria, está ligada ao ato sexual propriamente dito, deixando de lado os aspectos emocionais, afetivos, sociais e históricos. D1, por sua vez, buscou favorecer a construção dos conceitos atrelados à reprodução e sexualidade.

Dessa forma é possível deduzir o que é reiterado por Müller e Quaresma (2015) quando comentam que a temática da sexualidade trabalhada com os/as surdos/as segue um conceito biológico, visto que a sexualidade é pouco trabalhada, e, quando ocorre, é ministrada a dimensão preventiva da expressão (MÜLLER, 2017).

Conforme evidenciado na fundamentação teórica, o conceito de sexualidade tem se aprimorado ao longo das décadas, considerando e agregando aspectos importantes para o seu entendimento. Logo, é de suma importância que as pesquisas científicas busquem investigar se o conceito/concepção dos/as estudantes têm acompanhado essa trajetória histórica, e se os novos aspectos relativos ao conceito têm sido incorporados aos seus entendimentos.

Foi possível observar a temática sexualidade sendo relacionada à Libras (URE 1.2). Em Machado (2006), é possível observar que o sujeito surdo reconhece que há diferenças da sua língua em relação a dos outros amigos ouvintes que usam a língua oral. Diante desse contexto, torna-se importante destacar a relevância da Libras na formação do aluno/a surdo, debate esse já esclarecido na literatura.

Outro ponto é que, nesse sentido de discussão, trata-se da Libras no aconchego familiar, visto que se trabalhada na família desde cedo, possibilita que seja desenvolvido um ambiente linguístico propício e mais efetivo para a criança/jovem (QUADROS, 2012; GÓES, 2000). É preciso que os pais, desde cedo, busquem interagir com seus/suas filhos/as por meio da Libras, assim o processo educacional assume uma dimensão diferente, afetiva e mais significativa.

Segundo Lacerda; Gàrcia; Jarque (2020), Libras “[...] é a língua, como sistema de signos, que cria condições para a interação entre indivíduos e o partilhar de uma mesma cultura”. Quando o sujeito surdo possui pais surdos, ocorre

que o desenvolvimento e aquisição da língua e da cultura surda é maior, todavia, de acordo com Lacerda e Lodi (2009), a maioria dos/as jovens surdos/as são de família cujos pais são ouvintes e utilizam o português oral e escrito. Assim, esses jovens acabam por ficarem inseridos/as em um ambiente cuja linguagem é adquirida de forma fragmentada.

Demonstra-se, por meio desses resultados, que as lacunas/possibilidades epistemológicas no que tange as temáticas que relacionam a sexualidade e a surdez, ou seja, publicações que visem abordar a sexualidade por meio de estudos a respeito do HIV/AIDS, expondo a temática da violência e/ou abuso sexual, e dos métodos contraceptivos e/ou de emergência irão contribuir, aumentar e aprimorar o conhecimento existente a respeito do tema.

4.2.3 Abordagens de Educação Sexual (UC 2)

Na unidade voltada às abordagens de Educação Sexual (religiosa, médica, pedagógica e emancipatória), nenhum trabalho fez uso desse componente metodológico e/ou citou no corpo do texto.

Conforme aponta Furlani (2016), é preciso se debruçar sobre as abordagens voltadas à Educação Sexual, uma vez que elas possuem uma implicação não só educativa, mas política para o trabalho docente. Segundo a autora,

[...] cada uma delas pressupõe uma concepção de educação, em entendimento de sexualidade e de vida sexual humana, um entendimento de valores morais e éticos da vida em sociedade, um entendimento de direitos e de sujeitos merecedores desses direitos e, sobretudo, cada uma dessas abordagens define a prática docente e o perfil da/o professora/or que pensará, planejará e desenvolverá essa Educação Sexual (FURLANI, 2016, p. 15).

Nesse sentido, as diferentes abordagens de ensino podem proporcionar ao docente uma ferramenta didática para sua prática. Tendo em vista os valores tidos pelo/a professor/a, pode ser que a escolha dessa abordagem não seja condizente com as evidências científicas, que, por sua vez, demonstram que a abordagem emancipatória é mais significativa.

Ao comentar a respeito do trabalho de ES, Nunes (2006) salienta que essa ação deve ocorrer por meio de práticas emancipadoras cujo preparo deve ocorrer a partir de leituras pedagógicas e teórico científicas.

A ação emancipatória torna-se efetiva quando articula a teoria, a reflexão analítica, com a ação consistente, metódica, politicamente determinada com a intencionalidade propositiva. Chamamos emancipatória a perspectiva que visa produzir autonomia crítica, cultural e simbólica, esclarecimento científico, libertação de toda forma de alienação e erro, de toda submissão, engodo, falácia ou pensamento colonizado, incapaz de esclarecer os processos materiais, culturais e políticos (NUNES, 2003, p. 35).

Além disso, compreender as abordagens que existem no campo da ES, permite que aproximações possam ser feitas, bem como análises e identificação de quais abordagens estariam sendo empregadas nas escolas da Educação Básica e no Ensino superior (FERNANDES, 2020), ou seja, é válida para o/a docente que assume essa responsabilidade educacional e para os pesquisadores interessados na área.

É importante destacar que quando aliadas a História e a Filosofia da Ciência (HFC), elas são mais significativas, uma vez que trazem elementos (teóricos e metodológicos) importantes. Em Batista (2009), é possível observar alguns exemplos dessas abordagens, bem como seus resultados. Dessa forma, utilizar-se de aspectos da HFC para abordar a sexualidade se apresenta como uma possibilidade de não só enriquecer o ensino, mas contextualizar essa temática, haja vista que a sexualidade precisa ser compreendida no âmbito da história da humanidade (LOURO, 2000).

4.2.4 Metodologias Evidenciadas nos Estudos Científicos (UC 3)

Parte dos trabalhos (37,5%) recorreu ao levantamento bibliográfico para identificar o que se tinha produzido a respeito do tema. Essa metodologia possibilita uma ampla compreensão da produção teórica dos/as pesquisadores/as de um determinado campo de conhecimento, portanto diferentes enfoques investigativos podem ser atribuídos ao material. Tais investigações podem desvelar tendências, perspectivas e lacunas que permeiam a área de estudo, possibilitando a clarificação de desdobramentos futuros convergentes à superação de entraves epistemológicos e, desse modo, contribuir para o desenvolvimento do campo.

As pesquisas do tipo documentais (UR 3.2), experimentais (UR 3.3), levantamento de campo (*Survey*) (UR 3.4) e estudo de campo (UR 3.5) não apresentaram registros, demonstrando que são possibilidades a serem exploradas

nas investigações envolvendo a sexualidade e a surdez de acordo com as especificações que adotamos.

Apesar de alguns trabalhos não abordarem na seção metodológica a natureza de sua pesquisa, foi possível observar que elas são predominantemente qualitativas (87,5%), havendo apenas um exemplar que fez uso de um delineamento quantitativo. Logo, ratifica-se a hipótese de que as pesquisas seriam predominantemente qualitativas no campo da ES, a qual pode ser investigada mediante um levantamento que aprofunde este que realizamos.

As pesquisas qualitativas são relevantes por facilitar entendimentos a respeito de comportamentos, motivos, crenças, atitudes, valores, experiências, e o modo como as pessoas interpretam e dão sentido a determinados aspectos (BOGDAN; BIKLEN, 1994; MINAYO, 1996).

Dentre os indicativos, observamos também que para investigações dessa natureza (sexualidade e surdez) o recomendável é utilizar abordagens qualitativas, uma vez que elas permitem realizar uma problematização mais rica acerca do assunto. Dentre os estudos selecionados, houve dois trabalhos (25%) que fizeram uso de mais de um delineamento metodológico para obter os resultados desejados, indo ao encontro com o pluralismo metodológico (LABURÚ; ARRUDA; NARDI, 2003).

4.2.5 Formação Docente para Sexualidade e Surdez (UC 4)

Conforme comenta Müller (2017), não é difícil observar falas docentes acerca da dificuldade de lecionar certas temáticas, entre elas a da sexualidade. E tendo em vista que a temática da sexualidade está presente, principalmente, no contexto do/a professor/a que leciona Ciências e ou Biologia, e que, como docentes, estamos passíveis de lecionar para estudantes surdos/as, torna-se relevante trazer à tona esse tópico para discussão.

Dentre os trabalhos encontrados no levantamento bibliográfico, dois (R1 e T1) tiveram como foco a formação docente. Em ambos foram investigados o imaginário docente acerca da sexualidade e da surdez (UR 4.1). Em T1, tanto os/as discentes, quanto os/as docentes, discordam que o/a surdo/a não demonstra interesse pela sexualidade. Isso possibilita problematizar visões equivocadas, e de

senso comum, que acreditam que pessoas com deficiência não tenham libido ou sejam “assexuadas” (MAIA, 2006, 2010; RIBEIRO, 2011).

Apesar do resultado mostrar poucas iniciativas voltadas à formação docente, tem-se que existe uma quantidade baixa de investigações que visem estudar o imaginário social docente acerca da sexualidade do estudante surdo (MÜLLER; QUARESMA, 2015). Logo, o resultado encontrado nesta investigação complementa o que os/as autores/as citados anteriormente consideram, e a hipótese de que são insuficientes as intervenções voltadas à formação inicial e em serviço de docentes.

Em outras pesquisas (R3; R4 e D1), por mais que não houvesse um foco centrado para a formação docente, é possível encontrar iniciativas voltadas a ajudar o trabalho docente. Nelas foram desenvolvidos produtos educacionais que podem estar sendo inseridos na prática do professor, ou seja, observa-se que existe uma certa preocupação com a temática da formação docente nos trabalhos acerca da sexualidade e surdez.

Todavia, é preciso destacar que existe uma carência de investigações que busquem desenvolver intervenções didáticas voltadas à formação inicial e/ou em serviço, como as que são feitas no grupo IFHIECEM, no que tange a temática de gênero (SOUZA, 2017; SACHS, 2019; FONTANA, 2021). Essas abordagens, quando significativas, possibilitam desenvolver um ambiente de ensino e aprendizagem mais ricos, recursivos e efetivos quando comparado com o ensino mecânico e tecnicista.

Como exemplo de abordagem voltada à formação docente, cujo foco seja a surdez, citamos Suelen Felicetti (2021) que desenvolveu uma sequência didática que articula e integra conhecimentos relativos ao DNA, a interdisciplinaridade e a educação inclusiva de estudantes surdos/as. Essa pesquisa teve como foco proporcionar, aos docentes de Biologia, saberes acerca de como lecionar de forma significativa e interdisciplinar o conteúdo biológico com os/as referidos/as estudantes em uma perspectiva inclusiva. Levando em conta que a sexualidade é um conhecimento social (HEILBORN, 2006), é preciso que ela seja abordada de forma interdisciplinar, assim como foi feito pela autora, estimulando a autonomia e o desenvolvimento de compreensão da sexualidade das e pelas pessoas com surdez (RIBEIRO, 2011).

Tendo em vista a unidade voltada à formação, observa-se que noções docentes a respeito de Didática das Ciências e análise de currículos em licenciaturas de Ciências Biológicas que investiguem os documentos balizadores quanto à inserção e à articulação da temática da sexualidade e surdez, se apresentam como possibilidades de investigações no sentido de contribuir para a temática da formação docente.

No trabalho de Silva e colaboradores (2020), por exemplo, é possível observar na fala de docentes de Ciências e Biologia que os mesmos não sentem preparados/habilitados para lecionar a jovens com deficiência. Além desse estudo é possível observar falhas na formação docentes nas pesquisas de Glat e Pletsch (2011) e Mantoan (2006). Cabe, então, a formação inicial promover e ofertar conhecimentos profissionais necessários à prática docente, ou seja, que são bases para o exercício da profissão (GARCÍA, 1999).

Esse processo formativo é fundamental para que o/a docente tenha em mente caminhos significativos para tornar o processo de recebimento dos/as estudantes surdos/as, sejam em escolas inclusivas ou bilíngues, acolhedor e comprometido com a mediação de conhecimentos científicos e sociais, disciplinares e interdisciplinares, dentre os quais estão os referentes à sexualidade (SANTOS, 2018).

4.2.6 Fontes para o Estudo da Temática “Sexualidade e Surdez” (UC 5)

A UR 5.1 demonstrou que as fontes bibliográficas foram os recursos mais utilizados pelos/as autores/as para compor suas pesquisas com sete registros (75%), sendo utilizados fontes teóricas como: “*livros e artigos publicados*”, “*textos legais pertinentes à temática*” e “*dissertações e teses*”. Assim, confirmamos a hipótese inicial de que as fontes bibliográficas seriam as mais requeridas pelos/as pesquisadores/as.

A fontes multimídias (UR 5.2) também foram utilizadas para integrar as pesquisas científicas, sendo utilizados “*materiais didáticos gratuitos e vídeos disponíveis no YouTube*”, além de “*filmes comerciais, seriados de TV, debates, pesquisas, figuras, objetos concretos, seminários e a produção de um filme de curta*”. Nesse ponto, é possível fazer uma inferência às necessidades educativas dos/as estudantes surdos/as, que, por sua vez, se utilizam de fatores visuais para

obter uma aprendizagem mais significativa. Nesse sentido, era esperado que fosse encontrado fontes visuais, pois as mesmas vão ao encontro da educação de surdos/as.

Na UR 5.3, destinada aos grupos de pesquisas/estudo, não foram obtidos registros, demonstrando que não são utilizadas informações científicas advindas desses espaços, ou que não existe um grupo de pesquisa que vise estudar esse tema em específico. Entretanto, é preciso destacar programas que existem e cujo foco é a Educação Sexual, como, por exemplo, o de Araraquara³⁶.

Por fim, a UR 5.4, na qual foi alocado os trabalhos que utilizaram fontes, porém não informaram, obteve dois registros. Todavia, por mais que não tenha sido informado ou citado o tipo de fonte utilizada, era possível observar que foram empregadas fontes bibliográficas como artigos, teses e dissertações.

4.3 A TEMÁTICA SEXUALIDADE HUMANA NOS PPP'S DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS/AS

De acordo com a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP) e a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (DIPEBS), existem, atualmente, 69 escolas de educação básica, na modalidade da educação bilíngue no Brasil, sendo 28 privadas/conveniadas e 41 públicas. De modo a ilustrar o exposto, segue o quadro (16) abaixo com os estados e a quantidade de escolas presentes em cada um, partindo do maior para o menor.

Quadro 15 – Relação da quantidade de escolas de educação básica, na modalidade da educação bilíngue de surdos/as

| Nº | Estados | Quantidade de escolas | Região |
|----|-------------------|-----------------------|--------------|
| 1 | Rio Grande do Sul | 16 | Sul |
| 2 | São Paulo | 16 | Sudeste |
| 3 | Paraná | 14 | Sul |
| 4 | Rio de Janeiro | 05 | Sudeste |
| 5 | Minas Gerais | 03 | Sudeste |
| 6 | Bahia | 03 | Nordeste |
| 7 | Ceará | 02 | Nordeste |
| 8 | Distrito Federal | 02 | Centro-Oeste |

³⁶ Link do programa <https://www.fclar.unesp.br/#!/pos-graduacao/stricto-sensu/educacao-sexual/>

| | | | |
|----|--------------|----|--------------|
| 9 | Amazonas | 02 | Norte |
| 10 | Maranhão | 02 | Nordeste |
| 11 | Goiás | 01 | Centro-Oeste |
| 12 | Sergipe | 01 | Nordeste |
| 13 | Mato Grosso | 01 | Centro-Oeste |
| 14 | Paraíba | 01 | Nordeste |
| | Total | 69 | - |

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados cedidos pela SEMESP (2022)

Tendo em vista as informações dispostas acima, observa-se que não são todos os estados brasileiros que possuem instituições voltadas às especificidades dos estudantes surdos. Dos 27 estados, 13 (48%) não possuem uma escola específica aos surdos, sendo eles: Santa Catarina; Pará; Pernambuco; Espírito Santo; Rio Grande do Norte; Alagoas; Piauí; Mato Grosso do Sul; Tocantins; Acre; Rondônia; Roraima e Amapá.

Com relação as informações apresentadas no parágrafo anterior, acreditamos que isso acontece por falta de investimento e preocupação com o público surdo, que muitas vezes são deixados à margem da sociedade. Tendo em vista que a comunidade surda é plural, é possível encontrá-la em todas as partes do país, por isso os estados que não possuem uma instituição de ensino bilíngue precisam disponibilizar esses espaços, de modo que se for de desejo do/a estudante ou da família estudar nesse ambiente, que assim seja.

Em suma, esses dados podem acentuar a necessidade de ambientes que busquem privilegiar o sujeito surdo e suas particularidades. A lei que reconhece a língua de sinais (Libras) como meio de comunicação e expressão dos surdos, por exemplo, só foi criada em 2002, ou seja, trata-se de uma conquista recente. Dessa forma, nota-se que o cenário da educação dos surdos está em desenvolvimento. Além disso, esses dados podem ser um indicativo de que esses estados estão avançados em termos de Educação Inclusiva.

Levando em conta a baixa quantidade de escolas de educação básica, na modalidade da educação bilíngue destinadas aos estudantes surdos/as, principalmente em alguns estados brasileiros, buscou-se reunir documentos que abarcassem às cinco regiões, como um panorama acerca da sexualidade humana e sua abordagem nesses documentos pedagógicos, de que forma ela ocorre e quais os aspectos científicos e de ensino são contemplados.

Dentre as 41 escolas públicas que foram escolhidas na delimitação dessa pesquisa³⁷, algumas (35) preferiram não colaborar com a pesquisa cedendo os documentos necessários para a análise, e não informaram o motivo para a não adesão, haja vista ter sido explicado que garantiríamos o anonimato. Porém, houve escolas que generosamente cederam seus documentos, permitindo que a análise documental fosse realizada.

No quadro 17 é possível visualizar algumas informações referentes a essas escolas. Todavia, por motivos éticos, não será divulgado o nome das instituições de modo a preservar suas identidades.

Quadro 16 – Dados referentes às escolas de educação Básica, na modalidade da educação bilíngue para surdos/as utilizados na análise documental

| N | Região Geográfica | Rede | Ano | Código |
|---|-------------------|-----------|------|--------|
| 1 | Sudeste (PR) | Estadual | 2018 | P1 |
| 2 | Sul (RS) | Municipal | 2017 | P2 |
| 3 | Sul (RS) | Estadual | 2013 | P3 |
| 4 | Sudeste (PR) | Estadual | 2010 | P4 |
| 5 | Sul (RS) | Estadual | 2020 | P5 |
| 6 | Sudeste (RJ) | Municipal | 2021 | P6 |

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Conforme demonstra o quadro 17, as escolas analisadas pertencem a região sul e sudeste. O motivo da ausência das regiões norte, nordeste e centro-oeste ocorreu por haver uma quantidade baixa de escolas nessas regiões, além da não colaboração daquelas que residem nessas regiões do país.

4.3.1 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 1 dos PPPs

Na UC 1 “Expressões utilizadas para inclusão do tema da sexualidade humana nos PPPs”, foram agrupados os registros dos PPPs com o objetivo de investigar qual a expressão empregada pelas escolas para trabalhar o

³⁷ O critério escolhido foi que as escolas tivessem um caráter público, ou seja, fossem Municipais, Estaduais ou Federais.

tema da sexualidade humana, podendo assim compreender um pouco mais do referencial teórico adotado.

Na UR 1.1 “Educação Sexual”; UR 1.2 “Orientação Sexual”; UR 1.3 “Educação Para Sexualidade”; não foram encontrados registros.

UR 1.4 “Sexualidade”; foi encontrado um registro em P6 *“Educação e Sexualidade”*.

UR 1.5 Diversidade Sexual, não foi encontrado nenhum registro.

Na UR 1.6 “Outros”, foram encontrados três registros P2 coloca *“ter assegurado respeito a sua opção religiosa e sexual”*. Em P4 é identificado apenas *“Higiene Sexual”*. P5 é observado *“[...] adolescentes em relação a namoros e vida sexual”*.

Na UR 1.7 “Adotaram mais de uma expressão”, foi encontrado P1 *“Diversidade Sexual” “[...] sexualidade e orientação sexual”*.

Na UR 1.8 “Termo ausente”, foi encontrado um registro, sendo ele P3.

4.3.2 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 2 dos PPPs

Na UC 2, “Dimensões da sexualidade evidenciadas nos PPPs”, foram agrupados os registros dos PPPs com o objetivo de investigar qual ou quais dimensões da sexualidade estão sendo contempladas nos documentos políticos pedagógicos.

Na UR 2.1 “Biológica”, foram encontrados dois registros. Em P1 *“Métodos contraceptivos – informações básicas. Doenças sexualmente transmissíveis/Aids – formas de prevenção e transmissão”*. Em P4 é trabalhado na escola a *“Higiene sexual (utilização de preservativo)”*. Em P6 é *“adolescência e suas mudanças”*.

Na UR 2.2 “Psicológica”, foi encontrado um registro. Em P1 *“carinho, abraço, beijo, respeito”*.

Na UR 2.3 “Histórico-cultural”, foi encontrado um registro. Em P1 *“[...] estereótipos de beleza valorização do próprio corpo” “Gênero e Diversidade Sexual” “Inclusão do nome social do aluno/aluna travesti ou transsexual”*. P6 *“[...] próprio corpo e com o corpo do outro possa contribuir para a construção de vivência saudável e prazerosa da sexualidade”*.

Na UR 2.4 “Ética”, foi encontrado um registro. “[...] *respeitando as diferenças individuais*” P1. Em P6 “*Conhecer e respeitar os principais códigos sociais que regem o comportamento sexual na escola*”.

Na UR 2.5 “A sexualidade e suas dimensões não foram identificadas”, foram encontrados três registros, sendo eles P2; P3 e P5.

4.3.3 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 3 dos PPPs

Na UC 3, “Abordagens de Ensino do Tema Sexualidade Evidenciadas nos PPPs”, foram agrupados os registros obtidos por meio dos PPPs com o objetivo de observar se os documentos norteadores fazem uso de alguma abordagem para tratar a temática da sexualidade humana com os/as estudantes surdos/as.

Na UR 3.1 “Religiosa Católica e Religiosa Protestante (Tradicional)”; UR 3.2 “Religiosa Católica e Religiosa Protestante (Libertadora)”; UR 3.3 “Médica”; UR 3.4 “Pedagógica”; UR 3.5 “Emancipatória”, não foi classificado nenhum registro.

Na UR 3.6 “Ausência ou não compreensão da abordagem”, foram encontrados seis registros. Sendo eles, P1; P2; P3, P4; P5 e P6. Observa-se que nenhum documento pedagógico faz luz às abordagens de Educação Sexual para tratar o tema da sexualidade humana, não explicitando as eventuais abordagens empregadas pelas escolas para abordar e problematizar esse tema.

4.3.4 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 4 dos PPPs

Na UC 4, “Respaldos em políticas públicas evidenciados nos PPPs”, foram agrupados os registros dos PPPs com o objetivo de investigar quais estão sendo os respaldos políticos utilizados nos documentos educacionais para abordar/legitimar a temática da sexualidade humana na escola.

Nas UR 4.1 “Parâmetros Curriculares Nacionais”; UR 4.2 “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCN)”; UR 4.3 “Base Nacional Comum Curricular”; UR 4.4 “Parecer e ou Resoluções específicas”; não foi obtido registros.

UR 4.5 “Não faz uso de um respaldo político”, foram encontrados quatro registros (P2; P3; P5; P6).

UR 4.6 “Faz uso de outro respaldo político”, foram encontrados dois registros. Em P1 “*legislação: CP/CEE Nº 01/09, Instrução Conjunta 02/10 SEED/SUED/DAE*” “*Lei Estadual Nº 16.454/2010-PR*”. Já em P4, é citado que a “[...] *Constituição Federal, estabelece as bases para viabilizar a igualdade de oportunidades, buscando valorizar a todos os indivíduos, repudiando toda e qualquer forma de discriminação, seja nas diferenças de raças, classe social, crença religiosa, sexo, [...]*”.

4.3.5 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 5 dos PPPs

Na UC 5, “Localização do tema sexualidade humana no documento”, foram agrupados os registros dos PPPs com o objetivo de investigar quais partes dos Projetos Políticos Pedagógicos a sexualidade humana é abordada, para compreender a respeito de como essa temática é vista/encarada pelas instituições de ensino.

Na UR 5.1, “Organização da Entidade Escolar” e na UR 5.2 “Princípios Norteadores da Educação”, não obteve registros.

Na UR 5.3, “Proposta Curricular que Norteia a Ação do Estabelecimento”, foi encontrado um registro. Em P1, o tema da sexualidade humana está presente nos conteúdos de Ciências, Educação Física e Libras, ou seja, na “*Proposta Pedagógica do Ensino Fundamental e Médio*”.

Na UR 5.4, “Trabalho Sobre a Diversidade Escolar”, não obteve registros.

Na UR 5.5, “Complementação Curricular”, foi encontrado um registro. Em P1, o tema da sexualidade humana é apresentado no tópico *Gênero e Diversidade Sexual* localizado no “*Programas e Atividade Complementares Curriculares*”.

Na UR 5.6, “Plano de Ação da Escola”, não foram encontrados registros.

Na UR 5.7, “Não foi localizado”, encontrou um registro (P3).

Na UR 5.8, “Localizada em uma região específica”, foram encontrados três registros. Em P2, os indícios da apresentação da temática da sexualidade humana foram identificados nos “*Direitos e Deveres dos Participantes do Processo Educativo*”. Em P4, foi localizado nas “*Atividades da Vida Autônoma e*

Social". Em P5, a sexualidade é abordada de maneira superficial no tópico "*Diagnóstico da Realidade Escolar*". Em P6, a sexualidade está presente na "*Apresentação*" e nos "*Anexos: Projetos de Serviços de Psicologia*".

4.4 INFERÊNCIAS E INTERPRETAÇÕES DOS RESULTADOS REFERENTES AOS PPP'S

4.4.1 Expressões Científicas da Sexualidade (UC 1)

Por meio dos resultados, observa-se que a sexualidade é mencionada nos documentos pedagógicos, todavia essa menção ocorre de forma superficial e não condizente com as expressões utilizadas nos estudos científicos empregados nessa investigação que fazem uso de outras nomenclaturas. Essa abordagem superficial, descrita acima, está de acordo com Vitor; Maistro; Tsuzuki (2021), que encontraram pouca ênfase dada à sexualidade nos documentos oficiais brasileiros. Nota-se, inclusive, expressões antigas e que contribuem para uma visão equivocada a respeito do tema e dos fatos ligados à sexualidade, como "opção sexual".

Houve casos em que foi abordado mais de uma expressão, que pode ser um indicativo de incoerências teóricas adotadas para compor o PPP. Também foi identificado PPPs nos quais não ocorreu o uso de nenhuma das expressões ligadas à sexualidade, não ficando evidente se elas foram suprimidas, ou se não foram sequer adicionadas.

Além disso, nos referenciais teóricos utilizados pelos PPPs para estruturar seu corpo do texto, não se encontra os/as principais autores/as que discutem a temática da sexualidade e nem aqueles/as que problematizam a sexualidade do/a estudante surdo/a. Entretanto, em alguns notam-se autores/as com alto grau de influência no contexto da educação de surdos: Ronice Müller de Quadros; Maria Cecília Rafael de Góes e Carlos Skliar, agregando um grau de valor cognitivo aos documentos. Logo, a maior preocupação está no contexto cultural da surdez e não tanto em outras temas transversais.

Os resultados dessa unidade vão ao encontro de Figueiró (1996), que aponta não existir uma padronização das expressões ligadas à sexualidade. E que essa pluralidade, no que tange as nomenclaturas, "podem comprometer a qualidade da produção científica e o avanço do corpo teórico desta área do

conhecimento” (FIGUEIRÓ, 1996, p. 59), ou seja, que é preciso unificar as expressões e evitar o uso de sinônimos.

A expressão “Educação Sexual” encontrada em maior número nos trabalhos acadêmicos analisados por Figueiró (1996), não obteve nenhum registro. Esse resultado chama a atenção por não demonstrar uma conexão dos PPPs com os achados científicos utilizados nesse estudo. Era hipotetizado que a expressão “Orientação Sexual” também reuniria um número considerável de registros, uma vez que boa parte dos documentos nacionais fazem uso dessa nomenclatura. Todavia, foi encontrado apenas um registro.

Observando a literatura, nota-se que não existem pesquisas que visem tecer comparações do modo como a sexualidade é trabalhada nos ambientes bilíngues e não bilíngues. Por mais que não seja o objetivo de nossa investigação, buscaremos trazer comparações, ao longo dos tópicos, que busquem complementar o campo teórico existente.

Temos que o resultado encontrado nos PPPs de escola bilíngues não difere da maioria das escolas regulares/inclusivas do país, uma vez que nessas instituições também é possível encontrar a sexualidade sendo abordada de maneira rasa e em desarmonia com achados científicos, fruto da retirada desse tema, com grande influência da bancada evangélica, dos documentos norteadores produzidos pelo MEC (SANTOS; PEREIRA; SOARES, 2017). Nesse sentido, inferimos acerca da necessidade de abordar a sexualidade e a Educação Sexual de modo efetivo e plural nos espaços educativos, para que os/as jovens tenham à disposição todas as instruções necessárias para suas atuais e futuras vivências.

Resultados como esses demonstram que não é porque um documento foi produzido por um órgão oficial que ele esteja correto, ou que seja uma receita pronta, não devendo ocorrer mudanças conforme o contexto da comunidade escolar. Logo, acentuasse a relevância da Ciência e das informações científicas que, quando bem produzidas, preveem possíveis acontecimentos na sociedade, trazendo consigo caminhos que podem ser seguidos para solucionar os problemas.

Além do que já foi exposto, destaca-se que nossa hipótese inicial não foi confirmada, uma vez que esperávamos que as expressões “Educação Sexual” e “Orientação Sexual” teriam um número maior de registros, principalmente essa última, que está em maior número nos documentos norteadores brasileiros.

4.4.2 Dimensão da Sexualidade Humana Observadas nos Documentos Pedagógicos (UC 2)

Dentre as dimensões existentes, a que obteve maior número de registros foi a biológica (UR 2.1). Esse resultado corrobora com a hipótese de Müller e Quaresma (2015), de que a temática da sexualidade trabalhada com os/as surdos/as segue um conceito biológico. E, que nos poucos casos em que ela é trabalhada [biológica], é destacado apenas os aspectos preventivos (MÜLLER, 2017).

Como demonstra Abreu (2008), a dimensão biológica tem uma influência/predominância sobre as outras, o que talvez explique o resultado ocorrido nessa pesquisa. Todavia, é preciso chamar atenção para esse fato, isto é, quando apenas uma dimensão é abordada, deixando as outras em menor relevância. De acordo com Abreu (2008, p. 3), “não podemos valorizar uma em detrimento da outra, porque todas interagem em simultâneo criando uma realidade de natureza bio-psico-social”. Portanto, é preciso que os documentos educacionais, sejam eles de escolas bilíngues ou não, integrem e atualizem essas dimensões, visando uma aprendizagem mais significativa do/a estudante no que tange à sexualidade.

Por mais que haja um destaque da dimensão citada acima [biológica], outras (Psicológica, Histórico-Cultural e Ética) também foram evidenciadas nos PPPs. Esse resultado é importante, pois demonstra que as instituições têm considerado, em seu trabalho pedagógico, outras dimensões para o desenvolvimento de prática ligadas à sexualidade humana, colaborando para o rompimento de uma visão biologizante, adicionando componentes cognitivos, emocionais, éticos e relacionais (ABREU, 2008) às aulas. Além disso, observar essas dimensões é um indício de que, talvez, o conceito de sexualidade esteja sendo tratado de acordo com suas transformações ao longo das décadas, fato este que não foi observado em Guaglia (2013), e em sua análise documental.

Já em três PPPs, a sexualidade e as suas dimensões não foram identificadas (UR 2.5), fato ocorrido devido à abordagem superficial da temática da sexualidade nos documentos pedagógicos, que não possibilitou compreender questões mais detalhadas para esta pesquisa.

4.4.3 Abordagens de Educação Sexual (UC 3)

No que se refere ao uso de abordagens para tratar a temática da sexualidade, observou-se que nenhum dos PPPs fez uso e/ou explicitou esse componente didático. Com isso, confirmamos a hipótese de que as escolas não trazem, em seus materiais pedagógicos, as abordagens de Educação Sexual, já bastante difundidas por Figueiró (1996), Nunes (1996) e Furlani (2005, 2016).

Desse modo, cabe questionar: as abordagens de Educação Sexual são conhecidas pela escola e por seus docentes? Quais abordagens estão sendo requeridas para lecionar essa temática? E por quê?

Outro questionamento derivado da análise dos resultados é: as abordagens seriam influenciadas pelo dialeto da região? Considerando que a Libras possui variações no sinal (assim como na Língua Portuguesa), de acordo com a região (ROCHA, 2015), é parcimonioso hipotetizar que as abordagens utilizadas nas escolas sofrem pequenas mudanças (singulares) de uma região para outra. Mas, que possuem as mesmas orientações e objetivos, isto é, a aprendizagem relacionada à sexualidade.

Assim como na Língua Portuguesa, existem variações linguísticas de um estado para outro, entretanto essas variações não influenciam diretamente na aprendizagem. Todavia, como estamos lidando com questões culturais, que variam de um lugar para outro, elas são significativas para o estudante, no sentido de fazer com que haja uma identificação com o que está sendo ensinado, que consequentemente, influencia na forma como ele/ela aprende. Tem-se que a identificação é essencial para a aprendizagem, seja ele/ela um estudante surdo ou não.

Outro ponto que pode contribuir para a mudança de uma abordagem para outra é a falta de sinais³⁸ para a temática das Ciências. “No momento da interpretação, o intérprete [...] tenta colocar estas palavras em LIBRAS, o que é bastante complicado já que não existem sinais específicos para os termos científicos em LIBRAS” (OLIVEIRA; MELO; BENITE, 2012, p. 7). Uma vez que existe uma falta

³⁸ Cabe lembrar que a criação de sinais, seja para termos científicos ou não, requer um processo na qual é preciso haver uma bancada de surdos/as e por meio desse grupo de pessoas que são desenvolvidos os sinais.

de sinais, o modo como a escola e o/a docente adequa o conteúdo para abarcar os aspectos científicos, pode mudar de um lugar para outro.

Essa falta de sinais tende a prejudicar a forma como o conteúdo da sexualidade é abordado. Nesse sentido é preciso investigar se além da soletração da palavra, os/as docentes de escolas bilíngues utilizam outro método para contornar algumas barreiras linguísticas.

4.4.4 Respaldos em Políticas Públicas (UC 4)

Obtivemos que a maioria dos documentos pedagógicos não usaram de um respaldo político (UR 4.5) para legitimar ou apoiar a prática de Educação Sexual na escola. Em dois documentos (P1 e P4), foi possível visualizar esses respaldos. P1 recorreu a uma legislação paranaense “CP/CEE Nº 01/09, Instrução Conjunta 02/10 SEED/SUED/DAE”, que diz respeito a estudantes travestis ou trans terem seus nomes sociais incluídos no documento escolar e a “Lei Estadual Nº 16.454/2010-PR”, que fala a respeito do dia [17 de maio] a ser instituído anualmente o combater à homofobia.

Em P4 a prática da sexualidade é viabilizada por meio da Constituição Federal, na qual

[...] estabelece as bases para viabilizar a igualdade de oportunidades, buscando valorizar a todos os indivíduos, repudiando toda e qualquer forma de discriminação, seja nas diferenças de raças, classe social, crença religiosa, sexo, [...].

Ou seja, por meio desses exemplos apresentados acima é possível observar que o/a docente possui um respaldo político na qual pode apoiar sua prática pedagógica, evitando assim possíveis conflitos com a gestão e a comunidade escolar.

Uma vez que se trata de um documento político, era esperado que questões atreladas às legislações, resoluções, conselhos ou órgãos estariam presentes nos PPPs. Todavia, quando os aspectos políticos eram citados nesses documentos, não eram para legitimar ou respaldar a prática da sexualidade, mas para contextualizar outras questões educativas pedagógicas presentes no PPP.

No trabalho de Quaglia (2013), foi observado que algumas escolas deram ênfase no Artigo 6º, da Resolução no 7/2010, do CNE/CEB, na qual afirma que:

os sistemas de ensino adotarão como norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas, os seguintes princípios: I – Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Ou seja, por mais que atualmente seja possível observar casos na qual a sexualidade está sendo engavetada e negligenciada, desconsiderando seus aspectos formativos, é preciso que os/as docentes tenham ciência dos respaldos políticos que podem legitimar sua prática pedagógica, uma vez que a tarefa de educar sexualmente, principalmente no tange os aspectos científicos, é do/a professor/a (FIGUEIRÓ, 2006). Desse modo é preciso que os/as mesmos/as busquem ancorar suas práticas nesses respaldos, bem como nas evidências científicas e nos protocolos éticos do tema³⁹, evitando possíveis conflitos.

4.4.5 Localização do Tema Sexualidade Humana (UC 5)

Dentre as unidades elaboradas, as que obtiveram alguns registros foi a UR 5.3 (Proposta Curricular que Norteia a Ação do Estabelecimento) e a UR 5.5 (Complementação Curricular). Essas unidades deixam em destaque que a temática da sexualidade está prevista no currículo dessas instituições de ensino, seja por meio da proposta norteadora ou como um componente complementar.

Além das unidades relatadas acima, houve casos nos quais a sexualidade não foi localizada em nenhuma seção do PPP (UR 5.7), ou na qual foi localizada em uma região específica e/ou particular do projeto, que normalmente pode variar de uma escola para outra, e no modo como elas organizam esse documento.

No trabalho de Quaglia (2013), que investigou a saúde nos PPPs de escolas municipais de Maringá, 36,84% apresentou a temática da sexualidade na proposta curricular que norteia a ação do estabelecimento, resultado semelhante ao encontrado em nossa investigação. É significativo quando a sexualidade é identificada dentro da proposta que norteia a ação da escola, isso demonstra que a instituição está comprometida com a Educação Sexual, ou seja, com toda ação ensino/aprendizagem a respeito da sexualidade humana (FIGUEIRÓ, 1996).

³⁹ Evitar postar fotos e/ou vídeos de práticas ligadas à sexualidade em que apareça o rosto das crianças ou adolescentes. Buscar sempre comunicar a equipe pedagógica da escola, de modo a obter ajuda, apoio e sugestões.

Para a sexualidade ser trabalhada de modo significativo é preciso que o PPP “esteja bem formulado e embasado em uma proposta inovadora e dialógica de educação” (ARCARI, 2001, p. 3). Sendo assim, é preciso que as escolas, bem como seus respectivos documentos pedagógicos considerem a sexualidade como tal, isto é, como uma prática humana e essencial para o desenvolvimento.

4.5 A TEMÁTICA DA SEXUALIDADE HUMANA NOS PLANOS DE AULA/PLANEJAMENTO ANUAL DE ENSINO DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS/AS

4.5.1 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 1 dos Planos de Aulas/Planejamento Anual de Ensino

Na UC 1, “Expressões utilizadas para inclusão do tema da sexualidade humana nos Planos de aulas/Planejamento anual de ensino”, foi obtido que: na UR 1.1 “Educação Sexual”, UR 1.2 “Orientação Sexual”, UR 1.3 “Educação Para Sexualidade”, não obtiveram registros. Na UR 1.4 “Sexualidade”, foi encontrado um registro. Em P6 “[...] *sexualidade*”, na UR 1.5 “Diversidade Sexual”, na UR 1.6 “Outros”, na UR 1.7 “Adotaram mais de uma expressão”, e na UR 1.8 “Termo ausente”, não foram encontrados registros.

4.5.2 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 2 dos Planos de Aulas/Planejamento Anual de Ensino

Na UC 2, “Dimensões da sexualidade evidenciadas nos Planos de aula/Planejamento anual de ensino”, foi encontrado que:

Na UR 2.1 “Biológica”, foi encontrado um registro (P6) “*Discutir as transformações do corpo nas diferentes fases da vida*”.

Na UR 2.2 “Psicológica”, foi encontrado um registro (P6) “*dos desejos, dos sonhos, das fantasias*”.

Na UR 2.3 “Histórico-cultural”, foi encontrado um registro (P6) “*O corpo é a base de nossa existência e sobre o qual nós construímos, viabilizando nossa presença na história, no tempo e no espaço*”.

Na UR 2.4 “Ética”, foi encontrado um registro (P6). “*Conhecer e respeitar os principais códigos sociais que regem o comportamento sexual na escola, na família e na comunidade*”.

Na UR 2.5 “A sexualidade e suas dimensões não foram identificadas”, não obteve registro.

4.5.3 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 3 dos Planos de Aula/Planejamento Anual de Ensino

Na UC 3, “Abordagens de Ensino do Tema Sexualidade Evidenciadas nos Planos de aulas/Planejamento anual de ensino”, foi obtido que:

Na UR 3.1 “Religiosa Católica e Religiosa Protestante (Tradicional)”; na UR 3.2 “Religiosa Católica e Religiosa Protestante (Libertadora)”; na UR 3.3 “Médica”; na UR 3.4 “Pedagógica”; na UR 3.5 Emancipatória, não foram encontrados registros.

Na UR 3.6 “Ausência ou não compreensão da abordagem”, obteve um registro. Em P6 não é citado o uso de abordagem de ensino, porém levando em consideração os indícios observados na unidade anterior, observa-se que se trata de uma abordagem emancipatória, uma vez que reúne as múltiplas dimensões da sexualidade

4.5.4 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 4 dos Planos de Aulas/Planejamento Anual de Ensino

Na UC 4 “Profissionais Responsáveis pelo Exercício da Sexualidade na Escola presente nos Planos de aula/planejamento anual de ensino”, foi obtido que:

Na UR 4.1 “Docentes de Ciências/Biologia”; na UR 4.2 “Docentes de diferentes disciplinas (transversal)”; e na UR 4.3 “Equipe Pedagógica”; não foi encontrado registro.

Na UR 4.4 “Psicólogo/a”, foi encontrado um registro. P6 “*Responsável: Psicóloga*”.

Na UR 4.5 “Outro/a profissional”; e na UR 4.6 “Não é desenvolvido por nenhum profissional e/ou não foi citado no documento”, não reuniu registro.

4.5.5 Classificação dos Resultados da Unidade de Contexto 5 dos Planos de Aulas/Planejamento Anual de Ensino

Na UC 5 “Fontes/Recursos para o Estudo e Execução da Temática Sexualidade e Surdez presente nos Planos de aulas/planejamento anual de ensino”, foi obtido que:

Na UR 5.1 “Fontes bibliográficas”, obteve um registro. “*Mais do que ter, somos corpo e sendo corpo é que nos integramos à sociedade [...] (Osório, 2003).*”

Na UR 5.2 “Fontes multimídias”, obteve um registro. P6 “*apresentação de filmes; apresentação de recortes de filmes*”.

Na UR 5.3 “Grupos de pesquisa/estudo”; e na UR 5.4 “Desenvolvimento ocorrido, porém, não informado”, não obteve registro.

Na URE 5.1 “Outro tipo de Fonte/Recurso”, obteve um registro. Foi citado em P6 “*técnicas de dinâmica de grupo; dramatizações, Rodas de conversa*”.

4.6 INFERÊNCIAS E INTERPRETAÇÕES DOS RESULTADOS REFERENTES AOS PLANOS DE AULAS/PLANEJAMENTO ANUAL DE ENSINO

As unidades de contexto e de registro desse tópico vão ao encontro de Freitas e Haroim (2018, p. 43), que expõem ser “necessário trabalhar também com os professores e averiguar se estão ou não realmente trabalhando esse tema na sala de aula e a metodologia do trabalho”. No sentido de não haver muitas informações acerca de como a prática da sexualidade ocorre no contexto bilíngue que desenvolvemos as presentes unidades.

Das escolas que cederam seus PPPs, apenas a instituição P6 também disponibilizou os planos de aula para análise, sendo dois planos. Além disso, foi observado que algumas delas não possuem um planejamento anual de ensino, ou que não desenvolvem um plano de aula para trabalhar a temática da sexualidade. O que a escola faz é seguir o que está disposto na BNCC, fazendo adaptações, quando necessário, para o contexto da instituição. Logo, fica uma dúvida: como essas escolas estão ensinando sem haver um planejamento de ensino? Que estratégias e recursos estão sendo utilizados?

Por mais que a BNCC apresente questões relativas às competências e habilidades necessárias para os/as estudantes, esse documento não traz definições, abordagens que possam ser empregadas, bem como estratégias de ensino, ou seja, por mais que seja um documento orientador, ele não supre as necessidades recorrentes em um contexto de ensino. Dessa forma, é preciso que além da BNCC, que o/a docente se utilize de outras fontes e busque planejar suas ações, visando identificar quais estratégias são mais benéficas no seu contexto escolar.

4.6.1 Expressões da Sexualidade (UC 1)

No que se refere às expressões ligadas à sexualidade apresentadas nos planos de aula, apenas a UR 1.4 [sexualidade] obteve registro. Esse dado indica que as expressões utilizadas nesses documentos não estão acompanhando os estudos científicos da área empregados nessa investigação, que normalmente usam outras nomenclaturas.

Esse resultado se difere ao que foi identificado por Figueiró (1996). Em sua análise de teses/dissertações, livros e artigos a autora observou as expressões “Educação Sexual”, “Orientação Sexual” e sinônimos relativos a esses termos. Enquanto que em P6 foi identificado apenas “Sexualidade”, nomenclatura mais ampla e que continua sendo utilizada atualmente.

Considerando que a “Sexualidade” é um conceito plural e mutável, fica a dúvida de qual é a terminologia concebida pelas escolas para se referir ao trabalho pedagógico (sistematizado, ou não) que ocorre no ambiente educacional. Para as escolas que citaram seguir a BNCC, temos que nesse documento é possível observar as expressões: “Saúde sexual” e “Sexualidade”. Ou seja, inclusive nos documentos nacionais não se encontra uma corroboração entre os achados científicos. Nesse sentido, é preciso que as instituições e os documentos educacionais procurem estar em harmonia com a Ciência e suas contribuições, pois é a partir dos conhecimentos científicos que se desenvolvem espaços significativos para a aprendizagem, entre elas a da sexualidade.

4.6.2 Dimensões da Sexualidade (UC 2)

Nos documentos analisados foram identificadas as múltiplas dimensões da sexualidade, demonstrando que o planejamento realizado pela escola tem levado em conta aspectos significativos. Em suma, esse resultado vai ao encontro de Abreu (2008), que comenta ser importante abordar as múltiplas dimensões da sexualidade, sem que haja a valorização de uma sobre a outra. Além disso, temos que a dimensão biológica, sozinha, não consegue suprir as necessidades dos/as estudantes, sendo necessário haver uma integralização das dimensões (PEREIRA; MONTEIRO, 2015).

Tendo em vista que a BNCC foi citada por algumas escolas, cabe esclarecer que as dimensões (biológica, sociocultural, afetiva e ética) são citadas nesse documento como habilidades a serem desenvolvidas, todavia o aspecto histórico não é citado no documento, não deixando evidente se as mudanças históricas relacionadas à sexualidade são trabalhadas pelas escolas.

Nessa seção, esperava-se que os planos/planejamentos trouxessem apenas a dimensão biológica, entretanto nossa hipótese foi refutada, haja vista que foi possível observar as diversas dimensões da sexualidade.

4.6.3 Abordagens de Educação Sexual (UC 3)

Na unidade de contexto voltada às abordagens não foi localizado informações que citasse a respeito desse recurso metodológico, entretanto foi possível identificar, por meio de indícios (dimensões, práticas), a presença de uma abordagem emancipatória em P6, se assemelhando aos achados científicos que demonstram que essa abordagem é a mais significativa na formação dos sujeitos. Dessa forma, é positivo que essa escola (P6) esteja utilizando princípios emancipatórios para desenvolver essa atividade, pois a sexualidade é “[...] uma construção sociocultural, portanto, não estática, mas sim, histórica e mutável” (FIGUEIRÓ, 2018, p. 130).

São plurais os/as pesquisadores que trabalham a abordagem emancipatória, entre eles/elas podemos citar Melo *et al.* (2020) e Yared; Melo; Vieira (2020). E assim como Eliseu *et al.* (2022), compreendemos que essa abordagem

intencional, crítica e reflexiva não é apenas necessária nos espaços escolares, mas também fora deles.

De acordo com Freitas *et al.* (2017, p. 1133), a Educação Sexual emancipatória é

A busca de um entendimento amplo de sexualidade, sem ser baseado em uma reprodução do que está posto, mas repensando esta temática de maneira crítica, partindo de uma reflexão acerca das abordagens sobre a sexualidade e os consequentes processos de educação sexual daí resultantes, entendidos como uma construção sócio-histórica, fruto das relações sociais entre os seres humanos no mundo, ao produzirem suas vidas.

Sendo assim, sugerimos, assim como outras pesquisas, o uso da abordagem emancipatória para trabalhar a temática da sexualidade com os/as estudantes, principalmente com aqueles/as do EF que estão iniciando o processo de compreensão acerca da sua sexualidade, e que por isso, acabam se tornando vulneráveis. E com os/as aprendizes surdos/as, essa abordagem tender a ajudar no seu desenvolvimento pessoal e coletivo.

4.6.4 Profissionais Responsáveis Pela Prática da Sexualidade (UC 4)

Dentre os/as possíveis profissionais que poderiam desenvolver a prática da sexualidade na escola, foi observado que essa tarefa ficou delegada para um/a psicólogo/a (Figura 2). Todavia, não fica claro se o/a psicólogo/a atua como um/a facilitador/a, como aponta o próprio documento, ou se de fato é o/a único/a responsável por essa prática, uma vez que no plano não consta qualquer outro/a profissional. Nesse contexto [de falta de informação], não foi possível confirmar a hipótese de que o trabalho de Educação Sexual era desenvolvido pelos/as docentes de Ciências.

Se de fato é o/a psicólogo/a que fica encarregado de trabalhar o tema sexualidade é necessário questionar: o plano é elaborado pela instituição ou pelo/a docente para ser ministrado na sala de aula? Como que o/a psicólogo/a fica responsável por cumprir esse plano? É feito algum tipo de colaboração, ou o/a psicólogo/a torna-se o/a professor/a da sala?

Tendo em vista que uma das dimensões da sexualidade é a psicológica, é comum observarmos a presença desses/as profissionais no processo de Educação Sexual, dado que eles/elas podem contribuir adicionando informações

relevantes para a formação dos/as estudantes, principalmente se levarmos em conta que os/as docentes não sabem ou não se sentem preparados para tratar esse tema (FIGUEIRÓ, 2020). Além disso, conforme demonstra a literatura, existe uma íntima relação da sexualidade com a psicologia, havendo diversas⁴⁰ pesquisas que fazem uma articulação dessas duas áreas de investigação.

Acreditamos que essa/essa profissional atua como uma espécie convidado/a, agregando conhecimento às aulas do/a professor/a regente, indo de encontro com realidades observadas em diversas escolas regulares que desenvolvem um trabalho coletivo junto aos psicólogos/as.

Figura 2 – Plano de aula elaborado por uma escola bilíngue

PROJETO: ADOLESCÊNCIA E VIDA

Considerando a vulnerabilidade e dificuldade de pleno acesso a informações pelos adolescentes surdos, acreditamos ser importante propiciar um espaço de discussão e reflexão de temas relevantes e de interesse do grupo de adolescentes da escola. Os temas discutidos (adolescência e suas mudanças, sexualidade, relacionamentos, drogas, e outros) tem enfoque voltado para a promoção da saúde, valorização da vida e participação na comunidade.

Objetivos:

- Garantir o acesso e a reflexão de maneira clara e adequada sobre informações relacionadas à sexualidade, uso e abuso de drogas, relacionamentos;
- Contribuir para a vivência saudável, positiva e responsável dos adolescentes.

Metodologia:

Grupo de alunos previamente selecionados de acordo com a faixa etária, em encontros quinzenais, com 1h30min de duração, em contra-turno. Serão utilizadas técnicas de dinâmica de grupo, dramatizações, apresentação de recortes de filmes, discussão de reportagens. Os grupos serão facilitados pela psicóloga e terão a colaboração da intérprete de LIBRAS. A ordem dos temas para discussão serão definidos em conjunto com o grupo.

Responsável: Psicóloga

Fonte: elaborado a partir do PPP de uma escola bilíngue

⁴⁰ Moura *et al.* (2011); Maia *et al.* (2012); Cruz *et al.* (2021); Bosco (2021), entre outros que surgem de décadas em décadas.

Nas escolas bilíngues de surdos que citaram seguir a BNCC, é possível deduzir que o responsável por ministrar esse tema no EF é o/a docente de Ciências, enquanto que no EM é o/a de Biologia. Entretanto, é preciso reiterar acerca da transversalidade desse tema, ou seja, que se trata de uma responsabilidade compartilhada entre os/as docentes, não devendo caber a profissionais específicos, haja vista que cada professor/a pode contribuir para o desenvolvimento dessa temática.

4.6.5 Fontes/Recursos Bibliográficos (UC 5)

No que refere às fontes/recursos, foram utilizados desde artigos científicos até recursos multimídias para abordar a temática da sexualidade com os/as estudantes de escolas bilíngues. É significativo que essas instituições tenham se baseado em materiais de caráter científico para tratar essa temática, todavia, é necessário investigar que materiais são esses, se são atuais e relevantes para a temática, uma vez que os planos analisados não informaram que artigos eram esses.

Além disso, nos planos de aula foram identificadas estratégias metodológicas como rodas de conversa e dinâmicas em grupo, clareando possíveis caminhos para os/as docentes que costumam ter esses/essas aprendizes em suas salas de aula.

Em Moura e Lima (2014), a roda de conversa realizada a partir das memórias dos participantes favoreceu os achados científicos, servindo como um bom instrumento para obtenção de dados. É possível observar o uso das rodas de conversa em investigações envolvendo a surdez, como em Campos (2015), que investigou a concepção de sexualidade de jovens surdos/as.

De acordo com Warschauer (2004), a roda de conversa é um método que envolve a participação coletiva em forma de debate, acerca de um assunto específico. Por meio dessa ação é possível dialogar com nossos pares e estimular o exercício reflexivo, ou seja, pensar a respeito de si, escutar e pensar no próximo. Trata-se de um momento singular de partilha que trabalha a fala e a escuta, o fazer e o pensar sobre o fazer (FREIRE, 1996).

Além disso, essa metodologia é caracterizada por possuir um aspecto informal, possibilitando desenvolver uma certa intimidade entre os/as

participantes, ideal para explorar os argumentos daquele espaço (SILVA; BERNARDES, 2007).

Logo, essa estratégia pode ser um bom recurso para o/a docente obter informações valiosas (conhecimentos prévios e pós), de seus/suas estudantes surdos/as, bem como para trabalhar o tema sexualidade de forma significativa, uma vez que envolve processos dinâmicos, dialéticos e reflexivos. Entretanto, é necessário que o/a profissional, quando se utilizar desse método, busque desenvolver um ambiente que seja afetivo e acolhedor para o/a estudante, principalmente se levarmos em consideração as circunstâncias da pandemia de Covid-19, que levou a óbito familiares desses/as estudantes.

Já as dinâmicas em grupo, por sua vez, se

constitui um valioso instrumento educacional que pode ser utilizado para trabalhar o ensino-aprendizagem quando se opta por uma concepção de educação que valoriza tanto a teoria quanto a prática e considera todos os envolvidos neste processo como sujeitos (PERPÉTUO; GONÇALVES, 2005, p. 2).

A Sociedade Brasileira de Dinâmica em Grupo (2006) complementa expondo que essa atividade estimula a capacidade criadora, melhora a produtividade, evidencia possibilidades de transformações, colabora para o trabalho em equipe, além de influenciar na melhora das relações inter e intrapessoais.

Segundo Tavares e Lira (2001), as dinâmicas em grupo são classificadas em: apresentação, descontração, aplicação e avaliação. A primeira tem o intuito de eliminar qualquer tipo de tensão e criar um ambiente mais receptivo e de aceitação mútua. A descontração, por sua vez, tem o objetivo de deixar o ambiente mais descontraído, bem como despertar o interesse dos/as participantes pelos temas que serão tratados, para que eles/as tenham mais liberdade na hora de expor sua fala. Já a aplicação, é a responsável pela aquisição, assimilação e potencialização do conteúdo. Por fim, na avaliação os/as participantes podem refletir sobre o seu desempenho, podendo propor sugestões e melhorias.

Na pesquisa de Alberti (2014), que trabalhou com as dinâmicas em grupo na educação profissional, os resultados indicaram que esse tipo de estratégia se configura como uma prática inovadora para o ensino. Destaca-se ainda que os/as autores/as embasaram as dinâmicas em grupo na Teoria da Atividade de Davidov. Essa teoria fala acerca da elaboração de atividades que sejam sistematizadas, de modo que a pessoa desenvolva tanto a parte intelectual como a sociopsicológica.

Ou seja, é uma atividade que envolve tanto a parte coletiva quanto individual, cujo objetivo está centrado na produção de conhecimento e na reorganização deste.

Se tratando de estudantes surdos/as, é necessário que o/a docente, quando não for fluente em Libras, tenha o apoio de um intérprete para que a comunicação seja efetiva no desenvolvimento das rodas de conversa e nas dinâmicas em grupo, pois os anseios, angústias e curiosidades são as mesmas de um/a jovem ouvinte, o que muda apenas é o modo como esse/essa estudante irá se comunicar nessas atividades, que no caso será por meio da Libras.

4.7 INFERÊNCIAS CONCLUSIVAS

Cabe destacar que as respostas para nossos questionamentos tendem a mudar, uma vez que nos baseamos nos conhecimentos científicos, que aliados à tecnologia são responsáveis por introduzir mudanças significativas na sociedade (OLIVEIRA, 2014). Mas é levando em conta o contexto atual e o período na qual essa pesquisa foi realizada, que iremos tecer algumas inferências levando em consideração os resultados obtidos na análise teórica e empírica.

4.7.1 Literatura

A literatura evidencia que o conceito de sexualidade é histórico e que ao longo das décadas vem incorporando significados e valores associados às discussões, de caráter não dogmático, presentes na atualidade. Com relação às expressões utilizadas para abordar o tema da sexualidade, observa-se que não existe um consenso entre os/as estudiosos/as, fazendo com que as publicações transitem diferentes tipos de nomenclaturas, ou seja, não existe uma convenção bem definida e estabelecida.

Acreditamos que a pluralidade de expressões ligadas à sexualidade é algo que tende a crescer, pois a língua é viva. Todavia, é preciso que os/as pesquisadores/as tenham cuidado em relação ao uso das nomenclaturas, principalmente na hora de trabalhar com o seu conceito. Já a padronização, citada no corpo texto, deve ocorrer quando formos nos referir a uma mesma ação, isto é, o ato de educar sexualmente, principalmente dos/as jovens que dispõem de poucas informações e estão organizando suas ideias acerca do tema.

Tem-se também que essa falta de consistência e coerência com relação à sexualidade como um processo educacional, pode auxiliar nos enviesamentos e em manipulação obscurantistas e negacionista a respeito não só do tema sexualidade, mas da Ciência.

Dessa forma, é necessário questionar o porquê acontece um negacionismo por parte da temática da sexualidade. Talvez seja por uma falta de boa comunicação científica das coisas. Nesse sentido, é preciso reiterar acerca da relevância da divulgação científica às pessoas e à sociedade, de modo que opiniões de senso comum sejam reorganizadas, dando espaço para concepções que de fato levem em consideração a realidade: que práticas atreladas à sexualidade não possuem o intuito de estimular a prática sexual precoce, mas, sim, de levar conhecimentos para que os/as jovens possam saber como o corpo funciona, como é a relação de consentimento, enfim, instruir de modo que possam viver sua vida e sexualidade de forma plena, segura e prazerosa.

Por meio da análise das DCNs de cada estado brasileiro, identifica-se nessa investigação que as expressões “Educação Sexual” e “Educação para a Sexualidade” não são nomenclaturas que fazem parte desses materiais. Desse modo é preciso questionar: por que esses documentos não adotam as expressões que normalmente estão presentes nos estudos científicos?

Já a sexualidade do sujeito/estudante surdo, tópico abordado na fundamentação teórica, temos que se desenvolve qualitativamente assim como de outros indivíduos, não havendo qualquer evidência científica que prove o contrário. Desse modo, cabe à equipe pedagógica da escola considerar as evidências que discutem o modo como o ensino deve ocorrer para ser significativo. Ou seja, utilizando a Libras como L1, se baseando na cultura e identidade desse estudante, fazendo uso de recursos visuais, entre outras estratégias, que podem ser encontradas, por exemplo, em Felicetti (2021).

Ainda no que tange o levantamento, percebe-se que nos últimos anos as publicações que relacionam a temática da sexualidade e da surdez, não possuem uma tendência específica. No geral observa-se um trabalho centrado no sujeito surdo, isto é, em compreender o que o/a surdo/a sabe, conhece ou imagina. Constata-se também que aspectos relacionados ao ensino têm sido discutidos nos trabalhos científicos, possibilitando compreender possíveis caminhos para a prática pedagógica envolvendo a sexualidade.

De acordo com a Unesco (2019), existem algumas lacunas presentes no campo de investigação da sexualidade humana. A partir desse dado, são evidenciadas as limitações observadas dos últimos anos, que, por sua vez, conduzem as necessidades emergentes. Logo, é preciso que os/as atuais e futuros/as pesquisadores/as levem em consideração esses aspectos na hora de realizar suas investigações, podendo assim contribuir para o desenvolvimento/aprimoramento da área.

Figura 3 - Limitações das revisões das evidências

| Revisão das evidências 2008 – limitações | Revisão das evidências 2016 – limitações |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ▶ Quantidade insuficiente de estudos revisados realizados em países em desenvolvimento. ▶ Alguns estudos continham uma descrição inadequada dos respectivos programas. ▶ Nenhum dos estudos examinou programas para jovens gays, lésbicas ou outras pessoas que se relacionam sexualmente com indivíduos do mesmo sexo. ▶ Os delineamentos para a avaliação de alguns estudos só chegavam a ser minimamente aceitáveis, e muitos tinham poder estatístico insuficiente. A maioria dos estudos não foi adaptada a partir de testes múltiplos de significância. ▶ Poucos foram os estudos que mediram impactos sobre taxas de IST ou de gravidez, e menos ainda mediram impactos sobre taxas de IST ou de gravidez com marcadores biológicos. ▶ Por último, viesamentos inerentes afetaram a publicação de estudos: os pesquisadores são mais propensos a tentar publicar artigos se há resultados positivos que apoiam suas teorias. Além disso, é mais provável que programas e revistas aceitem publicar artigos quando os resultados são positivos. | <ul style="list-style-type: none"> ▶ Ausência de estudos não randomizados, não controlados e qualitativos pertinentes que avaliassem vários aspectos dos programas de EIS e fornecessem evidências do seu impacto sobre outros resultados além dos ligados à saúde, especialmente em países de renda baixa e média. ▶ Embora se espere que a EIS construa conhecimentos e habilidades que serão úteis ao longo da vida, muitos ensaios revisados realizaram avaliações de seguimento apenas de curto prazo, por exemplo, um ano após a intervenção (Hindin et al., 2016; Shepherd et al., 2010). Contudo, pode não ser razoável esperar que um programa produza efeitos no curto prazo. Da mesma forma, há uma falta de evidências longitudinais sobre o impacto de longo prazo da EIS. ▶ A qualidade dos métodos utilizados para realizar os ensaios afeta a confiabilidade de seus resultados, incluindo até que ponto eles podem ser generalizados em relação a outros contextos ou outras populações. ▶ A avaliação com precisão da eficácia dos diversos componentes é dificultada pela falta de relatos sobre essas informações nos artigos publicados sobre ensaios de alta qualidade. ▶ Da mesma forma que a Revisão das Evidências realizada em 2008, viesamentos inerentes afetam a publicação dos estudos. |

Fonte: Unesco (2019)

Além do que já foi exposto, temos que as literaturas consultadas não possuem uma perspectiva ou foco para o EF, todavia foi possível visualizar contribuições voltadas ao EM, permitindo identificar quais dificuldades estão sendo enfrentadas nesse período escolar, e assim, desenvolver práticas para o EF que busquem preencher essas lacunas no que se refere a aprendizagem. Em Couto (2017), é possível observar que o conhecimento tido pelos/as estudantes está além do que se esperava para suas faixas etárias, o que consequentemente influencia no desenvolvimento desses jovens, que se demonstrou não adequado. Esse resultado deixa evidente a relevância de práticas no EF, de modo a trabalhar conteúdos e conceitos importantes para haver um desenvolvimento significativo nos anos escolares seguintes.

Cabe destacar que a pesquisa citada foi realizada antes da pandemia do covid-19, logo seus resultados não refletem o período na qual os estudantes passaram em suas casas em isolamento. Assim, tendo em vista esse evento relacionado à saúde, acreditamos que a defasagem desses estudantes aumentou ainda mais, acentuando a necessidade de práticas de ensino que visem levar uma aprendizagem significativa.

Reiteramos que nossos resultados vão ao encontro de Silva *et al.* (2018); Silva, Frasson-Costa; Rocha (2019) e Guimarães; Silva (2020a), ao notar uma escassez de publicações que interliguem a temática da sexualidade com a surdez. Além da carência de investigação nesse campo, temos que existe um carência de fontes primárias a respeito do ensino das Ciências destinado aos estudantes surdos (SOFIATO; SANTANA, 2019; SANTANA; SOFIATO, 2018; MENDONÇA; COSTA, 2020).

Logo, essa falta de informação e material contribuem para entraves epistemológicos. Entretanto, por mais que haja uma falta de estudos envolvendo o ensino de Ciências e a Surdez, é possível observar alguns elementos teóricos relevantes para compor uma possível abordagem de ensino, entre eles: o referencial sociointeracionista de Vygotsky⁴¹; estudos de Bakhtin⁴²; David Ausubel e a teoria da aprendizagem significativa⁴³; visão antropológica da surdez⁴⁴; teoria dos campos conceituais de Vergnaud⁴⁵.

4.7.2 PPPs

Conforme observado nos resultados, houve escolas que optaram por não ceder seus documentos pedagógicos para que a análise fosse realizada. Assim

⁴¹ Ressalta a importância da interação do sujeito com o meio em que vive. O sujeito forma o conhecimento por meio da interação com outras pessoas, em processo histórico, cultural e social pelo qual passa durante toda a vida.

⁴² A subjetividade para Bakhtin é construída numa relação sempre dialógica com o(s) outro(s). É, assim, um processo dinâmico que se desenvolve durante toda a existência do ser. É apenas na interação com adultos surdos que as crianças podem desenvolver uma identificação positiva com a surdez.

⁴³ A Aprendizagem Significativa (AS) ocorre quando o sujeito relaciona informações novas de modo não arbitrário e substantivo em sua estrutura cognitiva, a partir da assimilação dos conceitos, chamados de subsunções.

⁴⁴ A surdez é encarada como uma diferença cultural e linguística pela visão Socioantropológica.

⁴⁵ A teoria psicológica cognitivista de Gérard Vergnaud a respeito dos campos conceituais supõe que o cerne do desenvolvimento cognitivo é a conceitualização do real.

sendo, é preciso destacar o Art 12, Inciso VI da LDB que fala a respeito das incumbências das instituições de ensino, segundo esse artigo é preciso que haja uma articulação “com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (BRASIL, 1996), situação que não ocorreu por parte de algumas instituições. Logo, é preciso que haja uma maior cooperação das escolas junto às universidades para questões possam ser investigadas e assim reorganizadas/aprimoradas, entre elas, o ensino da sexualidade destinado aos estudantes surdos/as.

Fica a dúvida do porquê delas [escolas bilíngues] não colaborarem com o estudo e/ou informarem o motivo da não adesão. Apesar de ser uma atitude não científica por parte dessas instituições, é importante reiterar que nossa pesquisa evidencia que existe uma preocupação por parte da academia científica em compreender e problematizar questões relativas a esse contexto de ensino. Esse interesse tem como intuito não prejudicar a imagem da escola ou dos/as docentes, mas, sim, tornar o ambiente de aprendizagem mais significativo e acolhedor para o/a estudante e para a comunidade escolar.

Nos PPPs das escolas de Educação Básica, na modalidade da educação bilíngue de surdos/as, que cederam seus documentos inferimos, por meio dos documentos pedagógicos que foram analisados, que a sexualidade não é abordada e tratada de forma significativa, uma vez que foi baixo o número instituições que tratam essa temática de forma detalhada e levando em consideração suas múltiplas dimensões. Esse resultado corrobora com Müller (2017, p. 157) quando diz: “[...] a sexualidade raramente é trabalhada nas escolas. É delegada e quando abordada é tratada especialmente na sua dimensão biológica e preventiva”.

Entretanto, é preciso destacar que houve PPPs (P1) em que a temática da sexualidade estava presente, havendo casos, inclusive, em que foi possível observar diversos conteúdos relacionados a esse tema. Porém, na maioria dos casos a apresentação da sexualidade ocorre de forma superficial, não ficando claro se o trabalho está sendo desenvolvido de forma significativa não apenas em sala, mas na comunidade escolar.

Com base nos resultados, é possível inferir que a realidade encontrada nas escolas analisadas não difere dos espaços não bilíngues, isto é, a sexualidade também não é trabalhada de forma significativa, devendo ocorrer

mudanças para que esse tema atinja os objetivos necessários. Temos ainda que os sujeitos surdos demandam, por vezes, muito mais dessa temática que outros sujeitos, já que quase tudo é veiculado em Língua Portuguesa, e poucas são as produções que estão em sua língua de instrução, a Libras. Nesse sentido, é relevante encontrar materiais como os de Silva *et al.* (2018) e Silva *et al.* (2019).

O PPP considerado “ideal” seria aquele que aborda a temática da sexualidade considerando suas múltiplas dimensões, ou seja, os aspectos biológicos, psicológicos, comportamentais, clínicos, histórico-culturais, éticos e afetivos. O que difere o PPP de uma escola bilíngue para o de uma escola regular é basicamente o uso mais significativo da Libras, pois os outros quesitos pedagógicos são iguais, tendo poucas diferenças de uma escola para outra.

4.7.3 Planos de aula/Planejamento

Os planos de aula, assim como os PPPs, devem abranger as múltiplas dimensões da sexualidade humana. Além disso, é preciso que a responsabilidade dessa ação pedagógica seja compartilhada, no sentido de ter a participação dos/as docentes (não apenas o de Ciência e Biologia), da equipe pedagógica e de profissionais como psicólogos para tratar a dimensão psicológica. No que tange a metodologia, não existe uma receita pronta, todavia é necessário que os planos sejam equitativos e usem as abordagens existentes, mais especificamente, a abordagem emancipatória, uma vez que ela traz resultados significativos para com os estudantes, além de um trabalho interdisciplinar, que segundo a literatura, é positivo na aprendizagem. Os objetivos devem ser claros e contemplar as necessidades do contexto escolar. Já a avaliação, é importante que tenha um caráter qualitativo e construtivista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa investigação está inserida no contexto de pesquisas que são pouco exploradas, sendo a primeira dissertação que buscou investigar e problematizar a temática da sexualidade humana em documentos pedagógicos (PPPs e Planos de aula) específicos de escolas de Educação Básica, na modalidade da educação bilíngue de surdos/as do Brasil. Um diferencial é que essa investigação vai desde o micro, trabalhando com questões biológicas, ao macro, trazendo discussões consigo demandas sociais.

A princípio nos dedicamos a apresentar elementos teóricos relevantes no contexto da sexualidade humana, isto é, problematizou-se questões relativas ao seu conceito e suas relações com o currículo, as expressões utilizadas para abordar essa temática, as dimensões que compõem a sexualidade, o modo como esse tema está presente nas políticas públicas brasileiras, a sexualidade com perspectiva para a surdez e, por fim, questões didáticas relacionadas ao tema. Cabe ressaltar que a bibliografia utilizada correspondeu às expectativas, além de corroborar com os resultados encontrados.

A partir dos dados obtidos de maneira empírica no processo de análise, é possível inferir que atingimos nossos objetivos, ou seja, foi possível responder às indagações iniciais, bem como confirmar e refutar nossas hipóteses. Nesse sentido, é relevante destacar que a metodologia [qualitativa] foi significativa para o desenvolvimento dessa investigação, trazendo informações relacionais para o campo teórico existente da sexualidade e da surdez.

Tendo em vista a literatura que articula as temáticas da sexualidade e da surdez, esperava-se encontrar uma baixa quantidade de pesquisas com esse foco. Além de ser pouco trabalhada, quando ocorre, se dá maneira superficial e preventiva, enfatizando apenas os aspectos biológicos. Levando em consideração o exposto, bem como outros questionamentos que surgiram no planejamento dessa investigação, se optou por realizar uma revisão a nível nacional e uma análise documental para complementar a obtenção inicial de dados.

Tem-se que antes dessa investigação não era possível observar com detalhamento quais os elementos de ensino voltados às particularidades dos/as estudantes surdos/as estavam sendo discutidos nos estudos científicos, quais os desdobramentos que eram problematizados, bem como as perspectivas envolvidas.

No processo de levantamento, observa-se que apesar dessa presente investigação encontrar uma quantidade maior de trabalhos, quando comparado com outras investigações dessa mesma natureza, ainda são baixos o número de pesquisas que interligam as temáticas da sexualidade e da surdez. A análise documental indicou que a sexualidade é mencionada nos documentos pedagógicos de escolas de Educação Básica, na modalidade da educação bilíngue, que é significativo, pois atualmente nota-se uma exclusão dessa temática nos documentos educacionais norteadores. Todavia a abordagem da sexualidade nessas instituições é superficial, desconsidera as múltiplas dimensões que a compõem, e não está em plena conexão com os achados científicos.

Dentre as contribuições, podemos dizer que essa investigação possibilitou realizar um diagnóstico relevante a respeito das últimas publicações, atualizando os dados a respeito do tema já aqui descrito. Também foi possível ter um panorama de como a sexualidade tem sido trabalhada em escolas voltadas aos estudantes surdos/as, questão que até então era desconhecida. Com isso, espera-se que este trabalho possa orientar atuais e futuras práticas destinadas a esse público, não apenas em escolas bilíngues, mas nas inclusivas, que também são responsáveis por acolher esses/as estudantes.

Além disso, por meio dessa pesquisa foi possível realizar apontamentos relevantes como o desenvolvimento de políticas públicas que regulamentem o acesso aos documentos norteadores dessas escolas, tornando o processo pedagógico transparente e passível de críticas/sugestões, seja por parte da academia científica, das famílias ou da comunidade escolar.

O próximo passo será elaborar, a partir dos elementos aqui obtidos, propostas metodológicas voltadas aos estudantes surdos do EF, ou para formação inicial, e em serviço de docentes de diferentes áreas, mas principalmente os/as de Ciências e Biologia, haja vista que são os/as que normalmente costumam lecionar essa temática. Nesse sentido, será possível identificar a concepção prévia de estudantes/docentes a respeito da sexualidade e da surdez, agregando significados e valores.

Diante dos apontamentos feitos anteriormente questiona-se: quais elementos teóricos-metodológicos são necessários para compor uma abordagem de ensino voltada à formação significativa de docentes a respeito da sexualidade do/a estudante surdo/a? A partir de quais elementos teóricos-metodológicos é possível

realizar uma intervenção significativa com os/as estudantes surdos/as do EF? Esses e outros questionamentos nos instigam e servem de motivação para futuras pesquisas.

Uma forma para que esse material chegue a diversos docentes, facilitando suas práticas, pode ser por meio do envio desse material para o *e-mail* das instituições (públicas e privadas), ou do *link* de acesso do trabalho na biblioteca virtual da UEL. É importante que essa investigação seja divulgada também em eventos científicos voltados à sexualidade e à surdez, de modo que a comunidade científica fique por dentro das discussões interdisciplinares que estão ocorrendo.

Outro caminho para fazer com que as informações dispostas nessa pesquisa cheguem aos diversos docentes presentes no Brasil, e que lecionam para estudantes surdos/as seria construir um material de fácil acesso e sistematizado, como vídeos de curta duração. Tendo em vista que os/as professores/as muitas vezes não possuem tempo para se aprimorarem ou lerem materiais que sejam muito extensos, esse curto material atuaria como uma ferramenta facilitadora.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Michel Foucault e a teoria do poder. **Tempo social**, v. 7, p. 105-110, 1995.
- ABREU, Fabrício Santos Dias; SILVA, Daniele Nunes Henrique; ZUCHIWSCHI, José. Surdos e homossexuais: a (des) coberta de trajetórias silenciadas. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 607-620, 2015.
- ABREU, Jordão Filipe dos Ramos. **O Conhecimento e a Atitude Face à Saúde Sexual e Reprodutiva: um estudo correlacional em estudantes universitários**. 2008. 80 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências, 2008.
- ARCARI, Caroline. **Guia do Professor-educação sexual para crianças de 0 a 10 anos**. Cores (Centro de Orientação em Educação e Saúde). SAE (Serviço de Atendimento Especializado) da Secretaria Municipal de Rio Verde. 2001.
- ÁFIO, Aline Cruz Esmeraldo. **Construção de Tecnologia Assistiva para Surdos Sobre o Uso dos Preservativos**. 2015. 95 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- ALARCÃO, Isabel. Professor-investigador: Que sentido? Que formação. **Formação profissional de professores no ensino superior**, v. 1, p. 21-31, 2001.
- ALBERTI, Taís Fim *et al.* Dinâmicas de grupo orientadas pelas atividades de estudo: desenvolvimento de habilidades e competências na educação profissional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 95, p. 346-362, 2014.
- ALVES, Cristiana Azevedo. **O Impacto de um Programa de Educação Sexual nos Comportamentos Protectores dos Adolescentes**. 2010. 107 f. Dissertação (Mestrado em Bioética) - Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Porto, 2010.
- AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas. **Referencial Curricular Amazonense Ensino Fundamental Anos Finais**. 2019. 604 p.
- AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação e Desporto. Secretaria Executiva Adjunta Pedagógica. Departamento de Políticas e Programas Educacionais. **Diretrizes Curriculares e Pedagógicas: Frente aos desafios do contexto atual**. 2020. 317 p.
- AMERICAN ACADEMY OF PEDIATRICS *et al.* Sexuality, contraception, and the media. Committee on Public Education. **Pediatrics**, v. 107, n. 1, p. 191-194, 2001.
- ANDERSON, Melissa; PEZZAROSSO, Caroline. Is it abuse? Deaf female undergraduates' labeling of partner violence. **Journal of deaf studies and deaf education**, v. 17, n. 2, p. 273-286, 2012.
- AZEVEDO, Claudinéia Barboza de; GIROTO, Claudia Regina Mosca; SANTANA, Ana Paula de Oliveira. Produção científica na área da surdez: Análise dos artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Especial no período de 1992 a 2013. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, p. 459-476, 2015.

BAHIA. **Documento curricular referencial da Bahia para educação infantil e ensino fundamental** (v. 1) / Secretaria da Educação do Estado da Bahia. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. 484 p.

BARBOSA, Luciana Uchôa; VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes; FOLMER, Vanderlei. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n. 10, p. e772-e772, 2019.

BARCELOS, Nora Ney Santos; JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. Estratégias didáticas de educação sexual na formação de professores de Ciências e Biologia. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 10, n. 2, p. 334-345, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2011.

BATISTA, Irinéa de Lourdes. Reconstruções histórico-filosóficas e a pesquisa interdisciplinar em educação científica e matemática. **Pós-graduação em ensino de ciências e educação matemática: um perfil de pesquisas**. Londrina: EDUEL, p. 35-50, 2009.

BENTO, Isabel Cristina Belasco. **Educação preventiva em sexualidade, ist/aids para o surdo através da pesquisa/ação**. 2005. 103 f. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2005.

BERALDO, Flávia Nunes de Moraes. Sexualidade e escola: espaço de intervenção. **Psicologia escolar e educacional**, v. 7, p. 103-104, 2003.

BIANCON, Mateus Luiz. **A educação sexual na escola e as tendências da prática pedagógica dos professores**. 2005. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

BLASIUS, Kamila Weber. **Formação de professores de ciências e biologia: uma análise documental do PPC do curso de ciências biológicas sob a perspectiva teórica do pensamento crítico e da educação sexual emancipatória**. 2019. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2019.

BOAVENTURA, Thiago. **A (des)construção de identidade/diferença através da normalidade: surdez e homossexualidade**. 2019. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2019.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Características da investigação qualitativa. In: BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Porto Editora, 1994. p.47-51.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**. 5a a 8a séries: Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Direito sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília, 2006. 52 p.

BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125).

BRASIL. 2015. **Nota Técnica n. 24/2015**. Brasília: Ministério da Educação.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Principais ações em saúde para prevenção da gravidez na adolescência**, 2020.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, p. 71-92, 2014.

CAMPOS, Maria Fernanda de Arruda. **Concepção da sexualidade de estudantes surdos usuários de libras em uma escola polo**. 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - Universidade Estadual Paulista, 2015.

CARDOSO, Fernando Luiz. O conceito de orientação sexual na encruzilhada entre sexo, gênero e motricidade. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 42, n. 1, p. 69-79, 2008.

CARVALHO, Jessica Nunes de; GOMES, Suzete Araujo Oliveira; BRAZ, Ruth Maria Mariani. Construindo um blog educativo sobre a sexualidade para alunos com deficiência auditiva. **Revista Práxis**, v. 12, n. 23, 2020.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo, Paz e Terra, 1982. 418 p.

CORRÊA, Sonia; ALVES, José Eustáquio Diniz; JANNUZZI, Paulo de Martino. Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. **Livros**, p. 27-62, 2015.

COSTA, Simone Saldanha Carneiro; KELMAN, Celeste Azulay. Representações sociais dos surdos do curso de graduação em Letras-Libras. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 46, p. 437-450, 2013.

COUTO, Monique de Matos. **Alfabetização Científica no Ensino Médio: A Análise de uma experiência didática no Ensino de Biologia na perspectiva da surdez**. 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) – Universidade Federal Fluminense, 2017.

DENARI, Fátima Elizabeth. O adolescente especial e a sexualidade: nem anjo, nem fera. **São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos**, 1997.

ELISEU, Murilo Martins *et al.* Reflexões sobre saúde sexual e sexualidade: abordagens práticas e a compreensão de professores do ensino fundamental II. **Horizontes**, v. 40, n. 1, p. e022025-e022025, 2022.

FAGUNDES, Tatiana Bezerra. Os conceitos de professor pesquisador e professor reflexivo: perspectivas do trabalho docente. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, p. 281-298, 2016.

FELICETTI, Suelen Aparecida. **Formação de professores de Biologia para a interdisciplinaridade educativa e a inclusão de estudantes surdos buscando a Aprendizagem Significativa**. 2021. 303 f. Tese (Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. **LIBRAS em Contexto** - Livro do Professor/instrutor - Curso Básico. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/SEE, 2001.

FENEIS. **A Educação que nós Surdos Queremos**. Porto Alegre, 1999.

FERNANDES, Fernanda. **A Educação Para Sexualidade Nos Anos Iniciais**. 2020. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciência e em Matemática) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

FERNANDES, Janaína Francisco Pinto. **Doenças Sexual Transmissíveis – análise psicossocial das representações de alunos surdos**. 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Paraná, Faculdade de Farmácia Odontologia e Enfermagem, Fortaleza, 2008.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão e organização escolar**. 1 Reimpressão. Curitiba, PR: IESDE Brasil S. A, 2007.

FERREIRA, Solange Leme. **Teatro e deficiência mental: A arte na superação de nossos limites**. São Paulo: Memnon, 2002.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. A produção teórica no Brasil sobre educação sexual. **Cadernos de Pesquisa**, n. 98, p. 50-63, 1996.

_____. **Educação sexual no Brasil: Estado da Arte de 1980 a 1993**. 1995. 272 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. **A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites**. 2001.

_____. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. **Revista Linhas**, v. 7, n. 1, p. 1-21, 2006.

_____. Homossexualidade e educação sexual: construindo o respeito à diversidade. **Londrina: UEL**, 2007.

_____. **Educação Sexual: em busca de mudanças**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009a.

_____. **Educação sexual: múltiplos temas compromissos comuns**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009b.

_____. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011.

_____. **Educação sexual: saberes essenciais para quem educa**. Curitiba: CRV, 2018.

_____. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. Eduel, 2020.

FITZ-GERALD, Della Reaves; FITZ-GERALD, Max. A Historical Review of Sexuality Education and Deafness: Where have we been this century?. **Sexuality and Disability**, v. 16, n. 4, p. 249-268, 1998.

FONTANA, Mariana. **Questões De Gênero Na Formação De Docentes De Ciências Biológicas**. 2021. 245 f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

FONTANA, Rosane Teresinha; SCHWIDERKE, Patricia Friske; TRINDADE, Maria Aparecida Brum. As infecções sexualmente transmissíveis na percepção de pessoas surdas. **Interfaces da Educação**, v. 9, n. 26, p. 316-335, 2018.

FONTE, Vinícius Rodrigues Fernandes da *et al.* Conhecimento e percepção de risco em relação às infecções sexualmente transmissíveis entre jovens universitários. **Cogitare Enfermagem**, v. 23, n. 3, 2018.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FLORENTINO, Carla Patrícia Araújo; JUNIOR, Pedro Miranda; MARQUES, A. C. T. L. Ensino de Ciências na Educação de Surdos nos Anais do ENPEC: 1997–2013. **X Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), Águas de Lindóia, São Paulo**, 2015.

FRANÇA, Carlos Alberto Vidal. Orientação sexual: algumas considerações. **Revista Prospectiva**, 1984, p. 41-43.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, M. *et al.* Curso de formação de professores(as) por meio do programa educação sexual em debate na rádio UDESC FM 100.1 Florianópolis: algumas reflexões sobre os caminhos percorridos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.12, n.2, p.1130-1141, 2017.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FURLANI, Jimena. **O bicho vai pegar! Um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos de educação infantil**. 2005. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GARCÍA, Carlos Marcelo. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

_____. **Metodologia do ensino superior**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, Marta; MERESMAN, Sérgio. Sinalizando a saúde para todos: HIV/Aids e pessoas com deficiência. **Rede Saci**, v. 15, 2005.

GLAT, Rosana. A sexualidade da pessoa com deficiência mental. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 1, n. 1, p. 65-74, 1992.

GLAT, Rosana. **Saúde sexual, deficiência & juventude em risco**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

GLAT, Rosana; FREITAS, Rute Cândida de. Sexualidade e deficiência mental: refletindo sobre o tema. **Rio de Janeiro**, v. 7, 1996.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, 162p.

GÓES, Maria C. R. Com quem as crianças surdas dialogam em sinais? In: LACERDA, C. B. F.; GÓES, M. C. R. **SURDEZ: processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Editora Lovise, 2000.

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. **Educação sexual: uma proposta um desafio**. São Paulo: Aruanda, 1982.

GOMES, Andréa Regina Carvalho de; GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. A Dialética Da Sexualidade e da Educação Sexual Na Formação De Docentes. **Revista Faz Ciência**, v. 18, n. 28, p. 123, 2016.

GOMEZ, Marie Grace A. Sexual behavior among Filipino high school students who are deaf. **Sexuality and Disability**, v. 29, n. 4, p. 301-312, 2011.

GOUVÊA, Guaracira; MARTINS, Isabelo. Imagens e Educação em ciências. In: Nilda Alves; Paulo Sgarbi. (Org.). **Espaços e Imagens na Escola**. 1 ed. Rio de Janeiro: DPA, 2001, v. 1, p. 41-58.

GROFF, Apoliana Regina *et al.* A educação sexual e a formação de professores/as um convite ao dissenso. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 1431-1444, 2015.

GRUPO DE TRABALHO *et al.* **Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologia**. Casa do Psicólogo, 1994.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação sexual na escola: mito e realidade**. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

GUIMARÃES, Valéria Maria Azevedo *et al.* Sordera y sexualidad: Un análisis a partir de las representaciones sociales de universitarios sordos. **Estudios e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 2, p. 387-405, 2019.

GUIMARÃES, Valéria Maria Azevedo; SILVA, Joilson Pereira da. Sexualidade e Surdez: uma Revisão Sistemática. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, 2020a.

GUIMARÃES, Valéria Maria Azevedo; SILVA, Joilson Pereira da. Surdez e sexualidade: as representações sociais dos discentes surdos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 72, n. 1, p. 125-139, 2020b.

HEILBORN, Maria Luiza (Ed.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Editora Garamond, 2006.

HENRIQUE, Victor Hugo de Oliveira; FREITAS, Alex Sandro Henrique de Jesus; HARDOIM, Edna Lopes. Sexualidade e Educação: Uma Comparação entre Alunos Surdos e não Surdos. **Revista Práxis**, v. 10, n. 20, p. 35-44, 2018.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LABURÚ, Carlos Eduardo; ARRUDA, Sérgio de Mello; NARDI, Roberto. Pluralismo metodológico no ensino de ciências. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 247-260, 2003.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos cedes**, v. 26, n. 69, p. 163-184, 2006.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; ALBRES, Neiva de Aquino; DRAGO, Silvana Lucena dos Santos. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **Educação e Pesquisa**, v. 39, p. 65-80, 2013.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GRÁCIA, Marta; JARQUE, Maria Josep. Línguas de Sinais como Línguas de Interlocução: o Lugar das Atividades Comunicativas no Contexto Escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, p. 299-312, 2020.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; LODI, Ana Claudia Balieiro. A inclusão escolar bilíngue de alunos surdos: princípios, breve histórico e perspectivas. In: LODI, Ana C. B.; LACERDA, Cristina B. F.de. (Orgs.). **Uma escola, duas línguas: letramento em língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LEBEDEFF, Tatiana Bolivar. A educação dos surdos na região do planalto médio rio-grandense: uma problematização das condições lingüísticas e de escolarização. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010, Caxambú. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPED, 2010.

LEBEDEFF, Tatiana Bolivar. **A Percepção de Jovens Surdos Sobre sua Sexualidade**. 1993. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 1993.

LEBEDEFF, Tatiana Bolivar. Surdez e Sexualidade: uma discussão sobre a necessidade de empoderamento lingüístico e acesso à informação. **Anais do Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sul - Anpedsul**, 8, 1-17, 2010.

LEITE. **Construção do Roteiro do Vídeo Educativo para Pessoas Surdas sobre o Uso do Coito Interrompido**. 2017. 108 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Céara, Fortaleza, 2017.

LEITE, Vinicius Souza Magalhães; MEIRELLES, Rosane Moreira Silva. Perspectivas curriculares sobre a temática gênero e sexualidade no ensino de ciências e biologia: controvérsias no PCN e na BNCC? **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, n. especial, p. 29-48, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 1993.

LINHARES, Iraci; TASCHETTO, Onildes Maria. **A citologia no ensino fundamental**. Cascavel, 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1899-8.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-65, 2000.

_____. Pensar a sexualidade na contemporaneidade. In: PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. (Org.). **Caderno Temático de Sexualidade** (pp. 29-35). Curitiba: Imprensa Oficial, 2009.

_____. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. **Em Aberto**, v. 5, n. 31, 1986.

MACHADO, Paulo César. Integração/Inclusão na Escola Regular: um Olhar do Egresso surdo. In. QUADROS, Ronice Müller de (org.). **Estudos Surdos I**, Arara Azul, Petrópolis, RJ, 2006, p. 38 – 75. Disponível em: <http://www.ronice.cce.prof.ufsc.br/index_arquivos/Page435.htm>. Acesso em: 25 set. 2021.

MAGALHÃES, Isabella Medeiros de Oliveira. **Comunicação em libras: Validação de conteúdo de uma tecnologia educativa acerca do HIV e da AIDS**. 2016. 94 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

MAIA, Christiane Martinatti; SCHEIBEL, Maria Fani. **Organização do trabalho pedagógico**. 1. ed. Curitiba, PR: IESDE Brasil S. A, 2006.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Sexualidade e deficiências**. Unesp, 2006.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Orientação sexual na escola. In: RIBEIRO, P. R. M. (org.). **Sexualidade e educação: aproximações necessárias**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004, p. 153 -180. 2004.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marcal. Educação sexual: princípios para ação. **doxa**, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.

MAISTRO, Virginia Iara Andrade. Desafios para elaboração de projetos de educação Sexual na escola. In FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual: Em busca de Mudanças**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

_____. **Projeto de orientação sexual na escola: seus limites e possibilidades**. 2006. 243 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

MALL, Sumaya; SWARTZ, Leslie. Parents' anxieties about the risk of HIV/Aids for their Deaf and hard of hearing adolescents in South Africa: A qualitative study. **Journal of health psychology**, v. 17, n. 5, p. 764-773, 2011.

MALLMANN, Lisiane. **(Re)Pensando o Uso de Mapas Conceituais: Um Estudo de Caso com Libras e Signwriting na Educação Sexual**. 2008. 85 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Canoas, 2009.

MALTA, Deborah Carvalho *et al.* Saúde sexual dos adolescentes segundo a Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares. **Revista brasileira de epidemiologia**, v. 14, p. 147-156, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha. **Educação**, v. 29, n. 1, p. 55-64, 2006.

MARINHO, J. B.; CRUZ, C. G.; OLIVEIRA, V. L. B. Sexualidade, verdades e mentiras: temática do PIBID Biologia. In: Congresso Internacional de Ensino –

CONIEN, 1, 2017, Cornélio Procópio, **Anais [...]** Cornélio Procópio: UENP, 2017. p. 698-607.

MASSAN, Caroline Alfieri. **Oficinas de Sexualidade: uma metodologia de ensino de educação sexual para alunos e alunas do ensino fundamental**. 2019. 114 f. Dissertação - (Mestrado Profissional em Ensino) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio, 2019.

MATTHEWS, Michael S. História, filosofia e ensino de ciências: a tendência atual de reaproximação. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 12, n. 3, p. 164-214, 1995.

MELO, Sonia Maria Martins de *et al.* Educação Sexual e Produção de Conhecimento: Reflexões sobre o Trabalho Integrado de dois Grupos de Pesquisa. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 27, p. 212-225, 2020.

MENDONÇA, Carla Andréa Sampaio; COSTA, Mauro Gomes da. Thomas Kuhn: Uma Transposição Conceitual em Ciências e no Ensino de Alunos Surdos. **Cadernos da Pedagogia**, v. 14, n. 27, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A “in” visibilidade dos temas da sexualidade no ambiente escolar e a formação docente. **Revista Internacional de Formação de Professores**, v. 3, n. 4, p. 87-110, 2018.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. In: **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2009. p. 404-404.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. Universidade Federal da Paraíba. **Revista Temas em Educação**, v. 23, n. 1, p. 95, 2014.

MULLER, Márcia Beatriz Cerutti. **Surdez, gênero e sexualidade: um estudo sobre o imaginário social em uma escola de ensino fundamental bilíngue no Sul do Brasil**. 2017. 182 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2017.

MÜLLER, Márcia Beatriz Cerutti; QUARESMA, Denise Regina. Surdez, Gênero E Sexualidade: As Imagens Sociais Dos Docentes Em Uma Escola Municipal De Ensino Fundamental Bilíngue Da Região Metropolitana De Porto Alegre. **SEFIC**, 2015.

NUNES, César Aparecido. **Filosofia, sexualidade e educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar**. 1996. 330 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

_____. **Educar para a emancipação**. – Florianópolis, SC: Sophos, 2003.

_____. Dialética da sexualidade e educação sexual no Brasil. **Revista Linhas**, v. 7, n. 1, 2006.

OBNIAL, I. A parent manual in teaching education to adolescents with mental retardation. **Master of Arts thesis, University of the Philippines**, 2008.

OLIVEIRA, Carmen Irene C. de. Representações imagéticas do fazer científico no contexto do Instituto Nacional do Cinema Educativo. **Cadernos CEDES**, v. 34, p. 35-50, 2014.

OLIVEIRA, Walquíria D.; MELO, Ariane Carla C.; BENITE, Anna Maria Canavarro. Ensino de ciências para deficientes auditivos: um estudo sobre a produção de narrativas em classes regulares inclusivas. **Revista Electrónica de Investigación en Educación en Ciencias**, v. 7, n. 1, p. 1-9, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Sexual health**. Genebra: OMS; [2017]. Acessado em: 15 mar. 2022. Disponível em: http://www.who.int/topics/sexual_health/en.

PARAIZO, Quesia Cristina. **Educação em Sexualidade: uma sequência didática para a inserção do Tema nos anos finais do Ensino Fundamental**. 2019. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2019.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Departamento da educação básica. **Diretrizes curriculares da educação básica: Ciências**. Curitiba 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Departamento da educação básica. **Diretrizes Curriculares de Gênero e diversidade sexual**. Curitiba, 2010.

PEREIRA, Zilene Moreira; MONTEIRO, Simone Souza. Gênero e sexualidade no ensino de ciências no Brasil: análise da produção científica recente. **Revista Contexto & Educação**, v. 30, n. 95, p. 117-146, 2015.

PEREIRA, Paulo *et al.* Infecções sexualmente transmissíveis em jovens. **VI Encontro de Jovens Investigadores do Instituto Politécnico de Bragança**, p. 187-187, 2020.

PERPÉTUO, Susan Chio de; GONÇALVES, Ana Maria. **Dinâmicas de grupos na formação de lideranças**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PINTO, Maria Cristina Domingues. Orientação sexual e educação sexual. **Boletim GTPOS**, v. 4, p. 1-4, 1995.

PORTER, Judy; WILLIAMS, LaVerne McQuiller. Intimate violence among underrepresented groups on a college campus. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 26, n. 16, p. 3210-3224, 2011.

PONTE, João Pedro da; QUARESMA, Marisa; PEREIRA, Joana Mata. É mesmo necessário fazer planos de aula?. **Educação e Matemática**, n. 133, p. 26-35, 2015.

PROENÇA, Amanda Oliveira. **Noções de professores de Química da região de Londrina a respeito de questões de Gênero**. 2019. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

QUADROS, Ronice Müller. O 'BI' em bilinguismo na educação de surdos. In: FERNANDES, E.; SILVA, A. C., *et al.* (Org.). **Surdez e bilinguismo**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 27-37.

QUAGLIA, Isabela. **Saúde na escola: uma análise de conteúdo dos projetos político-pedagógicos das escolas municipais de Maringá-PR**. 2013. 79 f. Dissertação (Mestrado em Promoção em Saúde) – Centro Universitário Cesumar, Maringá, 2013.

RAMOS, Maria Inês Batista Barbosa: **Audiovisual em Libras: os sentidos construídos por professores sobre o vídeo “Sinalizando a Sexualidade”**. Rio de Janeiro, 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Saúde) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

RAMOS, Denise Marina; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. O lugar da Educação de Surdos nas Dissertações e Teses. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, p. 247-260, 2018.

RIBEIRO, Karen. **Sexualidade e Gênero: estudo das relações afetivas de jovens surdas de uma escola municipal de educação especial de São Paulo**. 2011. 202 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; SOUZA, Diogo Onofre. Falando com professores das séries iniciais do ensino fundamental sobre sexualidade na sala de aula: a presença do discurso biológico. **Ênseñanza de las Ciencias**, v. 21, n. 1, p. 67-75, 2003.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Entrevista Educação para a Sexualidade. **Diversidade e Educação**, v. 5, n. 2, p. 7-15, 2017.

RIBEIRO, Paulo Ribeiro Marçal. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 1990.

RIO DE JANEIRO. Documento de orientação curricular do estado do Rio de Janeiro. **Rio de Janeiro: Secretaria de Educação**, 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Reestruturação curricular, ensino fundamental e médio: documento orientador. **Departamento Pedagógico/SEDUC-RS**, 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Departamento Pedagógico, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Referencial Curricular Gaúcho: Ciências da Natureza**. Porto Alegre. Secretaria de Estado da Educação, Departamento Pedagógico, 2018.

ROCHA, Luiz Renato Martins da. **O que dizem surdos e gestores sobre vestibulares em libras para ingresso em universidades federais**. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

ROCHA, Luiz Renato Martins da *et al.* Educação de surdos: relato de uma experiência inclusiva para o ensino de ciências e biologia. **Revista Educação Especial**, v. 28, n. 52, p. 377-392, 2015.

ROCHA-OLIVEIRA, Rafaela; MACHADO, Maíra Souza; SIQUEIRA, Maxwell. Formamos professores para a educação inclusiva?: análise de publicações sobre formação de professores de ciências/biologia. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v. 10, n. 2, 2017.

SACHS, Juliane Priscila Diniz. **Uma proposta para a formação inicial de docentes acerca de uma Educação Científica equitativa em gênero**. 2019. 552 f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

SALLA, Luana Cristina. **Um estudo de teses e dissertações sobre a educação sexual da pessoa com surdez**. 2020. 56 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2020.

SALVADOR, Carta de. **Educação que nós, surdos, queremos e temos direito**. 2006.

SANTANA, Ronaldo Santos; SOFIATO, Cássia Geciauskas. O estado da arte das pesquisas sobre o ensino de Ciências para estudantes surdos. **Práxis Educativa**, v. 13, n. 2, p. 596-616, 2018.

SANTOS, Nathany Ribeiro Lima; PEREIRA, Sara; SOARES, Zilene Moreira Pereira. Documentos curriculares oficiais assegurando a abordagem de gênero e sexualidade para a educação básica: um olhar para o ensino de ciências. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 5, 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. p. 1170-1184.

SANTOS, Thays Merçon dos. **Produção de Material Didático para a Abordagem de Infecções Sexualmente Transmissíveis – Ists em Língua Brasileira de Sinais – Libras**. 2015. 97 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Biologia, Niterói, 2015.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Currículo do Estado de São Paulo: Ciências da Natureza e suas tecnologias/Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Luis Carlos de Menezes**. – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2011.152 p.

SAO PAULO (Estado). Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Currículo Paulista**. 2019.

SAYÃO, Rosely. Saber o sexo: os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: AQUINO, J. G. (org.) **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997, p. 97-105.

SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. In: Nóvoa, A. (Org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, p. 79-91, 1992.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; BERNARDES, Nara Maria Guazzelli. Roda de conversas—excelência acadêmica é a diversidade. **Educação**, v. 30, n. 1, 2007.

SILVA, Angélica Bronzatto de Paiva; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. A imagem que professoras de escola regular têm em relação à aprendizagem do aluno surdo. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 5-13, ago. 2003.

SILVA, Danley Greg Bezerra da *et al.* Dictionary in Libras to Disseminate Information on Human Sexuality An Application for Mobile Devices (DiSLibras). In: 2018 XIII Latin American Conference on Learning Technologies (LACLO). **IEEE**, 2018. p. 341-348.

SILVA, Danley Greg Bezerra da; FRASSON-COSTA, Priscila Carozza; ROCHA, Luiz Renato Martins da. Sinalizando a sexualidade humana em libras com apoio de um manual para estudantes surdos. In: **Primer Encuentro Latinoamericano de Investigación Educativa y Saber Pedagógico**, 2019, Ciudad de México. *Investigación Educativa en América Latina: Las Maestras y Maestros como Productores del Saber Pedagógico en la Contemporaneidad*, 2019.

SILVA, Ediane; YARED, Yalin Brizola. Binsex: uma proposta de bingo como recurso didático em abordagem crítica da educação sexual. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp.2, p. 1580–1600, 2019.

SILVA, Ricardo Desidério da. A exclusão da temática sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental na BNCC e seus reflexos para o ensino de ciências. **Horizontes - Revista de Educação**, v. 8, n. 15, p. 98-112, 2020.

SOARES, Marina Nunes Teixeira. **Existir e deixar existir: possíveis contribuições do Ensino de Ciências à Educação Sexual de Jovens e Adultos à luz de uma abordagem emancipatória de ensino**. 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SOARES, Zilene Pereira.; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista**, v. 35, n. 73, p. 287-305, 2019.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DINÂMICAS DE GRUPO (SBDG). **Dinâmica de grupo**: conhecendo a história da dinâmica dos grupos no Brasil. Blumenau: SBDG, 2006.

SOFIATO, Cássia Geciauskas; SANTANA, Ronaldo Santos. O ensino de Ciências Naturais e os alunos surdos do século XIX. **Ciência & Educação**, v. 25, n. 2, p. 333-351, 2019.

SOUSA, Francisco Stélio de *et al.* Sexualidade das pessoas com deficiência (PcD) e a vulnerabilidade à aids: revisão sistemática de literatura. **Online Brazilian Journal of Nursing**, v. 8, n. 3, 2009.

SOUSA, Rosiléa Alves de. **Saúde Sexual e Reprodutiva Para Surdos: Análise de um Modelo Educativo**. 2002. 166 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Fortaleza, 2002.

SOUZA, Denise Caroline de. **Mulheres invisíveis: uma proposta para inserção da temática de Gênero na Formação Inicial de docentes de Química**. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

SOUZA, Lucia Helena Pralon De. Imagens científicas e ensino de ciências: uma experiência docente de construção de representação simbólica a partir do referente real. **Cadernos CEDES**, v. 34, p. 127-131, 2014.

SPUDEIT, Daniela. **Elaboração do plano de ensino e do plano de aula**. Rio de Janeiro, 2014.

TAVARES, Celma; LIRA, Nilsa. Construindo uma cultura de paz: oficinas pedagógicas. **Recife: Comunigraf**, 2001.

TSUZUKI, Felipe.; TURKE, N. H.; MAISTRO, V. I. A. Dinâmicas para educação sexual e em saúde. *In*: DESIDÉRIO, R.; FIGUEIRÓ, M. N. D.; RIBEIRO, P. R. M.; MELO, S. M. M.; MAISTRO, V. I. A.; BASTOS, V. C. (org.). **Interseccionalidade e transgressões em educação sexual**. Londrina: Syntagma Editores, 2019. p. 153-157.

UNESCO. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: Uma abordagem baseada em evidências**. 2 ed. 2019. Disponível em: <<https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/369308por.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2022.

VARELA, Cristina Monteggia; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Educação para a sexualidade: a constituição de um campo conceitual. *In*: RIBEIRO, P. R. C.;

MAGALHÃES, J. C. (Org.) **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. 284 p.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. **São Paulo: Libertad**, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Formação e Trabalho Pedagógico. 23. ed. (Coleção Magistério). Campinas, SP: Papiros, 2007.

VITIELLO, Nelson. A educação sexual necessária. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, v.6, n.1, p.15-28, 1995.

VITOR, Matheus Ribeiro; ANDRADE MAISTRO, Virgínia Iara de; TSUZUKI, Felipe. Políticas Educacionais e a Formação Docente: o que dizem os documentos oficiais brasileiros sobre diversidade e sexualidade?. **Ensino & Pesquisa**, 2021.

WEREBE, Maria José Garcia. Implantação da educação sexual no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 26, p. 21-27, 1978.

_____. **Sexualidade, política e educação**. São Paulo: Autores Associados, 1998.

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para a Sexualidade, equidade de gênero e diversidade sexual: carregar água na peneira, catar espinhos na água e a prática de (des)propósitos. In: FILHA, C. X. (Org.). **Educação para a Sexualidade, equidade de gênero e diversidade sexual**. Campo Grande, MS: Ed. UFSM, 2009a. p. 19-43.

_____. Educação para a Sexualidade: carregar água na peneira? In: RIBEIRO, P. R. C. *et al.* (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente**. Rio Grande: Editora da FURG, p. 85-103. 2009b.

WARSCHAUER, Cecília. Rodas e narrativas: caminhos para a autoria de pensamento, para a inclusão e a formação. In: SCOZ, Beatriz et al. (org). **Psicopedagogia: contribuições para a educação pós-moderna**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 13-23.

YARED, Yalin Brizola. **A educação sexual na escola: Tensões e prazeres na prática pedagógica de professores de Ciências e Biologia**. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2011.

YARED, Yalin Brizola; MELO, Sonia Maria Martins de; VIEIRA, Rui Marques. A Importância do Pensamento Crítico em Inovações Curriculares: interface com a educação sexual emancipatória. **Educação**, v. 45, p. 1-29, 2020.

ANEXOS

Anexo A – Carta Aberta dos Doutores Surdos ao Ministro da Educação

CARTA ABERTA DOS DOUTORES SURDOS AO MINISTRO
MERCADANTE

CARTA ABERTA AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

(ELABORADA PELOS SETE PRIMEIROS DOUTORES SURDOS BRASILEIROS, QUE ATUAM NAS
ÁREAS DE EDUCAÇÃO E LINGUÍSTICA)

Exmo. Sr. Ministro da Educação, Prof. Aloízio Mercadante:

Nós, surdos, militantes das causas dos nossos compatriotas surdos, apelamos a Vossa Excelência pelo nosso direito de escolha da educação que melhor atende aos surdos brasileiros que têm a Libras como primeira língua. Concordamos que “O Brasil tem que ter 100% das crianças e jovens com deficiência na escola”, sim, mas não concordamos que a escola regular inclusiva seja o único e nem o melhor espaço onde todas essas crianças e jovens conseguem aprender com qualidade.

Afirmar que “A política de educação inclusiva permitiu um crescimento espetacular, de forma que os estudantes com deficiência convivem com os outros alunos e os outros alunos convivem com eles” nos angustia, pois queremos conviver com os demais cidadãos brasileiros, sim, mas queremos, acima de tudo, que a escola nos ensine. A educação inclusiva, grande parte das vezes, permite o convívio de todos os alunos entre si, mas não tem garantido o nosso aprendizado, o aprendizado dos surdos. As aulas não são ministradas diretamente em nossa primeira língua e a segunda língua é ensinada na escola numa modalidade da qual não temos acesso pleno. Por isso, dizer que “A escola de atendimento especial é um direito, sim, mas para ser exercido de forma complementar e não excludente” oprime o potencial que muitos alunos têm, mas que não é desenvolvido com as diretrizes atualmente apresentadas pelo MEC para moldar as escolas inclusivas brasileiras abertas à matrícula de alunos surdos.

Somos, até o momento, os únicos 7 (sete) Doutores Surdos Brasileiros, atuantes nas áreas de Educação e Linguística. Cada um de nós é docente de uma das diferentes Universidades Federais Brasileiras, a saber, cinco de nós atuam na Universidade Federal de Santa Catarina, um atua na Universidade Federal do Rio de Janeiro e um atua na Universidade Federal de Santa Maria.

Ensinamos e desenvolvemos pesquisas na área da Linguística da Língua Portuguesa, da Libras e da Educação de Surdos. Escrevemos essa carta, juntos, para dizer-lhe, respeitosamente, mas com a ênfase necessária à gravidade que o tema exige, que suas falas não têm fundamento científico ou empírico, conforme mostram nossas próprias pesquisas e as de um sem número de outros pesquisadores brasileiros.

Várias pesquisas mostram que os surdos melhor incluídos socialmente são os que estudam nas Escolas Bilíngues, que têm a Língua de Sinais brasileira, sua língua materna, como primeira língua de convívio e instrução, possibilitando o desenvolvimento da competência em Língua Portuguesa escrita, como segunda língua para leitura, convivência social e aprendizado. Não somos somente nós que defendemos essa tese. Reforçamos que há um número relativamente grande de mestres e doutores, pesquisadores de diversas áreas de conhecimento, além de professores de ensino básico e superior, que identificam essa realidade e atuam nessa luta conosco. Todos os pesquisadores sérios proclamam que as ESCOLAS BILÍNGUES PARA SURDOS, cujas línguas de instrução e convívio são a Libras (L1) e o Português escrito (L2), são os melhores espaços acadêmicos para a aprendizagem e inclusão educacional de crianças e jovens surdos.

Temos cerca de cinquenta Escolas Bilíngues no país; são ainda poucas escolas para atender à demanda das crianças e jovens surdos brasileiros (os Estados Unidos da América, por exemplo, têm cerca de cento e vinte escolas bilíngues). Dói-nos verificar que esses espaços de aquisição linguística e convivência mútua entre os pares falantes da língua de sinais têm sido rotulados de espaços e escolas “segregacionistas”. Isso não é verdade! Escola segregacionista e segregadora é a que impõe que alunos surdos e ouvintes estejam no mesmo espaço sem que tenham as mesmas oportunidades de acesso ao conhecimento. O fato de os alunos surdos estudarem em Escolas Bilíngues, onde são considerados e aceitos como uma minoria linguística, não significa segregar.

A Libras é a primeira língua da maioria dos surdos brasileiros e não uma língua falada apenas por pessoas “deficientes”. Do ponto de vista da natureza humana não nos falta nada para viver como os ouvintes, se tivermos a língua de sinais como acesso principal de comunicação e via de aprendizado. A postura segregadora não parte de nós, mas dos que não aceitam nossas especificidades e

necessidades. Essa postura é tão inaceitável linguisticamente, antropologicamente, filosoficamente, quanto dizer que as línguas dependem das raças ou do clima. Insistimos, portanto, em que as escolas que oferecem um ensino bilíngue para crianças e jovens surdos se baseiem não na deficiência, mas na língua de sinais, uma língua plenamente acessível para todos os que têm a visão como principal via de acesso comunicativo, informacional e instrucional.

Convidamos Vossa Senhoria para ver com os próprios olhos o que estamos falando. Gostaríamos de convidá-lo a visitar as Escolas Bilíngues para Surdos, no Município de São Paulo; lá existem escolas públicas recentemente estabelecidas, num complexo e diverso programa de inclusão escolar. Também seria muito interessante que visitasse, igualmente, escolas bilíngues como o Instituto Santa Terezinha e o Centro de Educação de Surdos Rio Branco. Verifique a excelência do trabalho nelas desenvolvido, verifique, também, se as crianças surdas estão ali “segregadas”, ou se o ensino que ali recebem é apenas “complementar”. É preciso reconhecer, Senhor Ministro, que essas escolas não são segregadoras e nem oferecem apenas ensino complementar, mas favorecem um ensino efetivo e eficaz.

Posto isso, Senhor Ministro, reiteramos as reivindicações da Comunidade Surda, entre as quais inclui-se o pedido de que as Escolas Bilíngues, cuja oferta educacional priorize a instrução em Libras e em Português escrito, sejam contempladas no Plano Nacional de Educação. Em favor dessa reivindicação, durante todo o último ano, milhares de surdos brasileiros, politizados e conscientes dos seus direitos, vêm-se mobilizando, participando de audiências públicas sobre o PNE e sobre outros temas de interesse da comunidade surda, realizadas nos diferentes estados brasileiros. Realizamos seminários estaduais em defesa das Escolas Bilíngues para Surdos no PNE, apresentamos propostas aos parlamentares da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, visitamos a Câmara dos Deputados e o Senado e, ainda, mantivemos um ativo e democrático diálogo com a Ministra da Casa Civil, que culminou com a assinatura do Decreto Presidencial 7.611 de 17 de novembro de 2011. Entendemos que é assim que funciona a democracia, com a participação da sociedade civil, envolvida na luta de suas causas.

Por isso, Excelência, estranhamos que seu discurso esteja contrário ao democrático processo de construção parlamentar do Plano Nacional de Educação, que tem contado com a legítima participação da principal entidade

representativa das comunidades surdas brasileiras, a FENEIS, entre outras entidades. Vossa Senhoria, que acaba de chegar ao Ministério precisa nos escutar, precisa tomar conhecimento de nossos anseios, de nossas necessidades, de nossos argumentos. Afinal, a política educacional para surdos não pode estar distanciada da política linguística adequada aos alunos, o que não tem sido considerado no cômputo das ações atuais do Ministério da Educação. A esse respeito, lembramos enfaticamente que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, no seu Art. 4º, inciso 3, determina que:

Na elaboração e implementação de legislação e políticas para executar a presente Convenção e em outros processos de tomada de decisão relativos às pessoas com deficiência, os Estados Partes deverão estreitamente consultar e ativamente envolver pessoas com deficiência, inclusive crianças com deficiência, por intermédio de suas organizações representativas.

A essa determinação, a Presidenta Dilma Rousseff deu ouvidos ao elaborar, assinar e publicar o Decreto 7611/2011; assim também o fez, agora, o Relator do Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação, o Deputado Angelo Vanhoni, vosso correligionário.

Estranhamente, diferentemente do movimento mundial, do movimento científico e do movimento pedagógico, a secretaria do Ministério da Educação, SEESP, agora absorvida pela SECADI, que deu passos consideráveis e importantíssimos para os avanços da política educacional para os surdos, na primeira década do segundo milênio. Nos últimos anos, essa mesma secretaria vem alterando seu discurso, sob a defesa de uma política 'inclusiva plena', com a aplicação de outros conceitos à política de educação bilíngue para os surdos, alicerçada em uma posição linguística que leva ao enfraquecimento da língua de sinais e à desigualdade de oportunidades para os alunos surdos. Uma política linguística para a educação de surdos precisa ser guiada por parâmetros científicos, não somente de uma ou outra pesquisa isolada, mas nos parâmetros da maioria das pesquisas que tratam da educação dos surdos.

Temos uma língua própria, Senhor Ministro, precisamos de escolas que adotem essa língua, a língua de sinais brasileira, como primeira língua para instrução e para o convívio social. Por não atender a essa necessidade linguística, o fechamento de escolas e classes específicas para surdos não resultou em uma ampliação das matrículas de alunos surdos e com deficiência auditiva, mas em uma

exclusão de milhares desses alunos do sistema educacional do país. Confirma essa informação, trechos retirados da Carta-denúncia entregue aos Ministérios Públicos de cada estado brasileiro, em setembro passado (2011), pela FENEIS e pelo Movimento Surdo em Favor da Educação e Cultura Surda, e após a qual, a Procuradoria Geral da República instaurou inquérito civil, nos termos do art. 4º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, para apurar a possível falta de políticas públicas voltadas aos surdos falantes da Língua de Sinais Brasileira (Libras), por parte da Secretaria de Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, por meio da portaria 9 de 30 de março de 2012, publicada na seção 1 do Diário Oficial da União nº 69, de 10 de abril de 2012.

Seguem, então, os trechos mencionados, com alguns dados do próprio INEP/MEC, publicados em sua página na web:

Entre 2002 e 2010, houve uma drástica e violenta diminuição do número de alunos surdos e com deficiência auditiva em classes e escolas que aceitam a Língua de Sinais brasileira, passando de 35.582 matrículas em 2002 a 18.323 matrículas em 2010, depois de ter mantido um crescimento tendencial entre 2002 e 2005 (em 2003, 36.242 matrículas; em 2004, 36.688 matrículas; e em 2005, 35.647 matrículas nessas classes e escolas específicas)⁴⁶.

Após a regulamentação da Lei 10.436/2002, pelo Decreto 5.626/2005, houve um aumento recorde nas matrículas de jovens surdos e com deficiência auditiva na educação básica (somadas as matrículas tanto em escolas e classes específicas quanto em classes comuns da rede regular de ensino): em 2003 o número de alunos matriculados cresceu para 56.024; em 2004, para 62.325; em 2005, para 67.441; e em 2006, para 72.138. Contudo, depois de 2006, quando as matrículas em escolas regulares pela primeira vez ultrapassaram as matrículas em classes e escolas específicas, começa a haver uma queda do número total de alunos surdos [e com deficiência auditiva] no sistema escolar como um todo. Em 2007, o número desses alunos matriculados reduziu para 63.574; em 2008, para 66.657; em 2009, para 63.036, tendo sido verificado em 2010 uma súbita elevação para 70.823. Mesmo assim, inferior a 2006 (uma diferença negativa de 1.315 matrículas).⁴⁷ [...] A primeira conclusão a que somos forçados a chegar é a de que a atual condução da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência, por ter como centro o fechamento de classes e escolas específicas, ao invés de priorizar a transformação das escolas ditas regulares em vista de sua adaptação às necessidades dos alunos, na prática, tem significado para os alunos surdos e com deficiência auditiva uma real exclusão do sistema escolar como um todo.

⁴⁶ Os dados do INEP/MEC, tradicionalmente, juntam os números de alunos surdos e com deficiência auditiva, somente distinguindo-os, como se vê, no intervalo entre 2004 e 2008.

⁴⁷ Os dados de 2009 e 2010 não puderam ser acessados no site INEP/MEC, porque não se encontram disponíveis lá, de modo que fomos forçados a completar os dados da tabela entre 2002 e 2010 a partir dessas informações da imprensa (Cf. “Minoria surda que estuda sai de sala especial para regular”, notícia publicada em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/minoria+surda+que+estuda+sai+de+sala+especial+para+regular/n1597119749750.html> < acessada em 07/08/2011 >). Fica claro que os dados incluídos dos anos anteriores (2007 e 2008) dizem respeito não aos surdos, especificamente, mas a alunos surdos e com deficiência auditiva. O número de surdos incluídos no sistema educacional – mesmo considerando as modalidades comum e específica de ensino – é bem menor do que os números anunciados.

Entre a Lei 10.436/2002 e o Decreto que a regulamentou, em dezembro de 2005, houve um aumento na matrícula de alunos surdos e com deficiência auditiva. Esse aumento se fez notar em 2006, quando um número recorde de pessoas surdas e com deficiência auditiva foi registrado nas escolas. A partir de 2007, esse número passou a declinar, apesar do aumento do número de alunos surdos e com deficiência auditiva nas escolas regulares. Entre 2006 e 2009, foram fechadas 13.552 vagas em classes e escolas específicas para alunos surdos e com deficiência auditiva e apenas 4.450 novas matrículas de alunos surdos e com deficiência auditiva surgiram em classes comuns do ensino regular, o que nos permite dizer que, entre 2006 e 2009, 9.102 alunos surdos e com deficiência auditiva foram excluídos do sistema escolar. Mais ainda, se entre 2002 e 2006 19.716 novos alunos surdos e com deficiência auditiva ingressaram no sistema educacional geral do país, a partir da política de fechamento das classes e escolas específicas, esse acréscimo baixou, em 2009, para 10.614. [...] Entre 2004 e 2008, o INEP/MEC publicou estatísticas diferentes para surdos e deficientes auditivos. Se tomarmos somente os alunos surdos, a situação apresenta-se bem mais grave, como se pode ver na tabela a seguir:

| Alunos surdos em | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Classes e escolas específicas: | 17.179 | 28.293 | 26.750 | 15.964 | 14.797 |
| Classes comuns: | 10.208 | 18.375 | 21.231 | 16.320 | 17.968 |
| Total de classes e escolas: específicas e classes comuns: | 27.387 | 46.668 | 47.981 | 32.284 | 32.765 |

[Tabela elaborada com base nos dados do INEP/MEC]

Nesse caso específico [de alunos surdos, apenas], entre 2005 e 2008 houve uma diminuição de 13.496 matrículas de alunos surdos em classes e escolas específicas, em que gozavam do direito legal constitucional ao ensino na língua de sinais, além do convívio com outros falantes da mesma língua. Em outras palavras, o número dos alunos surdos que mantiveram seu direito à língua de sinais como língua de convívio escolar e língua de instrução passou para pouco acima da metade entre 2005 e 2008. Essa grave diminuição dos que gozam desse direito constitucional fundamental não pode nem mesmo ser justificada sob a desculpa de que aumentou a inclusão educacional de crianças e jovens surdos. Após um aumento de 19.281 matrículas entre 2004 e 2005, houve entre 2005 e 2008 uma queda de 15.216 matrículas de alunos surdos na educação básica como um todo.

Tomadas as duas modalidades de ensino: classes e escolas específicas e regulares, houve uma queda de 46.668 para 32.765 matrículas. A conclusão a que pelas evidências somos forçados a chegar, com base nesses dados oficiais, é de que quando são negados os direitos linguísticos de crianças e jovens surdos, retirando-lhes classes e escolas que se constituem condição de aquisição e desenvolvimento de sua língua, também lhes são retirados, tão-simplesmente, o acesso ao sistema de educação geral, ou seja, acesso este que a Convenção busca proteger e garantir.

Infelizmente, os dados divulgados pelo MEC não são interpretados como deveriam, o que não torna transparente a realidade educacional dos surdos, conforme a apresentamos.

Por fim, Senhor Ministro, queremos dizer que nossa reivindicação por Escolas Bilíngues, tal como acima definimos, se apoia na Convenção (particularmente no Art. 24º, inciso 3, e Art. 30º, inciso 4, letras “b” e “c”) e na IDA (International Disability Alliance), órgão da sociedade civil internacional, que aglutina as entidades internacionais dos diversos segmentos das pessoas com deficiência, tendo sido a principal articuladora social responsável pela realização da Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência, no âmbito das Nações Unidas (e que,

por isso mesmo, continua a atuar junto à ONU no acompanhamento e fiscalização da implementação da Convenção). Segue um trecho do documento elaborado pela IDA, na Reunião da Cúpula do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), realizada em julho de 2011, para Revisão Ministerial Anual e que trata da educação bilíngue de surdos.

É importante mencionar que, quando pensamos em estudantes surdos e suas necessidades, precisamos considerar que a língua de sinais é a língua materna e primeira língua para uma pessoa surda.

A educação na língua de sinais e a língua de sinais como matéria escolar, portanto, não são adaptações por si, mas formam uma parte normal da educação. As crianças ouvintes precisam ser educadas em suas línguas maternas e precisam estudar tal língua, e fazer isso não significa adaptar o ensino aos alunos. [...] Felizmente, o paradigma na educação está se alterando e há um novo foco nos princípios importantes: (i) todas as crianças devem ter o mesmo acesso à educação; (ii) crianças aprendem melhor quando aprendem juntas; e (iii) reconhecer e celebrar a diversidade e aumentar as oportunidades para participação igual. Uma educação bilíngue para estudantes surdos e ouvintes, que inclua a língua de sinais como a principal língua de instrução, enquanto a língua escrita do país é utilizada para ensinar a ler, significa incorporar esta mudança de paradigma. A transposição dos alunos com deficiências para a educação regular deve levar em consideração o papel importante que o apoio de pares de outras crianças com deficiências pode desempenhar no aprendizado, como para crianças surdas, bem como promover habilidades de liderança das crianças com deficiências. As crianças surdas precisam ser incluídas primeiramente através da língua e da cultura mais apropriada antes de serem incluídas nas diferentes áreas da vida em estágios posteriores, por exemplo, no ensino médio e superior, bem como na vida profissional. O apoio dos pares é necessário.

Rogamos-lhe, Senhor Ministro, que GARANTA AS ESCOLAS BILÍNGUES, COM INSTRUÇÃO EM LIBRAS E EM PORTUGUÊS ESCRITO, NAS DIRETRIZES EDUCACIONAIS DO MEC e que REFORCE a importância de sua inclusão no PNE. Essas escolas respeitam a especificidade linguístico-cultural das crianças e jovens surdos e sua viabilidade representa a garantia ao direito que os surdos têm a uma educação bilíngue específica, a qual permite o convívio entre seus pares (em ambientes linguisticamente adequados). Essa ação é verdadeiramente inclusiva, pois garante não somente o convívio social, mas o acesso pleno ao conhecimento e às condições idênticas para que, no futuro, essas crianças e jovens surdos possam ser incluídos efetivamente na sociedade. Esses são os mais básicos direitos constitucionais garantidos a todos os brasileiros. Desejamos que não sejam furtados de nenhum surdo brasileiro e, por isso, contamos com vossa sábia intervenção em nosso favor.

08 de junho de 2012.

Atenciosamente,

Dra. Ana Regina e Souza Campello

Professora Adjunta da UFRJ

Dra. Gladis Teresinha Taschetto Perlin

Professora Adjunta da UFSC

Dra. Karin Lilian Strobel

Professora Adjunta da UFSC

Dra. Marianne Rossi Stumpf

Professora Adjunta da UFSC

Dra. Patrícia Luiza Ferreira Rezende

Professora Adjunta da UFSC

Dr. Rodrigo Rosso Marques

Professor Adjunto da UFSC

Dr. Wilson de Oliveira Miranda

Professor Adjunto da UFSM